

DISSERTAÇÃO
BRUNO PARREIRA VEILLARD

O ATIVISMO TRANSNACIONAL NO MERCOSUL SOCIAL: UMA ABORDAGEM
DA AUTORIDADE PRÁTICA NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A
SOCIEDADE

Rio de Janeiro – RJ
2018

BRUNO PARREIRA VEILLARD

O ATIVISMO TRANSNACIONAL NO MERCOSUL SOCIAL: UMA ABORDAGEM
DA AUTORIDADE PRÁTICA NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A
SOCIEDADE

Dissertação em Sociologia Política.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política

IUPERJ – Universidade Cândido Mendes

Rio de Janeiro, RJ
2018

V427a Veillard, Bruno Parreira.

O ativismo transnacional no MERCOSUL social : uma abordagem da autoridade prática nas relações entre o Estado e a sociedade / Bruno Parreira Veillard. – Rio de Janeiro, 2018.

125 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Candido Mendes, IUPERJ, 2018.

Orientação de: Antonio José Junqueira Botelho

**1. Terceiro setor 2. Ativismo 3. MERCOSUL
I. Universidade Candido Mendes II. Título.**

CDU 061.2:327.83

BRUNO PARREIRA VEILLARD

**“O ATIVISMO TRANSNACIONAL NO MERCOSUL SOCIAL: UMA
ABORDAGEM DA AUTORIDADE PRÁTICA NAS RELAÇÕES ENTRE
O ESTADO E A SOCIEDADE”.**

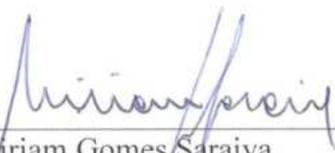
Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política do Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido
Mendes como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Sociologia Política.



Prof. Dr. Antonio José Junqueira Botelho
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/UCAM



Profª. Drª. Camila Gonçalves De Mario
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/UCAM



Profª. Drª. Miriam Gomes Saraiva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ

RIO DE JANEIRO
2018

“E será que, se ouvires a voz do Senhor, teu Deus, tendo cuidado de guardar todos os seus mandamentos que eu te ordeno hoje, o Senhor, teu Deus, te exaltará sobre todas as nações da terra. E todas estas bênçãos virão sobre ti e te alcançarão, quando ouvires a voz do Senhor, teu Deus”.
Deuteronômio 28.1-2

Dedico este trabalho, primeiramente, ao Senhor Jesus pela graça e inspiração que recebi ao longo de minha trajetória; a meu pai, Olivier Veillard, que sempre apoiou meus projetos, a minha mãe, Débora Veillard, pela constante atenção, a meu irmão Lucas Veillard, pela disposição e paciência; aos meus avós, Olivier (*in memoriam*) e Maria Regina Veillard, e Natália Parreira que contribuíram com seu amor e incentivo.

Agradecimentos

Agradeço ao Senhor Jesus pela força, ânimo e recursos dados na execução desta dissertação, e pela oportunidade de realizar esse sonho em conformidade com sua Palavra que diz: *“Assim diz o Senhor ao seu Ungido, a Ciro, a quem tomo pela sua mão direita, para abater as nações diante de sua face; eu soltarei os lombos dos reis, para abrir diante dele as portas, e as portas não se fecharão. Eu irei adiante de ti, e endireitarei os caminhos tortos; quebrarei as portas de bronze e despedaçarei os ferrolhos de ferro. E te darei os tesouros das escuridades e as riquezas encobertas, para que possas saber que eu sou o Senhor, o Deus de Israel, que te chama pelo teu nome”. Isaías 45.1-3*

Agradeço ao meu orientador prof. Dr. Antonio José Junqueira Botelho por todos os conselhos, empenho e paciência no desafio de construção deste trabalho o qual mesmo em viagens disponibilizou-se de tempo para auxiliar-me.

Agradeço aos professores presentes e ausentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do IUPERJ/UCAM pelo ensino e transmissão de conhecimentos, em especial, ao prof. Dr. Paulo Gracino Júnior pela confiança depositada, e a amiga e ex-secretária do Programa Graziela Pando pelo seu cuidado e atenção.

Agradeço a minha família pelo crédito e investimento feito desde a graduação no meu aperfeiçoamento profissional, e, sobretudo, pelo amor e carinho dados ao longo da vida.

Agradeço a todos os amigos que contribuíram para a elaboração desta pesquisa mediante suas entrevistas sem os quais não poderia concluir o trabalho.

RESUMO

O trabalho parte de uma análise da evolução histórica da atuação da sociedade civil brasileira e do seu ativismo transnacional no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). identificar e explicar a existência ou não de autoridade prática nas OSCs registradas na UPS. Em seguida, a partir da referência da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), aprofunda uma discussão entre a dinâmica de redes ativistas, que impactaram as negociações das Cúpulas das Américas, e o processo de participação da sociedade civil no MERCOSUL Social, mediante a atuação de organizações da sociedade civil (OSCs) no cenário do Bloco.

Neste sentido, a pesquisa identificou no MERCOSUL Social a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) como elemento institucional aglutinador. A UPS poderia fornecer às OSCs informações, recursos financeiros, e ser utilizada como plataforma para o ativismo transnacional.

O ativismo transnacional constitui uma chave de mudança para as realidades nacionais mediante a pressão política em organizações internacionais. Na sua exploração deste, a dissertação evoca o conceito de autoridade prática, de ativismo institucional, entrelaçamento e reconhecimento (Abers; Keck, 2017) como modelo analítico da construção e operacionalização de capacidades políticas no MERCOSUL Social/UPS.

Assim a dissertação realiza um estudo empírico e analisa os resultados de entrevistas feito com 9 OSCs cadastradas na UPS. A metodologia trabalha os dados do roteiro semiestruturado mediante a produção de tabelas e discussão bibliográfica.

Os resultados obtidos mostram que as OSCs não receberam nenhum apoio informacional, logístico ou financeiro da UPS. O ativismo transnacional fica comprometido pela falta de colaboração da UPS que foi criada para esse fim. Todavia há um conjunto de OSCs interessadas em trabalhar com o MERCOSUL/UPS, e aquelas OSCs que não possuem interesse em participar da UPS, mas que ainda assim fazem parte do cadastro de registro.

Como conclusão o entendimento que se tem é que o MERCOSUL é uma instituição com falta de um sistema de governança capaz de articular o ativismo

das OSCs com a UPS. As autoridades da OI precisam dialogar mais com os setores sociais, afim de estabelecer canais de participação constantes.

Palavras-chave: ativismo transnacional, organizações da sociedade civil, Unidade de Apoio à Participação Social, MERCOSUL, autoridade prática.

ABSTRACT

This work is based on an analysis of the historical evolution of the Brazilian civil society and its transnational activism in the Southern Common Market (MERCOSUR).

Based on the reference of the Free Trade Area of the Americas (FTAA), the proposal deepens a discussion between the dynamics of activist networks that have impacted the Summits of the Americas negotiations and the process of civil society participation in Social MERCOSUR through civil society organizations (CSOs) in the Block scenario.

In this sense, the Social Participation Support Unit (UPS) was found as a unifying institutional element in the Social MERCOSUR. The UPS could provide the CSOs with information, financial resources, and be used as a platform for transnational activism.

Transnational activism constitutes a key to change for national realities through political pressure in international organizations. The dissertation evokes the concept of practical authority, institutional activism, intertwining and recognition (Abers and Keck, 2017) as an analytical model of the construction and operationalization of political capacities in the MERCOSUR Social / UPS.

Finally, the dissertation presents an empirical study analyzing the results of the interview script made with 9 participating CSOs enrolled in the UPS. The methodology proposes to work the data of the semi-structured script through the production of tables and bibliographic discussion. The final purpose was to analyze the quantitative and qualitative data in order to understand the existence or not of practical authority in the registered CSOs at the UPS.

The results show that CSOs did not receive any informational, logistical or financial support from UPS. Transnational activism is compromised by UPS's lack of collaboration that was created for that purpose. However, there is a set of CSOs interested in working with MERCOSUR / UPS, and those CSOs that are not interested in participating in UPS, but are still part of the registry.

As a conclusion the understanding is that MERCOSUR is an institution lacking a governance system capable of articulating the activism of CSOs with UPS. The OI authorities need to have more dialogue with the social sectors in order to establish constant channels of participation.

Key Words: transnational activism, civil society organizations, Support Unit for Social Participation, MERCOSUR, practical authority.

CONTEÚDO

LISTA DE SIGLAS	12
LISTA DE TABELAS	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E O ATIVISMO TRANSNACIONAL	19
1. A emergência do Ativismo Social Transnacional: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	19
1.1. As Cúpulas das Américas	22
1.2. A Institucionalização da Questão Social e da Participação da Sociedade Civil nas Relações Multilaterais do Brasil. A Agenda Social: Do MERCOSUL à Aliança do Pacífico	29
1.3. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	32
1.3.1. O MERCOSUL Social: Do regionalismo aberto ao regionalismo pós- liberal	33
CAPÍTULO 2: A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: BARREIRAS E AVANÇOS	39
2.1. Programa MERCOSUL Social e Participativo	41
2.2. Cúpulas Sociais	47
2.3. Unidade de Apoio à Participação Social (UPS)	54

CAPÍTULO 3: A AUTORIDADE PRÁTICA E O ATIVISMO TRANSNACIONAL.....	59
3.1: A Sociedade Civil.....	59
3.2: A Sociedade Civil Global.....	61
3.3: A Governança Global.....	63
3.4: O Ativismo Transnacional.....	66
3.5: Ativismo e Autoridade Prática.....	67
3.6: O Ativismo Institucional, o entrelaçamento, o reconhecimento e a construção da autoridade prática.....	70
CAPÍTULO 4: O ATIVISMO DAS OSCs BRASILEIRAS NA UNIDADE DE APOIO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO MERCOSUL.....	78
4.1. As Organizações da Sociedade Civil e o MERCOSUL Social.....	78
4.1.1. O Perfil das Organizações da Sociedade Civil.....	78
4.1.2. Ativismo das Organizações da Sociedade Civil no MERCOSUL.....	83
4.2. Ativismo das Organizações da Sociedade Civil na UPS.....	99
4.3. Discussão de Resultados.....	105
4.3.1. O MERCOSUL Social.....	105
4.3.2. As Organizações da Sociedade Civil e a UPS.....	109
CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
APÊNDICE 1	
APÊNDICE 2	

LISTA DE SIGLAS

CSA – Confederação Sindical das Américas

FCES – Fórum Consultivo Econômico-Social do MERCOSUL

FCES/CUT – Fórum Consultivo Econômico-Social do MERCOSUL/Central Única dos Trabalhadores

FCES/FS – Fórum Consultivo Econômico-Social do MERCOSUL/Força Sindical

FCES/UGT – Fórum Consultivo Econômico-Social do MERCOSUL/União Geral dos Trabalhadores

IPPDH – Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos

ISM – Instituto Social do MERCOSUL

MMM – Marcha Mundial de Mulheres

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MS-SGT-11 – Ministério da Saúde – Sub-grupo de Trabalho 11

OI – Organização Internacional

FASE/REBRIP – Rede Brasileira de Integração dos Povos

REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar

REM – Reunião Especializada da Mulher

RMAAM – Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Mulher

RMADS – Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social

PUC-Rio/FOMERCO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Fórum Universitário do MERCOSUL

UFRJ/FOMERCO – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Fórum Universitário do MERCOSUL

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Relação de nomes e presença de OSCs na inauguração e nas 4 reuniões do Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo

TABELA 2: Lista de OSCs que frequentaram as reuniões do Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo com ausência de presença na inauguração

TABELA 3: Lista de OSCs por temática e quantidade

TABELA 4: Cúpulas Sociais do MERCOSUL, 2006-2016

TABELA 5: Unidade de Apoio à Participação Social (UPS): participação por país X organizações

TABELA 6: Unidade de Apoio à Participação Social (UPS): área de atuação X organizações

TABELA 7: Unidade de Apoio à Participação Social (UPS): organizações sociais brasileiras

TABELA 8: Ativismo das 9 OSCs no MERCOSUL Social

TABELA 9: Relação de apoio da UPS às OSCs: financiamento, grau de dificuldade para adesão, imposição de demandas, direitos e deveres, e suporte informacional

TABELA 10: Contribuição da UPS para as OSCs

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa o ativismo transnacional no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). De forma mais abrangente enfatiza a experiência de participação das organizações da sociedade civil brasileiras na Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do Bloco. Observa na UPS um espaço de diálogo entre a sociedade civil organizada, e as autoridades regionais do MERCOSUL a qual pode contribuir para mudanças de postura quanto a questão social.

O ativismo transnacional é uma face da participação da sociedade civil organizada, e esta dissertação discute como a UPS impactou a operacionalização das atuações das organizações da sociedade civil (OSCs) no MERCOSUL Social. Ela visa contribuir para a compreensão de como uma instituição governamental pode influenciar um padrão de ação coletiva e seu potencial para promover mudanças políticas e institucionais no âmbito nacional e transnacional.

Diante dessa perspectiva, o papel dos ativistas é um fator para o entendimento da emergência de projetos políticos transnacionais. O trabalho, primeiro, observa que a articulação em torno de temáticas ligadas ao Estado configura em uma tendência para as OSCs. Segundo, examina as referidas propostas temáticas inseridas no plano das organizações internacionais.

O MERCOSUL é um bloco regional formado para trocas comerciais entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela. A partir de 2006, o mesmo se abriu a participação social. Criou instituições com o objetivo de estimular e facilitar o debate e implementar ações transnacionais no âmbito do bloco que beneficiassem a sociedade civil dos Estados-parte. Na sequência, em 2013, as autoridades do MERCOSUL fundaram a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) com a intenção de estimular e organizar a participação da sociedade civil organizada. À época de sua criação a UPS possuía uma coordenação escolhida pelas OSCs dos Estados-parte, e funcionou com certa regularidade até o fim do mandato do primeiro coordenador em 2016.

A relevância de estudar a UPS está no seu potencial de incrementar o ativismo político transnacional mediante a aglutinação de diversas organizações e movimentos sociais. O ativismo transnacional no MERCOSUL adquiriu um

espaço na UPS para buscar o diálogo, a apresentação de demandas, e a participação da sociedade civil.

O tema é rico para análise o qual poderia abranger todos os Estados do MERCOSUL e suas respectivas OSCs, todavia em razão da limitação de tempo e de espaço o Brasil foi a escolha metodológica viável para a elaboração desta dissertação.

Com relação a ausência de versão da UPS e do Bloco sobre o ativismo transnacional e sua articulação com as OSCs na pesquisa a única razão dada é a falta de informação. Infelizmente não foi possível realizar entrevistas com membros e funcionários da UPS. Os contatos administrativos que responderam a comunicação se limitaram a dizer que não poderiam ajudar na pesquisa, e que o organismo está em processo de reestruturação burocrática e contratação de efetivos por concurso público.

Durante a fase de coleta de dados foram feitos contatos com a professora Mariana Vásquez, ex-coordenadora da UPS até 2016, e com agentes do setor administrativo da Secretaria do Bloco. Todavia diante da respectiva ausência de resposta a versão institucional enfatizando o entendimento do próprio MERCOSUL sobre a pesquisa não pode ser realizada.

O ativismo transnacional se insere na fronteira do Estado e da sociedade. Sua dinâmica é caracterizada pela dupla atuação das OSCs no plano nacional e transnacional. Aí se configura a problemática objeto da presente dissertação. Ou seja, como as OSCs podem incidir politicamente nos planos nacional e transnacional, se em ambas as institucionalidades existem bloqueios ao diálogo e à difusão de informações?

A maior parte das organizações está enraizada em espaços nacionais e priorizam mudanças domésticas, mas, ao mesmo tempo, constroem alianças transnacionais. É devido a toda essa atividade que este trabalho fala de múltiplas trajetórias para a transnacionalidade (VON BÜLOW, 2009, p.29).

O conceito de múltiplas trajetórias para a transnacionalidade de Von Bülow (2009) enriquece o debate e abre novas possibilidades para a compreensão do ativismo transnacional no MERCOSUL Social ao possibilitar o entendimento de como as OSCs brasileiras cadastradas na UPS, objeto da

pesquisa dessa dissertação, atuam tanto no âmbito doméstico quanto transnacional.

A partir da problematização acima, o trabalho adota a proposta do ativismo transnacional na UPS como fator norteador para a compreensão da participação da sociedade civil no MERCOSUL Social.

O marco teórico empregado é composto por uma série de conceitos formulados por Abers e Keck (2017) ao estudarem a política de águas brasileira. Enfatiza que o ambiente de negociação política é assaz entrelaçado em sua institucionalidade, pois o ator político precisa dialogar com grupos sociais e políticos de dentro e de fora do meio institucional.

Trazendo essa perspectiva para o caso em questão, no processo de negociação o ator político faz uso do ativismo nacional e transnacional para realizar pressão sobre outros atores envolvidos. Esse movimento aguça a articulação política em torno do interesse em jogo no qual poderá ter êxito se houver reconhecimento.

O reconhecimento político é o fator preponderante para a concretização da capacidade política do ator negociador, pois ter esse prestígio diante de outros atores e da própria institucionalidade gera legitimidade para maior ativismo.

O ativismo transnacional somente alcança resultados com a superação dos ambientes entrelaçados mediante o reconhecimento do ator político. Após essa etapa, emerge no cenário o que Abers e Keck (2017) chamam de autoridade prática. Ou seja, uma capacidade política auferida pelo ator político capaz de construir e efetuar mudanças comportamentais a favor de suas propostas temáticas.

A autoridade prática é um tipo de poder em que a capacidade para resolver problemas e o reconhecimento obtido possibilitam aos atores tomar decisões que serão acatadas. [...]. Criar autoridade prática não significa necessariamente tomar o poder de outros atores, pode referir-se a uma autoridade criadora, envolvendo a produção de competências para fazer coisas que ninguém havia feito (ABERS; KECK, 2017, p.36).

A dissertação busca compreender se as OSCs registradas na UPS conseguiram obter autoridade prática. O conceito da autoridade prática permite

mensurar o grau de ativismo transnacional e a participação da sociedade civil organizada na UPS.

A hipótese de pesquisa é que o cadastro na UPS não incentivou a concretização da autoridade prática das organizações sociais.

Os objetivos da dissertação são: 1-compreender o desenvolvimento de capacidades políticas das OSCs, e a sua relação na obtenção de autoridade prática para a efetivação de mudanças no MERCOSUL Social e 2-avaliar o papel da relação de estímulo do Estado brasileiro com a obtenção da autoridade prática pelas OSCs na UPS.

O marco temporal de 2006 a 2016 cobre a ascensão e continuidade da temática social no MERCOSUL. A adoção de um horizonte temporal de 10 anos visa retratar o devido contexto histórico, uma vez que seu objeto, a UPS, foi criada em 2013.

A metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa. Primeiro dar-se-á ênfase ao uso de fontes bibliográficas de artigos, dissertações, teses e dados oficiais com vista a produção de uma análise teórica reflexiva. Em seguida, a partir de dados específicos de fontes secundárias se produz um marco analítico que permite a compreensão dos temas abordados. Finalmente, se faz uso de um roteiro de entrevistas baseado num questionário semiestruturado para realizar a pesquisa de campo junto às organizações da sociedade civil participantes da UPS, apresentadas no Apêndice 1. A metodologia empregada na realização do trabalho de campo da pesquisa para essa dissertação foi a seguinte. Primeiro, foi enviado por e-mail um convite para participar da pesquisa junto com um roteiro de entrevistas semiestruturado (Apêndice 2) às 67 OSCs brasileiras cadastradas da UPS. Em seguida, foram realizadas entrevistas telefônicas (telefone, WhatsApp e Skype) com 9 OSCs que concordaram em colaborar com a pesquisa.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta uma análise da evolução histórica da atuação da sociedade civil brasileira e do seu ativismo transnacional no MERCOSUL. A análise parte da experiência da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com a discussão da dinâmica de construção de redes e seus agrupamentos nas negociações da ALCA, e seus impactos políticos durante a realização das Cúpulas das Américas. O capítulo 2 analisa os impactos políticos da evolução do processo de

participação da sociedade civil no âmbito do Mercosul social, mediante o estudo da relevância de suas Cúpulas Sociais, da atuação de organizações sociais (OSCs) e da institucionalização da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL. O capítulo 3 apresenta o marco teórico para análise do ativismo transnacional no MERCOSUL baseado no conceito de autoridade prática. Sua primeira seção discute os conceitos de sociedade civil, sociedade civil global, e de governança global no mundo e sua aplicação no ativismo transnacional. Ela tem por objetivo salientar que o desafio de atuação da sociedade civil se tornou global. A segunda configura o marco analítico da autoridade prática. Define os conceitos de entrelaçamento, reconhecimento e ativismo institucional que compõem o universo de construção da autoridade prática. O capítulo 4 apresenta e discute os resultados das entrevistas realizadas com OSCs. A primeira parte analisa o perfil de cada OSC a partir do tópico do ativismo social no MERCOSUL Social. A segunda analisa o perfil de cada uma a partir do ativismo social na UPS. E a terceira discute os resultados obtidos sobre o papel das OSCs no ativismo transnacional a partir da validação da hipótese de pesquisa com o marco teórico da autoridade prática. Finalmente, as conclusões indicam a validação da hipótese pela falta de autoridade prática das OSCs na UPS, conforme análise feita com o roteiro de entrevistas, e finaliza com a afirmação da necessidade de governança no MERCOSUL para a promoção de mudanças.

CAPÍTULO 1: PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E ATIVISMO TRANSNACIONAL

O objetivo deste capítulo é apresentar uma análise da evolução histórica da atuação da sociedade civil brasileira e do seu ativismo transnacional no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A análise parte da experiência da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A primeira parte discute a dinâmica da construção de redes e seus agrupamentos nas negociações da ALCA, com o propósito de mostrar o impacto político do emergente ativismo social transnacional no processo da Cúpulas das Américas.

1. A emergência do Ativismo Social Transnacional: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Em 1989, o mundo observou a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, que havia tido sua sociedade dividida em torno de duas visões políticas opostas. Em seguida, logo no início da década de 1990, se assistiu à fragmentação da União Soviética, pondo um fim a Guerra Fria. Naquele contexto, as relações internacionais experimentaram um período de mudanças comportamentais no âmbito de suas relações políticas, e isso atingiu a sociedade de forma latente. Até então as temáticas sociais não tinham destaque na sua agenda durante a bipolaridade.

Assim após a relativa retração da União Soviética do cenário internacional se expandiu o discurso do multilateralismo e questões diversas passaram a ocupar a agenda de política externa dos Estados nacionais. Na América do Sul, a pauta de maior destaque foi a comercial e os Estados se engajaram em negociações visando a formação de blocos econômicos regionais como o Tratado de Assunção que reuniu, em 1991, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai no MERCOSUL.

O impulso adquirido com a experiência da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com o ativismo transnacional contribui para pensar a formação do tema no MERCOSUL. A ALCA almejava a construção de uma área de livre comércio aglutinando todos os Estados do continente americano, com exceção de Cuba que então permanecia sob o embargo econômico dos Estados Unidos.

Em que pese seu fracasso último, a ALCA foi importante para a trajetória evolutiva da atuação da sociedade civil nas relações internacionais no continente, à medida que se observou uma mudança paradigmática na forma de compreensão da democracia: as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se tornam atores no processo de negociação entre governos e o mercado. A crença exclusiva no modelo democrático liberal sofreu uma transformação e as OSCs emergem no cenário político como entes de monitoramento das atividades dos Estados e buscam influenciar suas agendas e práticas de política pública.

Diante das mudanças no modelo de interpretação democrática, emerge na linha de pensamento o conceito de 'democracia participativa' que possui inúmeras definições, mas que para fins deste estudo é conceituado da seguinte forma:

Longe de se identificar com uma forma de governo, a democracia participativa está associada à igualdade e à possibilidade de ampliar direitos e participação. Este novo conceito de democracia vem de mãos dadas com as ONGs que são constituídas em comunidades epistêmicas. Diferentemente de outras redes transnacionais - sindicatos, profissionais ou empresariais - estas comunidades se articulam a partir de uma causa comum e de um conjunto de valores políticos, dentre os quais se sobressai a convicção de que sua causa, meta política, melhorará o bem-estar de todos habitantes sem distinção de classes nem nacionalidades. Neste sentido entendem [a sociedade civil] que a melhor estratégia é a influência sobre os organismos internacionais e o "empoderamento" da opinião pública (BOTTO; TUSSIE, 2003, p.29-30).

A democracia participativa surge como visão alternativa complementar ao modelo representativo e defende o desfrute social de todos os bens públicos globais sem exclusividades. Esses bens são chamados de direitos e se traduzem, primeiramente, na defesa do meio ambiente e da igualdade entre homens e mulheres. Posteriormente foram incorporados outros temas, tais como: a eliminação da pobreza, o acesso a informação e a segurança humana.

A forma de obter acesso a esses bens somente pode ser feita mediante a cooperação e coordenação entre os governos, mercados e a sociedade civil.

Logo, as OSCs buscam atuar no plano transnacional de forma a apresentar propostas e modificar ou rejeitar projetos.

O advento do paradigma da participação alavancou a questão social no seio dos processos de integração regional, os quais em sua grande maioria possuíam até então o foco exclusivamente nas pautas comerciais. Nesse entendimento, a participação é definida como substantiva ou adjetiva. A participação substantiva se traduz na abertura de canais de influência efetiva sobre as decisões públicas. A participação adjetiva assume que o objetivo primordial dos governos é legitimar suas ações através do diálogo e da troca de informação (BOTTO; TUSSIE, 2003; 2005, p.31 e 86).

As novas formas de participação social vistas a partir das negociações da ALCA seguem pelo prisma adjetivo mediante a abertura de espaços, mecanismos de consulta e canais participativos privados dos atores da sociedade civil.

A realização da primeira das Cúpulas das Américas em 1994, foi o espaço institucional que proporcionou uma maior expressividade ao ativismo das OSCs. Estas concentraram suas ações no movimento de redes transnacionais. Em conformidade com o nível das negociações da ALCA e da diversidade múltipla de causas representativas dos grupos envolvidos, se verifica, ora cooperação e coerência entre as OSCs, ora não cooperação e incoerência das mesmas entre si. Essa diferenciação é fundamental para a compreensão dos embates que ocorreram e, logo, constituem o âmago analítico das afirmações e negações do processo de negociação.

O ambiente das cúpulas era multifacetado e com ênfase na temática de abertura comercial. Devido à abrangência da proposta das cúpulas, as OSCs foram privadas de participarem do início das negociações da ALCA e apenas os atores específicos foram incluídos no processo. Em contrapartida, os efeitos negativos como a falta de transparência e de democracia impulsionaram o ativismo das OSCs que passaram a exigir sua participação substantiva junto aos atores governamentais.

1.1. As Cúpulas das Américas

As Cúpulas das Américas tiveram 4 edições¹: I Cúpula de Miami, nos Estados Unidos, em 1994, a II Cúpula de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, em 1996, a III Cúpula de Santiago, no Chile, em 1998, e a IV Cúpula de Quebec, no Canadá, em 2001.

A realização das cúpulas das Américas representa um marco importante para a análise de integração regional no continente americano, pois diversos blocos regionais já existiam no período de início das negociações da ALCA a exemplo da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do próprio MERCOSUL para enfatizarmos apenas a América do Sul.

As movimentações em torno das cúpulas tinham por interesse a abertura comercial entre os Estados americanos e, em um primeiro momento, somente as organizações empresariais foram convidadas para participarem dos eventos oficiais. Essa medida desagradou os sindicatos e demais entidades da sociedade civil as quais passaram a questionar a legitimidade democrática das negociações da ALCA. Após pressões dos grupos excluídos do processo as cúpulas ampliaram sua pauta às questões sociais.

Na I Cúpula de Miami, em 1994, a estruturação da participação social evoluiu a partir de três canais da sociedade civil. No primeiro, a atração das principais OSCs foi feita mediante o fomento do Grupo de Apoio da Sociedade Civil pelos Estados Unidos. No segundo, o North-South Center encabeçou uma série de consultas públicas em parceria com universidades latino-americanas – *The University of the West Indies*, na Jamaica, a Pontifícia Universidade Javeriana, na Colômbia, e a Universidade de Belgrano, na Argentina – as quais desenvolveram documentos sobre governabilidade democrática, comércio e meio ambiente sob coordenação da Casa Branca e Departamento de Estado dos EUA. No terceiro, a *Fundación Futuro Latinoamericano* (FFL) realizou consultas próprias em 14 Estados, mas os resultados não tiveram impacto na cúpula.

¹ As Cúpulas das Américas não tiveram término após a Cúpula de Quebec, em 2001, mas para esse trabalho se enfocou apenas as que abrangeram as negociações da ALCA. A realização das cúpulas teve sua continuidade com as Cúpulas de Monterrey, no México, em 2004; Mar del Plata, na Argentina, em 2005; Porto de Espanha, em Trinidad e Tobago, em 2009; Cartagena das Índias, na Colômbia, em 2012; Cidade do Panamá, no Panamá, em 2015; e a de Lima, no Peru, em 2018.

O Grupo de Apoio da Sociedade Civil, sob liderança da *Fundación Esquel*, articulou parceiros ambientais dos EUA – *National Audubon Society*, *Natural Conservancy*, e *Environment Law Institute* - os quais haviam dado respaldo com suas influências durante as negociações do Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA.

Diversas entidades se envolveram no processo: a *Concerned Civil Society Organizations Office*, a qual é um braço do Serviço Mundial da Igreja/Ajuda Mundial Luterana, o Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ), coligado a Igreja Católica na Argentina e Uruguai, o *Washington Office on Latin America*, o *Sierra Club*, o *Public Citizen*, a *Common Frontiers* (Canadá), a Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio - RMALC (México), a Federação Americana do Trabalho – Organizações Industriais do Congresso - AFL-CIO, a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores – ORIT. Apesar da quantidade de organizações o consenso de objetivos entre as mesmas foi difícil, em detrimento do modo como as organizações foram incorporadas nas negociações da ALCA. Algumas tiveram uma postura crítica frente a condução do processo, enquanto outras desejavam romper com as OSCs moderadas e com as negociações dirigidas pelo governo de Bill Clinton.

Então, haveria uma divisão entre essas organizações: enquanto algumas dessas OSC continuariam a apoiar as cúpulas subseqüentes de um ponto de vista crítico, outras, como as *Common Frontiers* e a RMALC, se tornariam membros centrais da ASC.

O resultado foi um boicote parcial dos procedimentos oficiais da cúpula, que foi expresso em uma declaração exigindo a inclusão mais ampla de questões trabalhistas, incluindo padrões mais estritos que os do NAFTA em termos de trabalho e meio ambiente (KORZENIEWICZ; SMITH, 2003, p.57).

A participação da sociedade civil na Cúpula de Miami teve muitos entraves por parte dos governos e divergências de natureza política entre as organizações. Todavia houve de fato uma participação das OSCs em debates e consultas a sociedade civil sobre temáticas chave da ALCA.

Por exemplo, a *National Audubon Society* expressou sua decepção com a falta de ligações entre os planos de expansão comercial e as metas ambientais,

bem como a resistência continuada de muitos governos à participação da sociedade civil. Já a FFL apresentou uma avaliação bastante otimista desta cúpula, indicando que o processo manteve um notável ímpeto na geração de valores coletivos e mecanismos participativos desde sua fase preparatória.

Em resumo, a Cúpula de Miami já mostrou uma divisão significativa entre diferentes OSCs do ponto de vista de papéis, posições e estratégias em face do processo das Cúpulas das Américas.

Em geral, os documentos de Miami trazem a marca de uma participação sem precedentes de atores não-governamentais incorporando, em algumas iniciativas oficiais, palavra por palavra, partes de alguns dos documentos entregues pela sociedade civil organizada. As consultas que levaram à cúpula produziram uma diluição progressiva das ações inicialmente contempladas em uma série de questões.

A *National Audubon Society* expressou sua decepção com a falta de ligações entre os planos de expansão comercial e as metas ambientais, bem como a resistência continuada de muitos governos à participação da sociedade civil. O FFL apresentou uma avaliação bastante otimista desta cúpula, indicando que o processo manteve um notável ímpeto na geração de valores coletivos e mecanismos participativos desde sua fase preparatória.

Em resumo, a Cúpula de Miami já mostrou uma divisão significativa entre diferentes OSC's do ponto de vista de papéis, posições e estratégias em face do processo das Cúpulas das Américas (KORZENIEWICZ; SMITH, 2003, p.58).

A II Cúpula de Santa Cruz de la Sierra, em 1996, se desenvolveu a partir de duas consultas feitas a sociedade civil. A primeira foi dirigida pela FFL em parceria com o North-South Center, entretanto os resultados não possibilitaram a viabilidade necessária para o projeto por conta de baixo financiamento e foram apresentados diretamente a Organização dos Estados Americanos (OEA). A segunda foi feita pelo Grupo de Apoio da Sociedade Civil sob coordenação do Grupo *Esquel* realizado em Montevideo, Uruguai, com apoio da OEA e da *United States Agency for International Development* (USAID), e visava a criação de um espaço institucional e uma estratégia para a promoção da participação cidadã.

Com a participação de vinte e nove delegações oficiais e quarenta e cinco organizações regionais, [a conferência] elaborou uma recomendação clara para a cúpula - que os chefes de Estado autorizassem na OEA a criação de um espaço institucional e uma estratégia para promover e sistematizar participação cidadã -. Esta recomendação sobreviveu intacta às árduas negociações e foi assinada como parte do Plano de Ação da Cúpula Boliviana (KORZENIEWICZ; SMITH, 2003, p.58-59).

Na III Cúpula de Santiago, em 1998, as OSCs apresentaram um comportamento mais dividido e a divergência incentivou a formação de dois grandes grupos, amargando prejuízos para o rumo das negociações da ALCA. O primeiro grupo se compunha daquelas OSCs que possuíam uma participação mais estreita junto aos Estados, ditos *insiders*. Os *insiders* representam OSCs que buscam seguir o processo oficial da ALCA, e por isso aceitam um grau de relativização de demandas a favor de ganhos positivos. Os *insiders* apresentaram uma maior capacidade de consenso e de articulação de pautas durante as negociações.

O segundo grupo se compunha daquelas OSCs que não aceitavam a condução da posição dos governos e apresentavam características mais diretas com o intuito de exercerem pressão externa sobre as negociações. Chamadas de *outsiders*, essas OSCs tinham como meta a inclusão absoluta de suas propostas, e por conta de sua rigidez no tratamento das pautas apresentaram baixa capacidade para o consenso e articulação de propostas.

É preciso enfatizar que as OSCs *insiders* e *outsiders* tinham elementos comuns entre si como a percepção de falta de transparência e de *déficit* democrático nas negociações da ALCA. O motivo do choque se deve ao modo de operação que ambos os grupos entendiam como assertivos para as suas atuações.

Uma referência de *insider* é a *Corporación PARTICIPA* a qual com apoio da USAID organizou reuniões com representantes da sociedade civil e dos governos com a intenção de promover entendimentos recíprocos.

Acrescentou cinquenta e cinco representantes de organizações da sociedade civil de vinte e dois países em todo o continente e os

segundos setenta representantes de organizações da sociedade civil, cinquenta e um de governos e dez de organizações internacionais e / ou regionais. A maioria das [organizações da sociedade civil] que participaram anteriormente mostrou-se disposta a trabalhar em estreita colaboração com os governos. Estes eram um grupo distinto daqueles que mais tarde organizariam a Cúpula dos Povos em paralelo (KORZENIEWICZ; SMITH, 2003, p.61).

Neste período de polarização entre os grupos da sociedade civil é realizada a I Cúpula dos Povos composta pelas OSCs outsiders com a proposta de um viés alternativo para as Américas. Na cúpula se reuniram representantes de sindicatos, organizações ambientais, indígenas, de mulheres, de direitos humanos, acadêmicos visando articular um modelo diferente das vias oficiais.

Nesse contexto ascende a principal referência de OSC *outsider* a Aliança Social Continental (ASC) a qual acelerou a formação de redes e o fortalecimento de uma identidade comum hemisférica de oposição as propostas das negociações oficiais.

Os representantes da sociedade civil querem ser ouvidos neste debate [sobre a Alca] porque a própria essência da autodeterminação democrática está em risco. Os governos devem manter o direito de impor regras aos investidores estrangeiros, resolver disputas de investimento sob as leis nacionais e controlar o capital efêmero e especulativo para que a integração econômica seja ambientalmente saudável e benéfica para todos os cidadãos das Américas, especialmente os grupos historicamente marginalizados, como mulheres, povos indígenas e pessoas de cor (KORZENIEWICZ; SMITH, 2003, p.62).

A IV Cúpula de Quebec, em 2001, o governo canadense buscou conciliar as tensões existentes entre as OSCs valorizando as discussões sobre o fortalecimento da democracia como estratégia de moderação. Os governos central e provincial incentivaram conferências acadêmicas e reuniões com a sociedade civil e a doação de 300 mil dólares para a realização da II Cúpula dos Povos.

Entre a participação das OSCs *insiders* a Corporación PARTICIPA, FOCAL e Grupo *Esquel* coordenaram consultas nacionais e regionais visando

serem incluídas na agenda oficial da cúpula. O resultado foi a elaboração do informe: *Propostas de Organizações da Sociedade Civil para a Cúpula das Américas 2001* da cidade de Quebec. Nele foram apresentadas diversas recomendações participativas abrangendo questões de educação, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, indígenas e comércio.

No tocante a participação das OSCs *outsiders* a ASC sob liderança da *Common Frontiers* e da RQIC enfatizaram protestos contra os eventos oficiais e o ativismo em fóruns com debates sobre a democracia social e propostas alternativas. A síntese da atuação da ASC traduz-se na afirmação: Aliança Social Continental diz não a ALCA. Outras Américas são possíveis !!!

Uma insatisfação da ASC era a falta de respostas aos documentos que as OSCs entregavam para as negociações com os governos e a carência de retorno das mesmas. Para tal a entidade exigiu uma reunião com os chefes de Estado, mas apenas alguns sindicatos foram convidados a participarem de uma mesa redonda com as autoridades canadenses. Essa medida desagradou a ASC que decidiu abandonar a ideia inicial e dedicar atenção a II Cúpula dos Povos.

De modo geral, de acordo com essa posição, a ASC e outros sessenta grupos, incluindo representantes do Congresso Trabalhista Canadense e líderes de grupos indígenas, exigiram uma reunião pública com os presidentes e chefes de estado, e que isso seja coberto pela mídia. No entanto, apenas alguns grupos sindicais foram convidados a participar de uma mesa redonda com quatro ministros do Canadá e sem uma imprensa. Isso levou a ASC e outros grupos de fora a rejeitar o convite do governo e mostrar solidariedade às organizações que coordenaram a II Cúpula dos Povos. [...] por sua vez, alguns dos *insiders* criticaram o fraco apoio aos direitos trabalhistas, a proteção ambiental e o restante da agenda social defendida pela maioria dos ativistas da sociedade civil. O sindicalismo e a maioria dos forasteiros consideraram a reunião de Quebec e as Cúpulas das Américas um processo de "clonagem do NAFTA" e foram categóricos em sua condenação da Declaração Final (KORZENIEWICZ; SMITH, 2003, p.67-68).

A ALCA alavancou a possibilidade de inclusão de temáticas, debates e consultas públicas contribuindo para que as OSCs pudessem exercer atuação no decorrer das cúpulas das Américas. Entretanto é preciso salientar que a dificuldade de acesso por parte dos governos facilitou a ampliação do ativismo, sobretudo, dos grupos *outsiders* os quais procuraram se aglutinar em redes cuja expressão maior é a ASC.

Ao mesmo tempo, no nível transnacional, foi criado o CSA, que reúne diferentes OSC, redes, sindicatos, ONGs e movimentos sociais dos países americanos. A REBRIP integra o Comitê coordenador da ASC, com redes como a Rede de Ação do México sobre Comércio Livre e do *Réseau Québécois sur l'Intégration Continentale* (RQIC). A ASC buscou principalmente democratizar as negociações da ALCA por meio de publicações, diferentes sites e, principalmente, através da organização da Cúpula dos Povos (BOTELHO, 2003, p.190).

Fazendo alusão ao caso brasileiro (BOTELHO, 2003, p.190) especifica que diversas OSCs e sindicatos buscaram cooperar institucionalmente debaixo da organização da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP). A cooperação possuía caráter assimétrico, porém o objetivo dessas organizações participantes era se fazer presente nas negociações mediante a inclusão de pautas ou o simples acesso a informação.

Com efeito, a Rebrip, criada no final de 1998 para acompanhar o processo de negociação da ALCA, tem entre seus membros a CUT, a CGT, a Contag, a FASE, o IBASE, o INESC, entre outros. No entanto, no seu interior, a participação é bastante assimétrica: apenas a CUT tem estado ativamente envolvida, enquanto outras organizações não puderam participar sistematicamente devido a problemas financeiros, recursos humanos e organizacionais. Estes incluem a FASE ou os centros sindicais Contag e CGT. Este tipo de organização é baseado na participação ou participação em redes, como forma de estar presente. [...] Primeiro, promover o desenvolvimento das capacidades técnicas de identificação, acesso e análise de informação e determinar quais ONGs poderiam atuar como multiplicadores dessas competências. Em segundo lugar, é necessário definir critérios de representação dentro da heterogeneidade do movimento, que

permitem a estruturação de uma hierarquia. Dessa forma, os custos envolvidos no compartilhamento da participação com uma estrutura de canais institucionais e uma dinâmica de negociação dentro das instâncias existentes seriam reduzidos. A operacionalização efetiva da Rebrip representa um passo positivo nesse sentido. No entanto, as pressões das forças centrípetas que giram em torno das organizações, dadas suas posições divergentes, não apenas em relação às estratégias de representação e legitimidade, mas também em termos de posições, representam um desafio significativo de governança (BOTELHO, 2003, p.190-191).

A ALCA chegou ao seu término sem a concretização de existência devido aos entraves políticos que se sobressaíram na agenda de negociações. Entretanto para o ativismo transnacional a experiência das cúpulas das Américas trouxe para as OSCs algo de grande importância: o aprendizado. O aprendizado e a interação entre as OSCs e os governos contribuiu para a inserção da participação social nos processos de negociação ampliando e aguçando estratégias de atuação.

1.2. Institucionalização da Questão Social e da Participação da Sociedade Civil nas Relações Multilaterais do Brasil. A Agenda Social: Do MERCOSUL à Aliança do Pacífico

A integração regional e a participação social ganharam maior *expertise* político com os anos de movimentações em torno da ALCA, contribuindo para impulsionar projetos análogos na América do Sul. O MERCOSUL se constitui no maior destaque local, visto que foi a principal escolha do Brasil e da Argentina, os Estados com maior grau de industrialização, no processo de regionalismo aberto e participação da sociedade civil.

O modelo do MERCOSUL é similar ao da CAN (Comunidade Andina) e semelhante ao da Comunidade Econômica Europeia (CEE) precursora da atual União Europeia (UE), ou seja, os Estados centram objetivos na criação de instituições intergovernamentais visando a promoção do livre comércio. Para facilitar o diálogo se abrem espaços para os grupos empresariais e sindicais

fazerem sugestões de propostas, e ao final fundam-se parlamentos regionais buscando melhorar a relação dos blocos com a sociedade civil.

Nesse nicho apenas a UE logrou êxito em equilibrar o eixo econômico e social instaurando uma supranacionalidade a qual obriga os Estados a cumprirem as determinações do bloco. Com isso Bruxelas conseguiu manter uma coesão política e social sem a perda de institucionalidade medida que não existe na CAN e no MERCOSUL.

O excesso de temáticas sociais sobrecarrega a estrutura institucional do MERCOSUL, o qual foi projetado inicialmente para tratar de assuntos comerciais. Logo se aponta a necessidade de reformas estruturais no bloco caso os Estados-parte decidam permanecer com políticas de cunho social. No tangente a inclusão da participação da sociedade civil o que ocorre no MERCOSUL de hoje é semelhante ao que aconteceu no passado com a ALCA. Ou seja, a grande quantidade de propostas políticas e sociais não pode ser absorvida no contexto da institucionalidade.

Do ponto de vista institucional a enorme diversidade de interesses e motivações, contra múltiplos recortes setoriais e regionais, torna cada vez mais difícil agregar os interesses do setor, gerando um enorme desafio em termos de governança. Nesse sentido, a estratégia adotada carece de uma clara divisão de trabalho entre os diversos segmentos e, principalmente, de um plano de disseminação da aprendizagem organizacional. É fundamental estabelecer uma hierarquia de canais e processos para a elaboração de demandas. Caso contrário, o padrão de participação estabelecido poderia ser seriamente afetado. Por um lado, os negociadores do governo poderiam perder legitimidade aos casos atuais de negociação com o setor empresarial e, por outro, pode perceber as propostas heterogêneas desses atores como um elemento anárquico, levando a uma sobrecarga do sistema implementado para processamento. Tudo isso afetaria negativamente a estratégia de negociação e exigiria uma reconfiguração dos canais e padrões de relacionamento estabelecidos (BOTELHO, 2003, p.192).

O destaque de um Bloco regional que atualmente caminha em sentido oposto ao referido acima, em referência a CAN, a ALCA, e ao MERCOSUL, é a Aliança do Pacífico. Criada em 28 de abril de 2011 a Aliança reúne como

membros o México, a Colômbia, o Peru e o Chile além de diversos Estados observadores dos cinco continentes.

O propósito da Aliança do Pacífico é incentivar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre os Estados em questão aproveitando o potencial econômico do eixo Ásia-Pacífico. O destaque de crescimento do bloco recai sobre o foco promovido pelos seus atores cuja ênfase é descrita no Acordo Marco:

A Aliança do Pacífico tem como objetivos os seguintes:

- a. construir, de forma participativa e consensual, uma profunda área de integração para avançar progressivamente para a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas;
- b. promover maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias das Partes, com vistas a alcançar maior bem-estar, superação da desigualdade socioeconômica e inclusão de seus habitantes; e
- c. tornar-se uma plataforma de articulação política, integração econômica e comercial e projeção para o mundo, com ênfase especial na Ásia-Pacífico (ACORDO MARCO DA ALIANÇA DO PACÍFICO, 2011, Artigo 3).

A Aliança se constitui no exemplo de um bloco regional que é funcional respeitando a configuração que lhe foi dada, ou seja, o foco comercial permaneceu em destaque sem a interferência de terceiras pautas, em detrimento do MERCOSUL o qual ainda permanece como sendo uma união aduaneira incompleta.

Diante dessa questão se salienta que o objetivo dessa seção da presente dissertação não é rejeitar a inclusão de pautas sociais no interior dos blocos regionais, mas, sim, discutir as institucionalidades mais propensas a inclui-las, assim como identificar e analisar os fatores que se destacam nos processos de maior e menor ativismo no Brasil.

O MERCOSUL perdeu parcela de importância internacional, à medida que não inovou sua institucionalidade, e abriu margem para que as pautas sociais

crescessem sem rumos específicos e com baixo grau de consenso entre as OSCs atuantes nos Estados-parte.

1.3. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

O MERCOSUL é uma organização internacional criada pelo Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, com o objetivo de iniciar uma união aduaneira e promover o livre comércio entre os Estados-parte. Com sede em Montevideu, Uruguai, o Bloco se constitui atualmente de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela como membros plenos.

A estrutura institucional do MERCOSUL é composta por sete organismos: Conselho do Mercado Comum, Grupo do Mercado Comum, Comissão do Comércio, Parlamento, Foro Consultivo Econômico Social, Tribunal Permanente de Revisão, e Secretaria Administrativa.

O Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão de decisões políticas do Bloco e possui como função zelar pela política de integração regional e pelo cumprimento do Tratado de Assunção. É composto pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia dos Estados parte com obrigação de realizar reuniões ao menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados membros.

O Grupo Mercado Comum (GMC) é o órgão executivo da Instituição e se compõe de cinco membros titulares e cinco membros alternados por país nos quais devem obrigatoriamente constar representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, Ministérios de Economia, e dos Bancos Centrais os quais precisam se reunir a cada três meses.

A Comissão de Comércio (CCM) é o órgão responsável pela aplicação dos instrumentos de política comercial comuns do Bloco, e é integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternados por país. É coordenada pelos Ministérios de Relações Exteriores e se reúne ao menos uma vez por mês quando solicitada pelo Grupo Mercado Comum ou quaisquer Estados parte.

O Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) foi instituído, em 2006, substituindo a Comissão Parlamentar Conjunta e se reúne pelo menos uma vez ao mês. Seu objetivo é fortalecer os processos de integração mediante as suas dez Comissões Permanentes.

O Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) é o órgão que representa os setores da sociedade os quais assistem o Grupo Mercado Comum com recomendações de cunho econômico e social.

O Tribunal Permanente de Revisão é o órgão jurídico do Bloco e possui a responsabilidade pela solução de controvérsias. É composto por cinco árbitros titulares de cada Estado parte com um suplente, e um quinto árbitro indicado unanimemente pelos países membros.

A Secretaria Administrativa é o órgão responsável pela guarda dos documentos e arquivos do MERCOSUL e de prestar apoio técnico ao Grupo Mercado Comum e demais setores.

1.3.1. Mercosul Social: Do regionalismo aberto ao regionalismo pós-liberal

O MERCOSUL foi criado nos moldes do regionalismo aberto o qual permaneceu sem alterações durante a década de 90. A ênfase do regionalismo aberto visa fomentar a integração a partir do viés de matriz liberal com privilégios para as questões comerciais e econômicas.

Os objetivos dessa abordagem foram atingidos, pois o comércio entre os Estados-parte cresceu a partir de sua alavancagem, produzindo uma nova dinâmica. Entretanto institucionalmente o bloco não alcançou de forma plena seu propósito, e ainda permanece como uma união aduaneira e comercial em construção.

O Bloco regional experimentou uma crise no início dos anos 2000 que o deixou com baixo crédito político, sobretudo, após os resultados das crises argentina e brasileira. Nesse mesmo período ascende ao poder nos respectivos Estados governos com agendas políticas de bem-estar social os quais buscam incentivar no MERCOSUL iniciativas de cunho social.

Com a intenção de promover um afastamento da esfera comercial os governos brasileiro e argentino, encabeçados nas figuras de Lula da Silva, e de Nestor Kirchner, incentivam no MERCOSUL a construção de um regionalismo pós-liberal enfatizando como centralidade valorativa o desenvolvimento econômico e a justiça social.

O retorno aos ideários desenvolvimentistas da CEPAL permeia o direcionamento das políticas que o Bloco passou a incorporar em substituição

lenta a perspectiva do livre comércio. Todavia a noção de desenvolvimento adotada não preconiza apenas o crescimento econômico e estimula o acesso, manutenção e expansão de direitos civis, políticos e sociais para as populações.

O modelo teórico adotado por Amartya Sen (2000) analisa as mudanças que ocorreram com o regionalismo pós-liberal no MERCOSUL. O ideal de desenvolvimento de Sen abrange um entendimento além das meras questões econômicas, pois para ele a noção de liberdade é fundamental para a compreensão do papel Estado na vida em sociedade.

A violação da liberdade por regimes autoritários, a ausência de programas de políticas públicas em áreas importantes como a saúde e a educação, ou mesmo a carência de serviços públicos essenciais para a melhora da qualidade de vida, tais como o tratamento de água e esgoto e o saneamento básico são referências de privação da liberdade. Sem o acesso a esses bens a sociedade tende a recair na pobreza econômica, e mesmo a ter suas expectativas reduzidas no tangente a manutenção da paz e ordem social.

Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.17-18).

Ter o agente livre, ou seja, o cidadão, é o mecanismo de propulsão para o desenvolvimento. Isto significa que a liberdade individual e a realização do social somente podem ter o efeito de mudança quando existem as condições políticas e econômicas necessárias para a realização de eventos.

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para

participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2000, p.19).

No plano regional se observa o estímulo ao desenvolvimento mediante o crescimento de pautas sociais no MERCOSUL. A ascensão do discurso de direitos sociais ampliou a percepção dos agentes quanto ao potencial do Bloco para reivindicar meios para exercerem a sua liberdade. A participação social é uma extensão do exercício da liberdade individual na sociedade política, pois o desenvolvimento como liberdade se faz a partir do desejo de mudança.

Então, a compreensão sobre este processo contempla não somente as benesses do crescimento econômico como também as expande para além da consideração de um simples número, incorporando a noção de “desenvolvimento como liberdade”, de Amartya Sen: “o processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam” (LAISNER; PAVARINA; DE MÁRIO; FERREIRA, 2017, p.4).

Decorre daí sua noção de desenvolvimento: que consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (LAISNER; PAVARINA; DE MÁRIO; FERREIRA, 2017, p. 5).

A concepção de justiça social abrange uma percepção de política pública com o objetivo de “corrigir as falhas do mercado” que as políticas liberais ocasionariam. Conforme esse entendimento caberia ao Estado buscar interferir na sociedade quando a “influência do mercado” resultasse em prejuízos para a emancipação social. O ideal de justiça social busca corrigir o que é considerado injusto com o propósito de promover o equilíbrio entre a liberdade e a igualdade.

Assim, é fundamental que a estrutura básica da sociedade seja plenamente justificada, e por isso o direito à justificação de demandas é, em sua teoria, o bem fundamental da justiça, pois para ele mesmo que o processo de justificação das estruturas de poder e distribuição de bens e riqueza possa não fazer frente às injustiças históricas e presentes, ele nos permite alcançar as raízes da injustiça social e estruturar os meios institucionais através dos quais alterá-la (LAISNER; PAVARINA; DE MÁRIO; FERREIRA, 2017, p.7).

Assim no MERCOSUL a questão social se incorporou a agenda do Bloco com um viés de participação da sociedade civil buscando não somente a promoção de pautas políticas, como também a expansão de canais para o ativismo transnacional, pois:

A justiça social, assim como o desenvolvimento, se define não apenas a partir das condições materiais de produção e distribuição de riquezas, mas também a partir dos valores de fundo, socialmente compartilhados, que justificam a atuação dos diversos atores e instituições, e legitimam coletivamente os processos, procedimentos e os resultados substantivos alcançados (LAISNER; PAVARINA; DE MÁRIO; FERREIRA, 2017, p.7).

A partir do Fórum Consultivo Econômico-Social² (FCES) são as estruturas institucionais do MERCOSUL começam a ser ampliadas e se observam a criação de importantes espaços de participação da sociedade civil, que passam a ter a partir do fim da década de 1990 e início dos anos 2000 projeção dentro da esfera de participação social.

A Declaração *Sociolaboral* do MERCOSUL de 1998 é a primeira mudança de cunho social que o bloco inicia no âmbito do FCES (JÚNIOR, 2013, p.100). Em 2000, os presidentes dos Estados-parte, juntamente com Bolívia e Chile, assinam a Carta de Buenos Aires na qual os mandatários se comprometem a buscar soluções viáveis diante dos problemas sociais enfrentados pelos membros do bloco.

No mesmo ano se cria a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS) com o propósito de coordenar políticas de desenvolvimento social e geração de espaços de debate

² O MERCOSUL surge com a referência em seu preâmbulo de realizar uma política comum que favoreça as questões econômicas e sociais, tal qual a descrição: “Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social”. Por ocasião do Protocolo de Ouro Preto (1994) ficou estabelecida a criação do FCES mediante suas recomendações ao Grupo Mercado Comum, conforme o Artigo 29: “O Foro Consultivo Econômico-Social terá função consultiva e manifestar-se-á mediante recomendações no Grupo Mercado Comum”. (Coletânea de Direito Internacional e Constituição Federal. Tratado de Assunção, p. 1333 3 1350, 2011).

visando a produção de estratégias conjuntas para a resolução de problemáticas sociais.

Em 2004, o Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004-2006 utiliza pela primeira vez o termo sociedade civil no âmbito oficial (JÚNIOR, 2013, p.100), e começa a desenvolver institucionalidades buscando abranger setores específicos para a realização de políticas públicas, sobretudo, nas áreas de agricultura familiar, saúde e de educação.

Ainda no mesmo ano o destaque é da criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) a qual visa contribuir no acesso a mercados, assistência técnica e serviços financeiros buscando fortalecer a produção e o comércio da agricultura familiar no bloco. (LAISNER; PAVARINA; DE MÁRIO; FERREIRA, 2017, p.10).

Em 2007, é criado o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) se consolidando como um órgão técnico-político este tem como finalidade assessorar os governos na construção de políticas regionais, reduzir assimetrias e promover o desenvolvimento humano. (LAISNER, 2015, p.9).

Em 2009, se cria o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) o qual possui a proposta de incluir a participação de grupos segregados por meio da inclusão mediante a ações estratégicas de políticas públicas de caráter social com ênfase nos direitos humanos. (LAISNER, 2015, p.9; JÚNIOR, 2013, p.108-109).

Em 2010, é aprovado o Estatuto de Cidadania do MERCOSUL o qual configurou um conjunto de direitos fundamentais tais como: circulação de pessoas, fronteiras, identificação, documentação, trabalho e emprego, previsão social, educação, transporte, e defesa do consumidor com vistas a ser desenvolvido em 2020. (LAISNER, 2015, p.9).

Em 2011, a Reunião Especializada da Mulher (REM), criada em 1998, é reestruturada com o nome de Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM). O objetivo básico é assessorar as autoridades sobre questões de violência contra a mulher, sobretudo, no âmbito da violência doméstica e tráfico para finalidades comerciais e de exploração sexual, assim como no que diz respeito a esfera trabalhista.

Considerações finais

Neste capítulo se buscou fazer uma análise descritiva dos mecanismos de integração regional da América do Sul com particular ênfase nas contribuições políticas para o ativismo transnacional. Se abordaram as perspectivas resultantes do processo de negociação da ALCA mediante a realização das Cúpulas das Américas, assim como da Aliança do Pacífico e do MERCOSUL.

No capítulo 2 serão abordados os avanços da participação social no MERCOSUL mediante apresentação do Programa MERCOSUL Social e Participativo, Cúpulas Sociais e Unidade de Apoio à Participação Social (UPS).

CAPITULO 2: A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: BARREIRAS E AVANÇOS

No âmbito da política é relevante considerar o interesse da sociedade civil pelas questões internacionais como um fator positivo e reflexo da democratização da própria política externa brasileira: “a razão pública é uma característica de uma população democrática: é a razão dos seus cidadãos, daqueles que partilham o status igual de cidadania”. (AVRITZER, 2000, p.34).

Dessa forma a participação política se torna mais incisiva nas questões de política externa, à medida que o debate sobre a importância da esfera internacional permite o destaque da atuação de grupos da sociedade civil, os quais passam a fazer pressão governamental a favor de seus interesses sociais.

A conexão entre a sociedade civil e a política externa brasileira possui pouca ênfase devido as restrições políticas e a forma antissocial que caracterizaram o regime militar do país até a promulgação da Constituição de 1988. (AVRITZER, 2012, p.386). A partir da nova constituição a esfera política ganhou um novo impulso social na década de 1990, cujas contribuições para a política externa refletem-se na redemocratização do Brasil e no oferecimento do Estado para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

A redemocratização expande a atuação do Estado na fomentação de direitos sociais, e no incentivo das políticas públicas encabeçadas no texto da Carta Magna, e na atuação da sociedade civil. Diante desse cenário a política externa se converteu gradativamente num espaço de articulação de políticas públicas e de participação social convergindo-a em instrumento de democratização das relações internacionais brasileiras, conforme:

A movimentação inicial para tentar alinhar a política externa a uma política pública de caráter democrático foi iniciada por Tancredo Neves, que buscou reforçar, por mais de uma vez, a fórmula do “paralelismo” e da “plena convergência” entre o processo interno de transição democrática e a proposta do Itamaraty de democratização das relações internacionais (MESQUITA, 2012, p.286).

A Constituição de 1988 representou a manutenção dos objetivos dos diversos entes da sociedade civil que buscavam maior participação política naquele período, e, assim, se consolidou o ressurgimento democrático da sociedade brasileira. Nessa perspectiva os movimentos sociais, sindicatos, empresariado, estudantes, organizações não governamentais (ONGs) tiveram maior aproximação para dialogarem com o governo e apresentarem suas pautas, conforme sinaliza:

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p.65).

Ainda no início da década de 1990, o âmbito internacional experimentava mudanças com fim da bipolaridade entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética cujo reflexo contribuiu para o crescimento de uma maior influência política de Washington sobre as relações internacionais. Entretanto a revés do discurso dominante, em torno da existência de uma imposição de uma agenda liberal pelo Consenso de Washington, o governo Collor de Mello adotou uma postura de equilíbrio político ao reconhecer uma oportunidade de reinserção da imagem internacional do país no exterior.

Nesse momento Brasília ofereceu o país a Organização das Nações Unidas (ONU) para sediar, a Rio-92, cuja realização não apenas contribuiu para reforçar a democracia brasileira, como também para dar impulso na articulação entre as ONGs nacionais e internacionais. (BOTTO; TUSSIE 2003, p.30). A Rio-92 trouxe diálogo e convergência de interesses sociais durante a Cúpula dos Povos, porém na mesma se observou a restrição de representatividades pelo Estado brasileiro, o qual entendia a sociedade civil apenas pelo olhar das ONGs, e diante desse fato outras parcelas da sociedade foram privadas de participação.

Os efeitos da democratização e da Rio-92 alavancaram transformações de impacto na esfera política da sociedade civil brasileira a qual experimentava um novo ciclo de percepção social. A modernização econômica é um exemplo das mudanças que ocorreram durante o governo Collor de Mello cuja atuação

possibilitou a abertura da economia do país, como também estabeleceu bases para a criação do Mercado Comum do Sul, MERCOSUL, sem ceder espaço para problemáticas ideológicas, tais quais existiam durante a Guerra Fria. A política doméstica do Brasil inaugurou um período de maior interação entre a sociedade civil e a política externa que seguiu passos incrementais nos governos de Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula da Silva.

2.1. Programa MERCOSUL Social e Participativo

O Programa MERCOSUL Social e Participativo (PMSP) foi criado no dia 06 de outubro de 2008 pelo Decreto Nº 6.594 no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República e do Ministério de Relações Exteriores do Brasil pelo ex-Presidente Lula da Silva. O PMSP tem as seguintes funções:

Art. 2º O Programa Mercosul Social e Participativo tem as seguintes finalidades:

- I - Divulgar as políticas, prioridades, propostas em negociação e outras iniciativas do Governo brasileiro relacionadas ao MERCOSUL;
- II - Fomentar discussões no campo político, social, cultural, econômico, financeiro e comercial que envolvam aspectos relacionados ao MERCOSUL;
- III - Encaminhar propostas e sugestões que lograrem consenso, no âmbito das discussões realizadas com as organizações da sociedade civil, ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo do Mercado Comum do MERCOSUL.

O objetivo do PMSP é organizar a sociedade civil brasileira para que esta possa imprimir no MERCOSUL uma funcionalidade mais social. Mediante as reuniões do Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo (CBMSP), que se propôs a fazer quatro encontros por ano, a proposta visa a divulgação das políticas do governo e o encaminhamento de sugestões da sociedade civil com o propósito de debate e posterior apresentação no GMC.

Compareceram à reunião de inauguração no dia 06 de outubro de 2008 39 representantes de OSCs: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABLGT), Agência Nacional de Telecomunicações - Sub-Grupo de Trabalho 1 (ANATEL-SGT-1), Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ), Central Geral de Trabalhadores do Brasil (CGTB), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Divisão do Mercado Comum do Sul/Ministério das Relações Exteriores (DMC/MRE), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), Fórum Universitário do MERCOSUL (FOMERCO), Força Sindical (FS), GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, Instituto de Desenvolvimento da Cooperação e Relações Internacionais (IDECRI), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Sub-Grupo de Trabalho 3 (INMETRO-SGT-3), Instituto Paulo Freire (IPF), Ministério do Desenvolvimento Agrário/Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (MDA-REAF), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/MERCOSUL Social (MDS-MERCOSUL Social), Ministério da Educação e Cultura/MERCOSUL Educacional (MEC-MERCOSUL Educacional), Ministério da Previdência, MS-SGT-11, Ministério do Meio Ambiente - Sub-Grupo de Trabalho 6 (MMA-SGT-6), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Programa MERCOSUL Social e Solidário (PMSS), Programa Somos MERCOSUL (PSM), Rede Brasileira de Integração dos Povos (REBRIP), Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais/Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (SAF/SRI-FCCR), Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/Ministério do Meio Ambiente (SAIC/MMA), Secretaria Especial de Direitos Humanos/Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (SEDH-RAADH), Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Ministério dos Direitos Humanos/Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (SEPPIR-

RAADH), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), SPM-REM, TEM-SGT-10. (SANTOS, 2010 p.72-73).

TABELA 1: Relação de nomes e presença de OSCs na inauguração e nas 4 reuniões do Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo

Reunião de inauguração	1ª Reunião	2ª Reunião	3ª Reunião	4ª Reunião	Total
ABIA		x	x	x	3
ABGLT		x		x	2
ANATEL- SGT -1					0
CEBRAPAZ	x	x	x	x	4
CGTB	x	x	x	x	4
CIVES	x	x		x	3
Confederação das Mulheres do Brasil	x	x			2
CONTAG	x	x			2
CUT	x			x	2
DMC/MRE					0
FASE					0
FBES	x	x	x	x	4
FBOMS	x				1
Federação Democrática Internacional de Mulheres	x	x	x		3
FOMERCO			x		1
Força Sindical					0
GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra				x	1
IBASE		x			1
IDECRI				x	1
INMETRO - SGT - 3					0
Instituto Paulo Freire	x	x	x	x	4
MDA - REAF					0
MDS - MERCOSUL SOCIAL					0
MEC - MERCOSUL EDUCACIONAL					0
Ministério da Previdência					0
Ministério da Saúde - SGT- 11					0
MMA - SGT - 6					0
MRE					0
Programa MERCOSUL Social e Solidário		x	x	x	3
Programa Somos MERCOSUL					0
REBRIP	x		x	x	3
RITS					0
SAF/SRI- FCCR					0
SAIC/MMA					0
SEDH-RAADH					0
SEPPIR-RAADH					0
Serviço Pastoral dos Migrantes	x	x	x	x	4
SPM - REM					0
TEM - SGT - 10					0

Fonte: adaptação de SANTOS, Rafael retirada de sua dissertação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento – PUC – GO. Consultado em: 18.06.2018

O início do PMSP foi exitoso com a participação das OSCs na qual se observa um grau de interesse elevado dado ao comparecimento na reunião de inauguração. Todavia a presença das OSCs ao longo das 4 reuniões do CBMSP, realizadas em Brasília, apresenta grande discrepância em relação a participação inicial.

Na I reunião, em 19 de novembro de 2008, apenas 12 OSCs participaram seguidas de 13 OSCs na II reunião, de 17 de março de 2009, de 10 OSCs na III reunião, de 09 de junho de 2009, e 13 OSCs na IV reunião, de 02 de dezembro de 2009. Se entende que a limitação de participação é explicada pelo baixo acesso a informação sobre PMSP, pela baixa capacidade financeira das OSCs de disponibilizarem representantes durante as reuniões do CBMSP, e mesmo pelo desinteresse.

TABELA 2: Lista de OSCs que frequentaram as reuniões do Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo com ausência de presença na inauguração

Organizações da Sociedade Civil	1ª Reunião	2ª Reunião	3ª Reunião	4ª Reunião	Total
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	x	x	x	x	4
Conectas Direitos Humanos	x	x	x	x	4
Confederação Sindical das Américas	x			x	2
Coordenação Nacional de Entidades Negras	x	x	x	x	4
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura			x		1
CIVES ALAMPYME			x		1
Central Única de Favelas - CUFA			x		1
Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa				x	1
Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL/Força Sindical			x	x	2
Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL/União Geral dos Trabalhadores				x	1
Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL/OCB				x	1
Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL/CUT		x	x		2
Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar	x				1
Fórum Universitário do MERCOSUL - UFRJ/FOMERCO		x		x	2
Fórum Universitário do MERCOSUL - FOMERCO			x		1
Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	x	x			2
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP				x	1
Geomercosul Juvenil				x	1
Inclusão, Integridade e Independência - 3IN				x	1
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC		x	x		2
Instituto Equit		x			1
Instituto Observatório Social		x			1
Instituto de Desenvolvimento e de Direitos Humanos - IDDH				x	1
Instituto de Desenvolvimento da Cooperação e Relações Internacionais - IDECRI				x	1
Instituto Pólis				x	1
Marcha Mundial de Mulheres		x		x	2
Movimento Nacional de Direitos Humanos			x	x	2
PUC- Rio/FOMERCO	x				1
Rede Brasileira de Integração dos Povos - FASE/REBRIP		x			1
União dos Trabalhadores		x			1
União Geral dos Trabalhadores na Agricultura	x				1

Fonte: adaptação de SANTOS, Rafael retirada de sua dissertação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento – PUC – GO. Consultado em: 18.06.2018

Fato surpreendente foi o aparecimento de um grupo de 31 OSCs além das 39 OSCs que compareceram na reunião de inauguração do PMSP. Na I reunião 8 OSCs participaram seguidas de 12 OSCs na II reunião, 11 OSCs na III reunião, e 17 OSCs na IV reunião. Em comparação ao universo da reunião de inauguração se observa que o segundo grupo de OSCs, que frequentou as reuniões do CBMSP, obteve presença maior do que o primeiro grupo no qual apresenta baixa participação.

A concentração de participação se explica durante a IV reunião do CBMSP pelo aumento de interesse no PMSP, todavia entre o primeiro grupo de 39 OSCs e o segundo grupo com 31 OSCs apenas 10 OSCs tiveram comparecimento em todas as reuniões do CBMSP: Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNPE), CEBRAPAZ, Central Geral de Trabalhadores do Brasil, CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, Conectas Direitos Humanos (CDH), Coordenação Nacional de Entidades Negras (CNEN), Instituto Paulo Freire, REBRIP, SPM e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

No âmbito do PMSP apenas as OSCs com maiores recursos financeiros e informacionais estariam aptas a realizarem um ativismo mais expressivo no MERCOSUL social. As demais contribuiriam com um ativismo médio com ênfase no apoio logístico e na formação de redes, seja em razão da baixa capacidade de articulação política, seja pela carência de recursos financeiros, ou mesmo por interesse pontual.

É preciso salientar que existem OSCs que compareceram a 2 ou 3 reuniões do CBMSP cuja importância não é desconsiderada. Entretanto o quantitativo de participação única no CBMSP chega a 20 OSCs³ o que permite entender que a participação ainda é pequena.

³ As OSCs são: Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar, PUC-Rio/FOMERCO, União Geral dos Trabalhadores na Agricultura (UGTA), Associação Brasileira de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Instituto Equit, Instituto Observatório Social, União dos Trabalhadores (UT), Associação Latino-americana de Micro, Pequena e Média Empresa (CIVES – ALAMPYME), Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC), Central Única de Favelas (CUFA), Fórum Universitário do MERCOSUL/FOMERCO, Inclusão, Integração e Independência – 3IN, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDH-PE), Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL/OCB, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações

TABELA 3: Lista de OSCs por temática e quantidade

Temática das OSCs	Total
Afrodescendente	1
Agricultura Familiar	1
Comunicação	2
Cooperação Internacional	1
Cultura	1
Direitos Humanos	13
Direitos Trabalhistas	1
Direito à Cidade	1
Economia Solidária	1
Educação	3
Empresarial	2
Gênero	1
Juventude	1
LGBT	1
Meio Ambiente	1
Migrantes	1
Mulheres	4
Representação Brasileira	11
Representação do MERCOSUL	10
Sindical	7
Universitário	4

Fonte: adaptação de SANTOS, Rafael retirada de sua dissertação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento – PUC – GO. Consultado em: 06.06.2018

Conforme se observa na tabela acima a expressividade de OSCs de direitos humanos, mulheres, sindicais, universitárias e de representações brasileiras e do MERCOSUL compõem o quadro geral de participação nas reuniões de inauguração do PMSP e das demais do CBMSP. A baixa participação das demais OSCs pode ser explicada pela dificuldade de mobilização nos seus respectivos temas de atividade, assim como da carência de recursos financeiros para a promoção de interesses. É notório o interesse das

Populares (GAJOP), Geomercosul Juvenil, Instituto de Desenvolvimento e de Direitos Humanos (IDDH), IDECRI, Instituto da Mulher Negra, e o Instituto Pólis.

instituições oficiais as quais apresentam parcerias entre si, mediante a participação em subgrupos de trabalho no âmbito do MERCOSUL, ou diretamente no PMSP.

2.2. Cúpulas Sociais

Após a intensificação da fase econômica e de integração entre os Estados-parte o Bloco regional se voltou para a esfera social no intuito de alavancar uma agenda que permitisse o diálogo com a sociedade civil.

Diante desse estímulo, nasce o Programa Somos Mercosul, em 2005, durante a Presidência Pro Tempore do Uruguai com o objetivo de superar as assimetrias regionais, instaurar políticas sociais e dar ênfase a participação da sociedade civil. A intenção do Programa é: “envolver a cidadania na integração regional, e favorece a criação de espaços onde a sociedade civil e os governos possam debater a formulação de demandas e participem dos processos decisórios de construção do bloco” (MACHADO, 2014, p.79).

O I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social ocorreu em Córdoba, Argentina, em 2006, onde se estabeleceram os primeiros diálogos entre organizações sociais e os presidentes da Instituição. As movimentações por um MERCOSUL social cresceram e culminaram, em 2006, na I Cúpula Social do Mercosul, em Brasília cujo teor insere no âmbito regional a experiência da governabilidade social, tal qual ocorreu com os orçamentos participativos e com o Fórum Social Mundial.

Os Estados-parte acordaram que fariam as Cúpulas Sociais a cada seis meses com o propósito de incentivar a participação da sociedade civil. Diante do fato as Cúpulas ocorreram quase que ininterruptamente entre 2006-2016, conforme a tabela abaixo:

TABELA 4: Cúpulas Sociais do MERCOSUL, 2006-2016

Cúpulas Sociais do Mercosul		
Estado	Cidade	Data
Argentina	Córdoba	19-20 de julho de 2006
Brasil	Brasília	13-15 de dezembro de 2006
Paraguai	Assunção	26-27 de junho de 2007
Uruguai	Montevideo	14 de dezembro de 2007
Argentina	Tucumán	27-29 de junho de 2008
Brasil	Salvador	14-15 de dezembro de 2008
Paraguai	Assunção	22-23 de julho de 2009
Uruguai	Montevideo	07-09 de dezembro de 2009
Argentina	Isla del Cerrito	24-26 de julho de 2010
Brasil	Foz do Iguaçu	14-16 de dezembro de 2010
Paraguai	Assunção	28-29 de junho de 2011
Uruguai	Montevideo	18-19 de dezembro de 2011
Argentina	Mendoza	27-28 de junho de 2012
Brasil	Brasília	04-06 de dezembro de 2012
Uruguai	Montevideo	09-11 de julho de 2013
Venezuela	Caracas	27-31 de janeiro de 2014
Argentina	Paraná	11-12 de dezembro de 2014
Brasil	Brasília	14-16 de julho de 2015
Uruguai	Montevideo	30 de junho e 01 de julho de 2016

Fonte: adaptação de SILVA, Albuquerque Carolina; MARTINS, Vieira Renato José. Las Cumbres Sociales del MERCOSUR I – Historia y Acervo – SILVA. Consultado em: 16.01.2018

A Cúpula de Córdoba, na Argentina, em 2006.1, é importante por ter sido a catalisadora de todo o processo de encontros periódicos da sociedade civil. Nela se enfatizaram: a participação social como garantia para a integração regional; a presença do Estado para a realização de políticas estratégicas; a inclusão da pauta ambiental como política de Estado; a ampliação da participação feminina nos níveis decisórios do MERCOSUL; a definição de uma política clara para os médios e pequenos produtores; incorporação de agendas nacionais com a regional favorecendo os setores infraestrutura, habitação, turismo, comércio, educação, tecnologia, energia; a relevância do parlamento do bloco; o debate sobre o uso da terra e dos recursos naturais; e o monitoramento

da sociedade civil sobre a construção do processo integrativo. (MERCOSUL, 2016, p.14).

A Cúpula de Brasília, no Brasil, em 2006.2, representou a abertura de discussão de diversos temas chave para as OSCs do MERCOSUL. Nessa cúpula se enfatizaram: a participação dos movimentos sociais e organizações sociais na busca de incidirem sobre as decisões do bloco; a articulação do MERCOSUL com outros processos integrativos da América do Sul; a saudação da criação do PARLASUL; o fortalecimento das políticas públicas regionais; a formulação de uma estratégia de desenvolvimento regional urbano que contemple a sustentabilidade; o combate as formas de violência contra a mulher; o papel da cultura como ente de construção de uma identidade regional; e a defesa do acesso a água em especial de proteção do aquífero Guarani. (MERCOSUL, 2016, p.20-24).

A Cúpula de Assunção, no Paraguai, em 2007.1, não pode ser analisada neste estudo, pois infelizmente o documento oficial sobre as cúpulas sociais do MERCOSUL, no qual estão sendo retiradas as principais contribuições de cada cúpula, não apresentou declarações sobre a Cúpula de Assunção.

A Cúpula de Montevideo, no Uruguai, em 2007.2, teve uma abordagem centrada nas questões do trabalho, em especial, com a defesa de valores específicos divulgada na Carta dos Presidentes das Coordenações Sindicais do Cone-Sul, tais como: a regulamentação da terceirização com vista a proteção de empregos e benefícios e a institucionalização de uma fiscalização trabalhista conjunta. (MERCOSUL, 2016, p.36).

Se enfatizaram nessa cúpula: o fortalecimento do processo democrático regional com o objetivo de melhorar o exercício dos direitos do cidadão não só políticos, mas também civis e culturais; o avanço da construção de diálogos entre o Estado e a sociedade civil; a garantia de participação dos movimentos sociais e OSCs nos órgãos locais, nacionais e oficiais do MERCOSUL; contribuição para que os espaços de participação sejam reconhecidos por sua transparência; e a valorização e disseminação de uma agenda social que oriente a sociedade civil no processo de integração. (MERCOSUL, 2016, p.38).

A Cúpula de Tucumán, na Argentina, em 2008.1, teve um caráter essencialmente ambientalista com a valorização de perspectivas de proteção e mudança de consumo. Se enfatizaram na mesma: a promoção de sistemas

jurídicos equitativos com prioridade para os direitos humanos; promoção da educação ambiental; elaboração de estratégia energética regional favorecendo a energia limpa; a declaração da água como um direito humano; e a garantia a segurança alimentar. (MERCOSUL, 2016, p.48-49).

A Cúpula de Salvador, no Brasil, em 2008.2, priorizou a temática da educação como meio de respeito aos direitos humanos afastando todas as formas de discriminação e promovendo a inclusão, o diálogo e a participação. A principal ênfase dessa perspectiva abordou a defesa do livre acesso à educação superior. (MERCOSUL, 2016, p.68).

A Cúpula de Assunção, Paraguai, em 2009.1, teve como temática central a economia social e solidária com foco na agricultura familiar e no cooperativismo. Se enfatizaram na cúpula: a reformulação do MERCOSUL deixando de ser um bloco exclusivamente comercial para ser social, cultural e ambiental; a incorporação do termo soberania alimentar na linguagem técnica dos Estados-parte ao tratarem da pauta; a defesa da reforma agrária; a elaboração de modelos produtivos sustentáveis e alternativos valorizando os princípios da economia solidária; a criação de fóruns e de conselhos consultivos para a comunicação entre as redes da sociedade civil, em especial, institucionalizando esses canais com as chancelarias dos respectivos Estados; e o fortalecimento de políticas do Estado em benefício do setor cooperativo visando a redução de assimetrias e melhoramento da gestão. (MERCOSUL, 2016, p.75-76).

A Cúpula de Montevideo, no Uruguai, em 2009.2, teve a saúde como tema chave, e se enfatizaram: que o Estado possui a obrigação de financiar o setor como parte da consolidação da democracia e dos direitos humanos; o fortalecimento institucional de conselhos consultivos da sociedade civil sobre a proteção e direito a saúde no marco regional; e a criação pública de medicamentos indispensáveis a demanda de saúde como forma de política pública entre os Estados-parte. (MERCOSUL, 2016, p.86-87).

A Cúpula de Isla del Cerrito, na região de Chaco, Argentina, em 2010.1, teve como temática a mudança climática e a pobreza. Se enfatizaram ações voltadas para as seguintes questões: o uso de energias renováveis; o apoio e promoção de cultivos orgânicos locais e acesso a mercados por parte da agricultura familiar campesina; a promoção do desenvolvimento social e

sustentável dos povos indígenas, afrodescendentes e das populações nacionais respeitando a diversidade cultural e os direitos dos ancestrais, em especial, sobre seus territórios; e a promoção de sanções penais para as empresas que não respeitam leis ambientais. (MERCOSUL, 2016, p.88-89).

A Cúpula de Foz do Iguaçu, no Brasil, em 2010.2, teve como tema norteador a valorização e inclusão dos afrodescendentes nas pautas do bloco. Se efetivaram: a implementação de um grupo de trabalho voltado para os debates sobre a população negra, sobretudo, no que tangencia ao combate a discriminação, violência, e articulação com outros grupos de trabalho ligados as mulheres, direitos humanos, juventude e portadores de necessidades especiais. (MERCOSUL, 2016, p.108-109).

A Cúpula de Assunção, no Paraguai, em 2011.1, seguiu a proposta de tema da cúpula de Foz do Iguaçu, e ressaltou a importância de políticas públicas como mecanismos de redução de assimetrias dos afrodescendentes no bloco. É de relevância mencionar que nesse período foi aprovado o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) o qual traz um conjunto de metas a serem defendidas no MERCOSUL social, tais como: desenvolvimento social, agricultura familiar, meio ambiente, trabalho e emprego, direitos humanos, igualdade entre homens e mulheres, educação e cultura. (JÚNIOR, 2013, p.104-105).

A Cúpula de Montevideo, no Uruguai, em 2011.2, permaneceu com o tema dos afrodescendentes, mas enfatizou a importância das comunicações para a liberdade de informação e de expressão. Nesse nicho a defesa da implantação de um marco regulatório no setor brasileiro foi fator preponderante visando entre outros motivos o limite à concentração nas comunicações, fortalecimento de rádios e televisões comunitárias, aprimoramento dos mecanismos de proteção às crianças e adolescentes, e acessibilidade. (MERCOSUL, 2016, p. 137-138; 141-147).

A Cúpula de Mendoza, na Argentina, em 2012.1, teve seus trabalhos centrados nos afrodescendentes, igualdade entre homens e mulheres, e povos originários, entretanto destaca-se a importância da temática sobre cultura e pensamento latino-americano. Nesse quesito se enfatizaram: a criação de um centro interdisciplinar de estudos latino-americanos nas instituições do bloco, a formação de uma unidade curricular sobre o pensamento e a cultura latino-americanas, a criação de um sistema de troca de experiências entre as OSCs

da região, e a validação rápida de títulos e estudos no âmbito regional. (MERCOSUL, 2016, p.165).

A Cúpula de Brasília, no Brasil, em 2012.2, teve como tema a cidadania e a participação social na qual se enfatizaram: o direito a memória, a verdade e a justiça, em apoio aos trabalhos da Comissão Brasileira da Verdade; o fortalecimento das instituições sócias no MERCOSUL: Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), espaços de representação e participação como o PARLASUL, o Plano de Ação Social, as próprias cúpulas; a criação da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS). (MERCOSUL, 2016, p.184-185).

A Cúpula de Montevideo, no Uruguai, em 2013, trouxe o reflexo de diversos acontecimentos internacionais de destaque naquele momento os quais interessam-nos citar: a compreensão pelas OSCs de que a Aliança do Pacífico é um bloco de inspiração imperialista, de caráter retrógado e com auspícios de divisor da América Latina; a assertividade pelo funcionamento efetivo do Instituto Social do MERCOSUL, IPPDH, a valorização do FCES pelos Estados, o Escritório do Alto Representa Geral do MERCOSUL, e da UPS; a aproximação do bloco com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) em contra oposição a consolidação da Aliança do Pacífico; a suspensão do Tratado de Livre Comércio entre o bloco e Israel com a exclusão de produtos originários de assentamentos em territórios palestinos; e a rejeição de negociações fundadas na concepção de livre comércio no âmbito do MERCOSUL salvo na hipótese de promoção de equilíbrio políticas econômicas e sociais. (MERCOSUL, 2016, p.188-190).

A Cúpula de Caracas, na Venezuela, em 2014.1, teve uma temática política centrada em críticas ao livre comércio, liberalismo político e econômico, e um caráter bastante incisivo nas questões geopolíticas. Se enfatizaram: o respeito à soberania do Haiti; a afirmação de soberania argentina sobre as ilhas britânicas das Malvinas, Geórgia do Sul e *Sandwich del Sur*; apoio ao processo de paz colombiano; a rejeição dos tratados de livre comércio que os Estados Unidos fez com Estados latino-americanos e o avanço da cultura liberal na região encabeçada pela Aliança do Pacífico; a saudação pela criação da UPS e a necessidade de recursos visando aprofundar a participação das OSCs no bloco;

e a convocação de eleições diretas para o Parlamento do MERCOSUL. (MERCOSUL, 2016, p.195-198).

A Cúpula de Paraná, na província de Entre Ríos, Argentina, em 2014.2, teve como temática central: mais participação social para aprofundar a integração. Se enfatizaram: a criação de um fundo financeiro para auxiliar a participação social; a necessidade de formação de uma rede informativa para divulgação do ocorrido nas cúpulas sociais; a organização de um regulamento para as próprias cúpulas no tratamento com as autoridades e gestão participativa; e a promoção de espaços de participação no formato de mesas e fóruns visando garantir os debates. (MERCOSUL, 2016, p.207-208).

A Cúpula de Brasília, no Brasil, em 2015, teve como temática a continuidade do proposto anteriormente pela Cúpula de Paraná abordando a ampliação de direitos e da maior participação na integração regional. Se enfatizaram: a recomendação aos governos pela implantação do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) e do Estatuto de Cidadania do bloco; a consolidação de eleições diretas ao PARLASUL a todos os Estados-parte; a ampliação de maiores recursos financeiros para o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) responsável por contribuir na redução de assimetrias no bloco; a inclusão da temática sobre deficiência na agenda permanente do bloco com destaque para a criação de conselhos consultivos da sociedade civil nos Estados-parte e Associados; e o apoio a formação de um Conselho de Defesa dos Povos do MERCOSUL visando proteção da soberania, democracia e direitos humanos. (MERCOSUL, 2016, p.211; 214-216).

A Cúpula de Montevideo, no Uruguai, em 2016, teve abordagem política semelhante as duas últimas cúpulas com destaques para o dito golpe midiático-judicial-parlamentar no Brasil e apoio a chamada democracia na Venezuela. Se enfatizaram: o fortalecimento da UPS e de uma definição de caráter normativa com o objetivo de dar maior incidência aos processos de participação com a vinculação de suas propostas frente ao bloco; e a defesa da democracia na institucionalidade do MERCOSUL, sobretudo, para a realização de eleições diretas para o PARLASUL pelo Brasil, Uruguai e Venezuela. (Declaração da XX Cúpula Social do MERCOSUL, 2016, p.3-4).

A síntese do papel das Cúpulas Sociais no Mercosul se constitui não somente na participação, mas, sim, na oportunidade de dialogar diretamente

com os representantes responsáveis pela implementação de políticas oficiais. Nesse nicho afirma:

As Cúpulas são importantes para a realização de atividades de elaboração e discussão de políticas de integração. Os grupos da sociedade civil se organizam para dialogar com os representantes com a finalidade de levar as demandas sociais ao conhecimento, favorecendo a promoção de políticas públicas regionais, se reúnem os representantes dos governos, parlamentos, centrais sindicais, confederações da agricultura familiar, direitos das mulheres, meio ambiente, juventude, cultura, entre outros. O objetivo das cúpulas é incorporar aos setores que queiram contribuir à integração (MACHADO, 2014, p.82).

2.3. Unidade de Apoio à Participação Social

Com as Cúpulas Sociais o Bloco regional trouxe para o interior do MERCOSUL uma dinâmica política diferenciada, à medida que nela as diversas OSCs expressavam suas opiniões visando democratizar os espaços de discussão. Nessa linha, com o intuito de aprofundar a relação sociedade civil e institucionalidade foi criado em 2013, em Montevideo, Uruguai, a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS).

A UPS visa oferecer maior organização e estabilidade aos grupos participantes mediante: 1- servir como um canal de diálogo do MERCOSUL com as organizações sociais, 2- construir e manter um registro de organizações e movimentos sociais do MERCOSUL, 3- dar apoio às Cúpulas Sociais, 4- financiar a participação social em atividades do bloco, e 5- receber e analisar solicitação de informações apresentadas pelos representantes das organizações e movimentos sociais dos Estados-partes.

Desse modo a UPS funciona como um arranjo institucional para que as OSCs e o MERCOSUL possam interagir. A UPS é uma instituição que abarca em seu interior um conjunto de 524 grupos de interesse da sociedade civil dos Estados parte e da Bolívia, conforme pode ser visto na tabela 6 abaixo:

TABELA 5: Unidade de Apoio à Participação Social (UPS): Participação por país X organizações

Unidade de Apoio à Participação Social (UPS)	
País	Número de organizações
Venezuela	154
Argentina	150
Uruguai	74
Brasil	67
Paraguai	63
Bolívia	16

Fonte: adaptação do site do MERCOSUL: <http://registroups.mercosur.int/> Consultado em 16.01.2018.

Dentre o total de 524 instituições 212 possuem participação no MERCOSUL e 312 não possuem participação no Bloco. Entretanto do quantitativo total 277 atuam em redes e os 247 restantes não utilizam dessa estratégia.

No que tange as áreas de atuação existem 517 grupos de interesse cadastrados na UPS os quais destacam-se na tabela abaixo:

TABELA 6: Unidade de Apoio à Participação Social (UPS): área de atuação X organizações

Unidade de Apoio à Participação Social (UPS)	
Área de atuação	Quantitativo de organizações
Direitos Humanos	122
Outros	90
Agricultura familiar e camponesa	18
Gênero	32
LGBTI	46
Juventude	44
Migrantes	10
Afrodescendentes	17
Cooperativismo/Economia social e solidária	19
Povos indígenas	14

Cultura	20
Moradia e Habitat	9
Integração regional	13
Universidade	11
Comunicação	10
Ambiente	22
Trabalho/Direitos Trabalhistas	18

Fonte: adaptação do site do MERCOSUL: <http://registroups.mercosur.int/> Consultado em 16.01.2018.

Conforme indica o site do MERCOSUL, a listagem oficial de organizações brasileiras cadastradas na UPS identifica 67. Todavia a atualização feita pelo autor apontou redução de 3 organizações, possivelmente fruto de equívocos na realização do ato de registro. O quantitativo atual de organizações é de 64, consoante a tabela abaixo:

TABELA 7: Unidade de Apoio à Participação Social (UPS): organizações sociais brasileiras

Organização	Área
Associação dos Estudantes Universitários da Cidade de Itabaianinha	Juventude
Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí	Direitos Humanos
FLACSO Brasil - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	Universitária
GAIRE - Grupo de Assessoria de Imigrantes e a Refugiados	Migrantes
União da Juventude Socialista	Juventude
Cátedra Sérgio Vieira de Mello	Direitos Humanos
Opção Brasil	Integração Regional
Movimento Nacional de Direitos Humanos	Direitos Humanos
Fórum de Mulheres do Mercosul - Brasil	Gênero
Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas	Migrantes
Instituto Conexão Sociocultural	Cultura
Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - ANCED	Direitos Humanos
Associação Cristã de Moços	Direitos Humanos
Associação de Educação e Cultura - ABEC	Outro
Casa de Cultura Ilê Asé D' Osoguiã - CCIAO	Afrodesscendentes
Conselho Federal de Serviço Social	Direitos Humanos
Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação	Direitos Humanos
Associação Brasileira de Estudos da Homocultura - ABEH	LGBTI
Rede Nacional de Negros e Negras LGBT (Rede Afro LGBT)	LGBTI
Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil	LGBTI
Movimento CulturArte Betim	Cultura
Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC	Cultura
Rede Brasil de Conscientização e Transformação Política - RBCTP	Outro
ArtCidade Criativa	Cultura
Diferente, Pero no Mucho	Comunicação
Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes	Direitos Humanos
Associação de Ex-Conselheiros e Conselheiras da Infância	Direitos Humanos
Movimento Nacional de Direitos Humanos em Santa Catarina (MNDH-SC)	Direitos Humanos
Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP)	Direitos Humanos
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	Direitos Humanos
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG	Agricultura familiar e campesina
Associação Cultural e Ambientalista dos índios Tupinambás de Oliveira - Ação Tupinambá	Povos Indígenas
Nós na Rua	Juventude
Associação Comunidade Ativa de Vila Clara	Habitação
Marcha Mundial das Mulheres	Gênero
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB	Trabalho/Direitos do Trabalho
Davida: Prostituição, Saúde, Direitos Humanos	Direitos Humanos
Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	Gênero
Observatório Social do Nordeste - OBSERNE	Outro
Oficina de Imagens - Comunicação e Educação	Direitos Humanos
Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES	Cooperativismo/Economia social e solidária
Rede de Estudo Internacional e Mobilização Jovem (R.E.I)	Juventude
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos	Direitos Humanos
Associação Religiosa de Etnia Oya Dode	Afrodesscendentes
Associação de Estudantes Universitários - AEUCI	Juventude
Instituto Emarca de Pesquisa e Educação Profissional	Ambiente
Instituto Marista de Solidariedade - IMS	Sem definição
União Brasileira de Mulheres - UBM	Outro
Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas CSA	Trabalho/Direitos do Trabalho
Rede Nacional de Aprendizagem Promoção Social e Integração	Juventude
Instituto EQUIT - Gênero, Economia e Cidadania Global	Gênero
Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - (CDHIC)	Migrantes
Central Única dos Trabalhadores - CUT	Trabalho/Direitos do Trabalho
Comunidade Bahá'í do Brasil	Direitos Humanos
Campanha Latinoamericana pelo Direito a Educação - CLADE	Outro
Centro Cultural Manoel Lisboa	Direitos Humanos
Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça	Direitos Humanos
Movimento de Justiça e Direitos Humanos	Direitos Humanos
Instituto de Promoção e Estudos das Juventudes - IPEJ	Juventude
Coletivo Nacional de Juventude - O ESTOPIM	Juventude
Centro de Ação Cultural - CENTRAC	Direitos Humanos
Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação	Direitos Humanos
Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH	Direitos Humanos
União de Negros pela Igualdade - UNEGRO	Afrodesscendentes

Fonte: adaptação do site do MERCOSUL: <https://registroups.mercosur.int/> consultado em 16.01.2018.

As ações feitas pelas OSCs no âmbito do Bloco podem ocorrer desde as mais informais até as mais institucionalizadas desse modo se observa que a

criação da UPS contribuiu para envolver um quantitativo considerável de instituições com interesse na representatividade social, e permitiu que o próprio organismo do MERCOSUL funcionasse como um *broker*, isto é, um intermediário, como ator ou conjunto de atores institucionalizados responsável pela articulação entre organizações da sociedade civil.

Os papéis dos *brokers* funcionariam como intermediários internos, no seio de constelações e atores da sociedade civil com fortes afinidades, e/ou externos, na forma de pontes com outros conjuntos de atores na sociedade civil, no Estado ou no mercado (LAVALLE; VON BÜLOW, 2014, p.126).

Considerações Finais

Este capítulo abordou a evolução da avaliação dos impactos políticos do avanço da questão social no MERCOSUL Social. A análise do processo de participação da sociedade civil enfatizou o estudo da relevância de suas Cúpulas Sociais, da atuação de organizações sociais (OSCs) e, por fim, da institucionalização da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) como meio organizativo e aglutinador das OSCs no MERCOSUL, objeto de pesquisa da presente dissertação.

No capítulo 3 serão abordados os conceitos teóricos de sociedade civil, sociedade civil global, governança, autoridade prática e de ativismo transnacional utilizados na construção da dissertação.

CAPÍTULO 3: AUTORIDADE PRÁTICA E O ATIVISMO TRANSNACIONAL

O objetivo deste capítulo é apresentar o marco teórico para análise do ativismo transnacional no MERCOSUL baseado no conceito de autoridade prática. Este foi desenvolvido para fornecer uma explicação da construção da política de águas brasileira Abers e Keck, (2017). A primeira seção discute os conceitos de sociedade civil, sociedade civil global, e de governança global no mundo e sua aplicação no ativismo transnacional. O objetivo dessa seção é salientar que o desafio de atuação da sociedade civil se tornou global. A segunda parte discute o marco analítico da autoridade prática. Define os conceitos de entrelaçamento, reconhecimento e ativismo institucional que compõem o universo de construção da autoridade prática.

3.1. A Sociedade Civil

O modelo de democracia representativa é funcional e importante para a aprovação de pautas políticas, pois incentiva o diálogo e o debate sobre as questões em jogo. Todavia esse sistema tende a dificultar a institucionalização de temáticas importantes para alguns grupos sociais, seja devido a burocracia, seja devido à oposição parlamentar.

Neste interim a democracia se vê travada por interesses divergentes, e se estimula a propagação de protestos e movimentos populares desejosos por verem suas demandas atendidas. À essas mobilizações sociais são atribuídas a nomenclatura de sociedade civil, à medida que buscam a afirmação do que consideram como direitos sociais uma série de percepções políticas em defesa de uma maior democratização.

A sociedade civil é um conceito imaginário⁴, tal como o Estado e a democracia, ou seja, os teóricos a formulam visando trazer modelos explicativos

⁴ A concepção é similar ao conceito de comunidade imaginada o qual é capaz de “inventar nações [sociedade civil, democracia, sistemas políticos] onde elas não existem” (ANDERSON, 1995, p.14). Ou seja, todo o processo de formação social é uma construção, e, portanto, passa pelo crivo da política e da arbitrariedade.

para a realidade social, e proporcionar a coletividade uma referência ontológica⁵ para a concepção de projetos políticos.

“Mas, além do marco das “democracias realmente existentes “, é necessário observar em que medida os movimentos sociais adotam referências, geram discursos e criam práticas espaciais de resistência, nas quais a democracia aparece como uma criação coletiva, como a instituição de um novo imaginário, de tensão permanente entre projetos e territorialidades” (BRINGEL; ECHART, 2008, p.467).

Podem existir vários modos de explicação para o que é uma sociedade civil. Dito isto, a presente dissertação analisa a sociedade civil a partir da extrapolação do modelo representativo, pois a maior parte dos segmentos ativistas adotam essa perspectiva em escala nacional e transnacional.

A compreensão da abordagem de sociedade civil deste trabalho possui origem no pensamento de Arato e Cohen, (1994) para a construção de um modelo interpretativo. Segundo os autores a sociedade civil pressupõe uma esfera que é distinta do mercado e do Estado por assegurar sua dimensão no mundo da vida. Ou seja, a sociedade civil é entendida como uma esfera independente das relações econômicas que predominam no mercado, e da institucionalidade que está presente na estrutura do Estado.

O conceito habermasiano de mundo da vida permite uma conceitualização da sociedade civil que não corresponde ao conjunto do sistema civil. A sociedade civil constitui uma dimensão do mundo da vida assegurada institucionalmente por um conjunto de direitos que a pressupõem, ao mesmo tempo que a diferenciam das esferas economia e do Estado (ARATO; COHEN, 1994, p.156).

⁵ A sociedade civil e a democracia são “uma reflexão das práticas de natureza ritual ou simbólica que visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição” (HOBBSAWN, 1997, p.9). As tradições inventadas contribuem para criar uma diretriz ontológica e dar aos indivíduos e coletividades uma sensação de segurança para a ação no mundo da vida. Ser para o indivíduo é ter consciência ontológica. [...] A “luta do ser contra o não ser” é a tarefa perpétua do indivíduo, não apenas “aceitar” a realidade, mas criar pontos ontológicos de referência como parte integrante do “seguir em frente” nos contextos da vida cotidiana (GIDDENS, 2002, p.50).

Nesta compreensão a sociedade civil é uma esfera em constante luta pela liberdade, à medida que entende a submissão aos valores do mercado (sistema econômico) e do Estado como impedimentos ao seu desenvolvimento.

Diante dessa perspectiva a sociedade civil se insere dentro do ativismo nacional e transnacional com o propósito de provocar resistência aquilo que observam como pernicioso aos seus interesses. Nessa visão buscam defender suas causas mediante a estratégias de ação diversas atuando dentro do Estado, fora do Estado, e na fronteira entre o Estado e a sociedade.

3.2. Sociedade Civil Global

A globalização diminuiu as distâncias entre os continentes revolucionando a forma das comunicações e nesse meio o modo da sociedade civil em lidar com suas demandas políticas. O principal opositor, entendido pelos ativistas, não era mais um Estado e mercado homogêneos supostamente usurpador de direitos sociais. O conflito transcendeu as esferas nacionais para as transnacionais, à medida que os Estados ingressaram em blocos e instituições internacionais, onde a lógica de interação e de poder são outras.

A sociedade civil global pode apresentar diversas definições e a reboque disso até distorções entre a realidade e a empiria. Se analisa a sociedade civil global a partir do viés totalizante e relativo. O primeiro advoga a existência de uma sociedade civil que adquiriu poder suficiente para transcender as decisões nacionais, mediante a pressão internacional feita por organizações sociais e movimentos sociais sobre os Estados e instituições transnacionais. Entretanto o ativismo não é funcional a todo o momento, e a compreensão de global é fragmentada pelas divergências ideológicas e culturais dos Estados.

Embora alguns autores utilizem o termo global referindo-se a estas ações, muitos ressaltam que o termo global deveria se referir especificamente a relações que envolvessem o mundo como um todo, situação que ainda não teria se configurado. Para estes autores o que há são relações que ultrapassam fronteiras nacionais, mas que frequentemente deixam de fora partes substantivas do planeta como,

por exemplo, o Oriente Médio ou a África Sub-Saariana (VIEIRA, 2011, p.4).

O segundo viés é mais coerente com a realidade e compreende a sociedade civil global como um “espaço de atuação e pensamento ocupado por iniciativas de indivíduos ou grupos, de caráter voluntário e sem fins lucrativos, que perpassam as fronteiras dos Estados” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.226).

A sociedade civil global atua especialmente mediante a ações coletivas as quais foram vistas em oposição as negociações da ALCA, e por meio do ativismo das OSCs no MERCOSUL social com o objetivo de ampliação da política de direitos e pela maior democratização da sociedade.

Analiticamente o interior da sociedade civil global composta pelo universo de diferentes OSCs e suas temáticas não é homogêneo, e pode inclusive apresentar divergências de ação.

Enquanto algumas demonstram uma capacidade para o consenso, outras apresentam uma capacidade para o dissenso. Por vezes esses resultados podem gerar divisões internas e intensificar a fragmentação da ação coletiva, e outras podem alavancar a formação de grupos de atuação específicos chamados de *insiders* e de *outsiders*:

Os *insiders* são aqueles que tentam trabalhar de perto com o processo oficial, às vezes comprometendo suas demandas para torná-las mais politicamente viáveis. Os *outsiders* são aqueles que exercem pressão externa, articulando suas demandas de forma mais explícita e muitas vezes em oposição às posições do governo. A abertura do processo de negociação da ALCA exigirá indubitavelmente a continuação dos esforços destes dois tipos: os estrangeiros pressionam e forçam a abertura ou tendências à abertura do sistema, enquanto os internos aproveitam essas pequenas lacunas para impulsionar as questões para uma maior profundidade (KORZENIEWICZ; SMITH, 2003, p.49).

Os *insiders* geralmente fazem ativismo em estreita cooperação com as instâncias oficiais e tendem a obter êxito atuando nos bastidores da política. Já os *outsiders* preferem desafiar a ordem institucional oficial e tendem a promover políticas de ruptura (BRINGEL; ECHART, 2008, p.464). Apesar das discrepâncias quanto aos métodos as OSCs, sejam elas *insiders* ou *outsiders*

buscam agir em momentos com oportunidades abertas nos planos nacionais e internacionais mantendo em perspectiva a manutenção de um caminho livre para suas ações.

“identificou o que intitulou de *“insiders/outside coalition”*, que ocorre quando as oportunidades nacionais e internacionais estão relativamente abertas, e “ativistas nacionais privilegiam as oportunidades políticas nacionais, porém mantém o ativismo internacional como opção complementar e compensatória (TARROW, 2009, p.157).

3.3. Governança Global

A pertinência da governança global para o ativismo doméstico e transnacional é relevante, à medida que novas organizações internacionais são criadas para atuarem em setores chave do plano interestatal.

A importância da governança global está relacionada ao ativismo da sociedade civil global, pois o uso do espaço das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) durante a década de 1990, por exemplo, serviram de oportunidade para o ativismo, e o mesmo raciocínio se aplica a dinâmica dos protestos contra as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1999. Tudo isso sinaliza a emergência de novas formas de práticas políticas que tendem a não mais se limitarem aos planos domésticos.

Essas novas formas de fazer política são o alvo das transformações do sistema internacional e da soberania estatal (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.225) as quais possuem no ativismo da sociedade civil global a vanguarda das mudanças comportamentais.

As dificuldades conceituais e teóricas são compreendidas por trás do uso do termo global ao tratar de governança e de sociedade civil, todavia para além das perspectivas nacionais se enfatiza que temáticas como o terrorismo, os diversos tipos de tráfico internacional, as pautas ambientais e tantas outras já são problemáticas com soluções no âmbito da governança. Ou seja, cabe apenas a cooperação dos Estados e o diálogo para a resolução das questões, pois um ator não poderá trazer solução para algo que é coletivo e exige uma resposta coletiva.

A globalização contribui para o impulso do ativismo transnacional e diante disso se observam duas perspectivas: a vantajosa e a desvantajosa. Nessa perspectiva a vantagem da atuação das OSCs são vistas como vozes em defesa de grupos e interesses minoritários que por vezes sofrem discriminação no âmbito nacional. O ativismo transnacional auxilia na construção de uma governança global mediante a formação de redes e coalizões de OSCs as quais podem vir a acumular capacidades políticas suficientes para pressionarem grandes atores. A governança favorece a ação coletiva:

Os autores da sociedade civil global trazem muitos elementos das clássicas teorias norte-americanas sobre a ação coletiva. O primeiro deles é a ideia de que a ação social surge quando há uma mudança social que desajusta as estruturas anteriores. Em resposta ao novo contexto, ações coletivas são organizadas para protestar e buscar a solução dos problemas. Assim, no campo de reflexão sobre as ações globais (ou transnacionais) este esquema analítico comparece, na medida em que as ações transnacionais são entendidas como respostas à globalização ou, em muitos autores, à reconfiguração do poder em escala global (VIEIRA, 2011, p.7).

Na perspectiva de desvantagem a própria globalização contribui para a formação de conexões 'glocais' (globais e locais), o que em si não é sinônimo de negatividade, todavia o fator que constitui o reflexo de algo não positivo é a percepção universalista ativista que tende a ver o mundo sob um olhar único. Sob essa égide emergem discursos diversos, por exemplo, em defesa dos direitos humanos os quais são entendidos como corretos por alguns, e negados por outros, pois a artificialidade da retórica dos direitos humanos se choca com tradições políticas, sociais, culturais e religiosas diferentes. O ativismo busca construir narrativas e responsabilizar pessoas, empresas, Estados e organizações internacionais na busca pela defesa de suas causas.

Com isso, consegue-se estender ao imaginário coletivo uma explicação dos efeitos negativos da globalização, juntamente com a identificação de responsáveis na cena internacional e com certa legitimação social dos protestos, que impulsionam e ampliam a

mobilização com a ruptura discursiva de um “outro mundo é possível” (BRINGEL; ECHART, 2008, p.464).

Diante do exposto as OSCs perpassam caminhos entre o Estado e a sociedade numa relação não só de governança, no caso internacional, mas de co-governança, à medida que o Estado reduz sua atividade sobre determinado setor social, e a OSC ocupa o espaço outrora vago, ou a organização convida e atrai a atenção do Estado para participar da solução de determinado problema social.

Nessa perspectiva (TOSUN; KOOS; SHORE, 2016, p.2) afirmam esse tipo de co-governança como um processo de interação em que ou o Estado “convida” os atores sociais e empresariais a participarem de suas atividades principais, ou quando os últimos atores mobilizam o Estado para se engajar em soluções de problemas de bem comum.

A co-governança é uma área de atuação que exige conhecimento interdisciplinar por abranger questões que precisam de respostas coletivas, tais como: os direitos humanos, as mudanças climáticas, o trabalho, e a educação. Isso significa que o ativismo das organizações está sujeito a cooperação e ao conflito seja ele de natureza intra-organizacional ou com o próprio Estado.

Se a capacidade do estado for baixa e / ou os custos de entrega altos, os atores estatais provavelmente se envolverão em co-governança cooperativa. Nessa situação, os atores estatais podem convidar atores não estatais a participar de relacionamentos de co-governança e atores não-estatais provavelmente aceitarão este convite, uma vez que lhes proporciona uma oportunidade de realizar o seu próprio interesses. Quando a capacidade do estado é alta e / ou os custos de entrega baixos, a co-governança ainda é provável que ocorra, mas tenderá a ser caracterizada por uma relação competitiva entre atores estatais e não estatais. Esta relação competitiva ainda pode seja bastante cooperativa ou conflituosa - a direção em que ela tenderá dependerá, em última análise, do grau em que o Estado e os atores não estatais perseguem objetivos congruentes (TOSUN; KOOS; SHORE, 2016, p.7).

3.4. Ativismo Transnacional

O modo de atuação das OSCs privilegia cinco aspectos na movimentação transnacional: a criação de redes transnacionais, a difusão de informações, a participação em arenas políticas multilaterais, o alargamento do espaço público e a inclusão de temas sócias na esfera internacional.

O primeiro se refere à criação de vínculos entre as realidades sociais com a possibilidade de mobilização de recursos para serem usados no cenário internacional. O segundo enfatiza a divulgação de informações das ideias das OSCs sobre o que consideram como problemas globais. O terceiro tange as estratégias de ativismo dos grupos *insiders* e *outsiders* no campo. O quarto representa a oportunidade que muitas OSCs adquirem por reconhecimento pelas suas transparências e responsabilidades no cenário externo. O quinto e último aspecto diz respeito a inclusão de pautas sensíveis nas discussões públicas (BRINGEL; ECHART, 2008, p.464).

As redes de ativismo e as coalizações formadas por diversas OSCs podem cruzar os limites entre o Estado e a sociedade, e dessa forma não apenas atuarem com as pautas clássicas dos movimentos ativistas que visam a democratização e a extensão de direitos. Quando uma OSC dialoga com diversos setores sociais a perspectiva de ação e de compreensão da realidade muda, e esse mesmo ator social começa a perceber os possíveis potenciais de ação coletiva que ele pode construir. A diminuição de riscos de confrontos contribuírem para a solução de problemas, e as OSCs passam a compreender não só as dificuldades da negociação, como também a capacidade política para a transformação de comportamentos sociais.

Geralmente as OSCs atuam em ambientes domésticos priorizando efeitos de mudança nos planos nacionais, e quando possuem oportunidades algumas desenvolvem interesse em ingressar numa rede nacional ou transnacional de forma que possam ter maior visibilidade para exporem suas demandas.

Nesta perspectiva o conceito de múltiplas trajetórias para a transnacionalidade é aplicável, pois são: “múltiplas maneiras pelas quais organizações da sociedade civil participam de debates, ações e processos que as levam além das fronteiras nacionais, sem necessariamente abrir mão da atuação em nível doméstico” (VON BÜLOW, 2009, p.29).

Dentro desta lógica existe um constante contato entre os atores do âmbito nacional e internacional, e isto equivale a um ativismo entre o Estado e a sociedade, à medida que as OSCs buscam mudanças de comportamento sociais no plano doméstico e se utilizam de espaços transnacionais para a inserção e negociação de interesses.

A ação coletiva transnacional mobiliza os atores em torno de alvos comuns permitindo uma atuação dentro e fora das fronteiras nacionais. Todavia essa movimentação não gera vínculos institucionalizados e as ações tendem a ser concentradas mediante a contingenciamentos (VON BÜLOW, 2009, p.143).

3.5. Ativismo e Autoridade prática

Ao analisar o papel do ativismo transnacional na fronteira do Estado e da sociedade se incorpora no quadro proposto a ideia de que o ativismo feito pelas OSCs estão mais próximos do Estado, do que distantes do mesmo, e isso facilita o estímulo ao diálogo para a resolução de problemas, pois “essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado” (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p.65).

A fronteira permeável do Estado e da sociedade é perpassada pelo ativismo, pois muitos ativistas atuantes nas OSCs são funcionários públicos, alguns são postos em posições de destaque dentro de pastas ministeriais, e outros utilizam das oportunidades que aparecem junto ao Estado como plataforma de ascensão para influenciarem os debates.

Nossa revisão da literatura sobre movimentos sociais brasileiros permitiu detectar pelo menos dois padrões adicionais de intersecção entre movimentos sociais e Estado ao longo das duas últimas décadas: a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado [...] No contexto de um crescente interesse na democracia e na participação em processos decisórios, os ativistas, frequentemente, cruzam a fronteira entre o Estado e a sociedade, trabalhando em alguns momentos em

organizações da sociedade civil e em outros momentos em órgãos estatais (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p.65 e 66).

A nível transnacional a maior dificuldade do ativismo é conciliar as perspectivas democráticas que abarcam os universos micro de atuação, e a formação de consenso entre os atores. Ou seja, existe um quantitativo grande de organizações de diferentes setores e temáticas sociais as quais podem vir a se chocarem mutualmente por questões de agenda, interesses e de ideologia.

Esta atuação, ora conflituosa, ora cooperativa incentiva prejuízos de negociação por carência de respostas assertivas e objetivas. As inúmeras coalizões de redes sofrem problemas de coerência por baixa coesão, e terminam por não conseguirem obter resultados expressivos, e - "Essa insatisfação caminha, no entanto, de braços dados com a ausência de um modelo que seja aceito por todos, e do risco de uma crescente fragmentação organizativa" (VON BÜLOW, 2009, p.29).

E mesmo a falta de uma estrutura hierárquica simples contribui para o baixo desenvolvimento dos diálogos, visto que o excesso de organizações sem a criação de canais adequados e distribuídos tendem a produzir resultados inconclusivos. A desorganização impede até mesmo a articulação dentro do próprio Estado no qual já é difícil negociar pautas em meio a uma série de setores diferentes. A divergência de opiniões por vezes é tamanha que apenas terminam pela não contribuição provocando a paralização, ou abrindo espaço para que um outro grupo com maior organização possa vir a obter a vitória numa negociação.

Aqueles que adotam o conceito normativo de sociedade civil são criticados por minimizar a relevância de grupos que fazem a mediação entre esta e o mercado e o Estado e por ignorar a importância de se transformar também o Estado. Por sua vez, os defensores da política do conflito são criticados por ignorar o ativismo que não tem o Estado como alvo ou como participante e por limitar as relações de movimentos transformadores com o Estado a relação de confrontação (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p.77).

Dito isto, analiticamente as organizações podem ser exemplos de mediação entre o Estado e a sociedade. Todavia para a realização do ativismo

é preciso não apenas a atuação independente das OSCs, mas também de suas parcerias com o Estado.

A nível institucional as organizações não atuam sozinhas e precisam buscar fortalecimento junto com outras entidades com o intuito da formação de redes de colaboração. Essas redes possuem o objetivo de exercerem uma pressão política sobre seus governos a favor de seus interesses. Para o alcance do propósito as organizações em rede utilizam de estratégias diversas, a fim de realizarem seus objetivos. Geralmente a divulgação e o constrangimento são os métodos mais comuns de ação seja no âmbito regional (MERCOSUL), seja no nacional (Brasil).

Navegar no universo entre o Estado e a sociedade pressupõe reconhecer que os “acordos entre atores de diferentes países e setores são difíceis de construir, sendo muitas vezes frágeis frente às várias pressões domésticas e às agendas específicas de cada organização” (VON BÜLOW, 2009, p.46).

O ativismo dentro e fora do Estado visa a produção de mudanças sociais mediante a modificação de leis e de ideias a favor de determinada causa, e diante disso se analisa que a autoridade prática construída pelas OSCs é de fundamental importância para a produção de resultados com menos riscos e maior organização.

Através de tais processos, os atores organizacionais aprendem novas capacidades e reconhecimento, com base nos quais acumulam a autoridade prática que lhes permite influenciar as ações dos outros. Uma abordagem baseada na prática de mudanças institucionais nos leva a prestar atenção em como ativistas dentro e fora do Estado navegam nas complexas configurações de organizações e regras em que as instituições estão integradas e sobre as quais devem agir se quiserem produzir mudança (ABERS; KECK, 2013, p.8).

Entretanto o ativismo não abrange apenas o setor privado. As OSCs não estão limitadas a atuarem exclusivamente no meio privado, e se juntam com organizações públicas no processo de construção de novas vias de atuação. Essa forma de atividade permite aprofundar o ganho de autoridade, a fim de estabelecer reconhecimento, legitimidade de causa, e transformação da realidade social.

É preciso frisar que nessa configuração o público e o privado não se fundem para formar uma nova instituição, e, sim, um aumento de capacidade. Dito de outra forma o Estado também atua de forma semelhante as OSCs mediante a movimento de redes, debates, e elaboração de planos, logo essas atitudes não ameaçam o seu monopólio da violência, e somente permite a ampliação de capacidades políticas para buscar soluções para os problemas a partir do apoio das OSCs (ABERS; KECK, 2013, p.12).

Esse ganho de autoridade é definido como autoridade prática, ou seja, é um tipo de poder em que as capacidades para resolver problemas e o reconhecimento por outros permite que um ator tome decisões que outros seguem. Isso significa que:

a autoridade prática é uma atribuição provisória e particular que pode mudar ao longo do tempo de organização para organização. Não é um reflexo direto das relações de autoridade geral entre Estado e cidadania, nem afeta necessariamente essa relação soberana. Apesar de que as organizações às vezes ganham capacidade de influenciar o comportamento através de dispensas formais emanadas do poder do Estado, elas também podem, e muitas vezes, ganham essa capacidade por outros meios, como, por exemplo, conquistando respeito social, adquirindo novas habilidades técnicas e aproveitando recursos privados (ABERS; KECK, 2013, p.11).

3.6. O ativismo institucional, o entrelaçamento, o reconhecimento e a construção da autoridade prática

O objetivo dessa seção é realizar uma análise dos conceitos de Abers e Keck, (2017) sobre a construção da autoridade prática das OSCs na fronteira do Estado e da sociedade. Nessa perspectiva serão analisados o entrelaçamento, o reconhecimento e o ativismo institucional no processo de configuração das instituições sociais.

A experiência dos conselhos gestores, do orçamento participativo, e dos comitês de bacia hidrográfica são referências de deliberação democrática e participação da sociedade civil nas questões públicas. Visando a defesa de suas

propostas o ativismo institucional impulsiona a articulação social mediante o modelo de ação coletiva.

Os conselhos gestores são um arranjo de governança indireta para políticas públicas criados por lei com autoridade formal nas suas áreas de atuação. Eles visam incentivar a experiência da democratização representando diversos entes sociais, incluindo o Estado, na participação das decisões. “Os membros devem “representar” (no sentido de “agir em favor de”) grupos do setor privado, sindicatos de trabalhadores, órgãos estatais e associações civis, com respaldo social amplo e uma missão que corresponda às finalidades do conselho” (ABERS; KECK, 2008, p.100).

O orçamento participativo é uma forma de gestão pública direta que permite a participação dos cidadãos na alocação de recursos para determinadas áreas de planejamento.

Implementada em uma variedade de formas, o OP [Orçamento Participativo] geralmente envolve a divisão do município em “regiões de orçamento” e a criação de fóruns nos quais delegados eleitos em assembleias regionais abertas decidem como os investimentos de capital devem ser distribuídos dentro de cada região (ABERS, 2003, p.273).

Nesse meio entrelaçado que é a política doméstica diversas ecologias complexas precisam ser perpassadas para a resolução de problemas, e as fronteiras entre o Estado e a sociedade são vencidas, pois dinâmicas de ação criativa passam a produzir a diminuição de nós políticos e burocráticos.

Isso significa que a negociação política no interior das instituições participantes é complexa, pois diferentes lógicas operam a ação dos grupos sociais ativistas.

É desafiador criar novos mecanismos institucionais em ambientes complexos, em que o poder é distribuído de acordo com diferentes lógicas entre múltiplas e heterogêneas organizações, muitas vezes com jurisdições ambigualmente compartilhadas. Esse fenômeno, que chamamos de entrelaçamento, aumenta a incerteza (ABERS; KECK, 2017, p.32).

A incerteza do entrelaçamento institucional cria vários nós conjunturais e dificuldades para o alcance de consensos, todavia ele proporciona aos atores hábeis oportunidades de navegação no complexo campo do ativismo institucional. Somente aqueles que aprenderam a utilizar a linguagem múltipla do ativismo conseguem diminuir as incertezas criando inovações institucionais e promovendo mudanças criativas.

Como resultado, os ativistas institucionais tinham de navegar por muitas arenas, cada uma regida por normas diferentes, e lidar com múltiplos entendimentos de quais eram as mudanças desejáveis. Com efeito, eles precisavam ser institucionalmente multilíngues. Essa multiplicidade permitia práticas criativas de construção institucional ao oferecer um amplo repertório de ideias institucionais com as quais trabalhar e ao criar diversos locais para construir relações e obter recursos. No entanto, o contexto de entrelaçamento institucional também subvertia os esforços para rotinizar as inovações, pois gerava inumeráveis fontes de oposição potencial às novas maneiras de fazer as coisas (ABERS; KECK, 2017, p.64).

O entrelaçamento institucional tende a ser visto em arranjos políticos de caráter federalista e isso não impede de verificarmos seus traços no Brasil. No cotidiano das instituições e durante às negociações de projetos legislativos a ambiguidade e os diversos poderes setoriais, sejam estes públicos ou privados, poderão aparecer, conforme transparecem nos comitês de bacia hidrográficas nos quais se reúnem interesses distintos, tais como: energéticos, agrícolas, ambientais, acadêmicos os quais alguns terão êxito e outros não.

O entrelaçamento sugere que jurisdições administrativas superpostas, que também se sobrepõem a divisões funcionais do trabalho ambíguas, podem produzir disputas por autoridade política, confusão sobre o que seja ela, ou mesmo lacunas (ABERS; KECK, 2017, p.52).

A nível transnacional a lógica da construção da autoridade prática não é diferente da registrada a nível doméstico, pois o ativismo adquire uma roupagem maior, à medida que o jogo político passa a ser feito em dois níveis visando atingir os objetivos da causa social.

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas (PUTNAM, 2010, p.151).

A ascensão das OSCs no cenário contribui para o rompimento de barreiras e refletem o longo processo que é a costura do reconhecimento, seja diante do Estado, seja perante o olhar da própria sociedade civil organizada. Após o alcance da etapa de prestígio algumas OSCs conseguem obter a autoridade prática necessária para efetuar mudanças nos seus eixos de atuação.

O objetivo das autoras foi analisar como a reunião entre a sociedade civil, o setor privado (empresarial) e o governo influíram em mudança sobre os comitês de bacia hidrográfica, e verificar se os mesmos se tornaram mais democráticos (ABERS; KECK, 2017, p.21).

Diversas instituições e legislações são criadas e muitas vezes as mesmas se tornam ineficientes, pois a distância entre o ideal e real permanece grande, enquanto novas instituições e legislações avançam em matéria de funcionalidade por apresentarem ativismo interno.

Assim, se as práticas de construção institucional conduzirem à transformação de ideias, recursos e relacionamentos, pode ser possível construir capacidades e reconhecimento; obviamente, também é possível que as práticas tenham efeitos negativos. Na medida em que ocorrem associações positivas, é provável que uma organização avance na construção de autoridade prática (ABERS; KECK, 2017, p.50).

O entrelaçamento pode ser vencido com o ativismo, todavia a construção institucional precisa ser costurada em múltiplos níveis. Esse tipo de êxito é conseguido com reconhecimento por meio de todas as reuniões e debates.

Esses espaços se configuram oportunidades para a exposição de ideias e confronto de opiniões nos quais se inicia o processo institucional de construção da autoridade prática.

Para construir autoridade prática os atores devem mobilizar não apenas capacidades, mas também reconhecimento. [...] A autoridade prática funciona da mesma forma: dado que é a capacidade de influenciar comportamentos, depende do reconhecimento de outros, que têm que confirmar que tal autoridade existe. Capacidade e reconhecimento são interdependentes (ABERS; KECK, 2017, p.39).

A relação entre o reconhecimento e a construção da autoridade prática por atores sociais e políticos é recíproca, ou seja, à medida que se obtém êxito nas pequenas oportunidades a mudança de ideias e de comportamentos tende a acompanhar as ações.

Para adquirir autoridade prática, ativistas em novas instituições precisam trabalhar para assegurar o posicionamento estratégico de sua organização em relação a outras, algumas das quais podendo controlar decisões importantes. No entanto, nem sempre é óbvio qual seria esse posicionamento estratégico. A obtenção do reconhecimento necessário para exercer autoridade prática pode exigir negociações complexas, cultivo de relacionamentos, pressão política, demonstrações de capacidade ou uma combinação de tudo isso (ABERS; KECK, 2017, p.50).

O processo de construção de reconhecimento é fundamental para a propagação de um ativismo de êxito, todavia a articulação necessária para a autoridade prática não é uma tarefa simples.

Assim, para explicar como as instituições mudam e como as organizações que emergem de tais mudanças adquirem autoridade prática, temos de perguntar como os atores produzem não apenas novas ideias, mas também os recursos e relacionamentos necessários para implementá-las (ABERS; KECK, 2017, p.42-43).

O ativismo institucional é o cerne da fluidez do diálogo entre o Estado e a sociedade, à medida que as conversações encaminham as pautas para um meio menos tenso de negociação. Ou seja, o âmago do não oficial permite maior flexibilidade de exposição de ideias e conseqüentemente de articulação visando aumentar o reconhecimento das instituições e OSCs. Com o reconhecimento as dificuldades dos entrelaçamentos políticos tende a diminuir e se auferir maior ganho de autoridade prática.

Do outro lado da cidade, outro grupo de funcionários públicos se encontrava nas tardes de sexta-feira no jardim de Stela Goldenstein para criar estratégias de democratização do processo de gestão de água. A maioria era formada por funcionários públicos de carreira que haviam assumido postos de influência em suas agências, buscando aperfeiçoar técnicas e práticas gerenciais, na esperança de usar suas posições para realizar mudanças. [...] Flávio Barth, os funcionários públicos reunidos no jardim de Stela Goldenstein e muitos outros estavam participando de um esforço de décadas para promover mudanças institucionais e políticas na gestão dos recursos hídricos. Com a proposta de que um conjunto diversificado de áreas de política pública fosse integrado em um único sistema, a reforma da gestão de água tornou-se uma arena na qual uma grande variedade de atores em diferentes posições, inspirados por motivações as mais diversas, trabalhou para mudar o modo como as pessoas compreendiam os recursos hídricos e tomavam decisões sobre o tema (ABERS; KECK, 2017, p.29-30).

Os exemplos de Flávio Barth e de Stela Goldenstein fornecem referências de ativismo institucional no âmbito da gestão da água e dos recursos hídricos, e ampliam o entendimento de como se inicia a tentativa de moldar um campo específico, assim como das dificuldades e exigências políticas e técnicas necessárias para criar um discurso capaz de alinhar e realinhar atores e instituições.

A experiência dos conselhos gestores é similar a dos comitês de bacias hidrográficas, à medida que se aproximam institucionalmente da abertura para o diálogo e negociação de temas. Ambos possuem autoridade formal e capacidade para solucionar disputas e resolverem problemáticas, e constituem em espaços de sinergia entre o público e o privado.

A existência de interesses compartilhados é associada ao que Peter Evans chama de “sinergia Estado-sociedade”, ou seja, as “relações entre governos e grupos de cidadãos engajados que se reforçam mutuamente”. [...] embora reconheça o papel de fatores contextuais – instituições estáveis e democráticas, existência de capital social, etc. – ele sugere que a maneira como as políticas públicas são formuladas pode ser tão ou mais importante do que o contexto no qual são implementadas, às vezes produzindo sinergia onde instituições políticas ou capital social são pouco desenvolvidos (ABERS, 2003, p.258-259).

A alusão sinérgica entre o público e o privado pode ser compreendida por uma ação fronteira entre o Estado e a sociedade, e não deve existir confusão teórica entre si. O Estado é o único ator político que detém o monopólio da violência (ABERS; KECK, 2017, p.37), e ao explicitar atividades sociais de meio se enfatiza apenas um método que as OSCs utilizam para obterem seus resultados.

A ação criativa promovida nesse espaço de interação permite uma via dupla em que tanto as OSCs, quanto o Estado integram. Essa prática contribui na navegação por ecologias complexas (ABERS; KECK, 2017, p.35), entendidas como o caminho em que as OSCs estão ligadas e situadas em histórias e lugares diferentes, e tendem a reconfigurar as relações de autoridades mediante o jogo de negociação.

Novas instituições surgem de prática concretas, que envolvem ações para mudar ideias e leis e também de esforços para transformar recursos organizacionais e relações. Ao incorporar ações e organizações em nosso conceito de instituições, podemos reconhecer não só sua gênese histórica, mas também os modos como a mudança institucional reconfigura as relações de autoridade em ecologias políticas complexas (ABERS; KECK, 2017, p.31).

Considerações finais

Este capítulo abordou a análise teórica do perpasso das OSCs nas fronteiras entre o Estado e a sociedade mediante o entendimento conceitual de

sociedade civil, sociedade civil global, governança, e dos conceitos de entrelaçamento, reconhecimento, e de ativismo institucional que compõem a construção da autoridade prática.

O capítulo 4 apresenta os resultados empíricos do roteiro de entrevistas feito com as 9 OCSs brasileiras pesquisadas que integram o cadastro da UPS, e sinaliza a relação das mesmas com o ativismo transnacional no MERCOSUL Social e com o conceito de autoridade prática.

CAPÍTULO 4: O ATIVISMO DAS OSCs BRASILEIRAS NA UNIDADE DE APOIO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO MERCOSUL

O objetivo deste capítulo é apresentar, analisar e discutir os resultados das entrevistas realizadas com OSCs. A metodologia empregada na realização do trabalho de campo da pesquisa para essa dissertação foi a seguinte. Primeiro, um convite para participar da pesquisa junto com um roteiro de entrevistas semiestruturado⁶ foi encaminhado por e-mail às 67 OSCs brasileiras cadastradas da UPS. Em seguida, foram realizadas entrevistas telefônicas (telefone, WhatsApp e Skype) com 9 OSCs que concordaram em participar. A primeira parte analisa o perfil de cada uma a partir do tópico do ativismo social no MERCOSUL Social. A segunda parte analisa o perfil de cada uma a partir do ativismo social na UPS. E a terceira parte analisa os resultados obtidos sobre o papel das OSCs no ativismo transnacional a partir da validação da hipótese de pesquisa com o marco teórico da autoridade prática.

4.1. As Organizações da Sociedade Civil no MERCOSUL Social

As organizações da sociedade civil brasileiras que atenderam ao chamado e colaboraram com a pesquisa, assim como seus entrevistados, foram mantidos em anonimato para a preservação de suas identidades. O procedimento de codificação adotado é numérico e atribui um número para cada OSC diferente pesquisadas em 6 Estados brasileiros e 8 cidades.

4.1.1. O Perfil das Organizações da Sociedade Civil

No Brasil a OSC 1 possui sede em Curitiba, Paraná, e atua com a educação básica e no atendimento a adolescentes usuários de drogas. No que tange a capacitação profissional e projetos feitos pela OSC 1 enfatiza o apoio pedagógico e a participação direta dos alunos envolvidos.

⁶ Veja o apêndice com os anexos no fim do trabalho.

A nível de financiamento a OSC 1 é mantida por recursos privados, com orçamento adequado para os projetos da área social, e busca captar fontes extras de renda para investimento em projetos específicos.

O ativismo nacional e internacional da OSC 1 enfatiza a América Latina e faz parte de uma coalizão de rede. Em ambas as situações, doméstica e transnacional, a representante da OSC sinaliza sua cooperação com outras OSCs e crítica a falta de comunicação do Estado brasileiro com a sociedade civil.

As ações da OSC 2 enfocam quatro áreas específicas: desenvolvimento sustentável, direitos e igualdade de gênero, controle social da gestão pública, e juventude e participação política, conforme disse a Coordenadora do Programa Juventude e Participação Política e Secretária Executiva do Programa Mercosul Social e Solidário – (PMSS) da OSC 2.

No tangente ao financiamento a representante afirmou que o orçamento é oriundo de fontes públicas e de cooperação internacional. Todavia a OSC 2 permanece ativa na busca por financiadores para suas atividades.

No que diz respeito seu ativismo nacional e internacional a coordenadora da OSC 2 afirma que ele é feito mediante a redes, sobretudo, na organização das Cúpulas Sociais do MERCOSUL que ocorreram no Brasil. Diversas críticas foram apresentadas sinalizando a baixa comunicação do Brasil e do MERCOSUL com as OSCs.

A OSC 3 nasce em Porto Velho, Rondônia, com o objetivo de promover os direitos e a defesa, e a garantia do Estatuto da Criança e do Adolescente dentro da perspectiva constitucional, internacional e dos direitos humanos. A OSC trabalha com ênfase no monitoramento do sistema socioeducativo, enfrentamento de violência sexual, impacto de grandes obras na capital do Estado, judicialização de incidência política, e pesquisa.

A OSC 3 funciona somente com voluntários, com exceção de um agente administrativo remunerado, e seu núcleo é composto basicamente por advogados e assistentes sociais.

No que tange ao financiamento da OSC 3 o membro do comitê gestor salientou que ela recebe recursos de âmbito público, privado, e oriundo de captação para projetos específicos, todavia o valor anual é baixo.

No tangente ao ativismo a OSC 3 atua mediante a redes com ênfase na participação global por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sistema ONU, Defense of Children of Nation, e Rede Latinoamericana de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Centro não possui atividades no âmbito do MERCOSUL.

A OSC 4 é uma organização sindical e no que tange aos seus interesses o membro da Secretaria de Relações Internacionais comentou o acompanhamento da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone-Sul no processo de criação do MERCOSUL. Ele enfatizou a perspectiva de que a integração não seja apenas de mercado, e sim de âmbito social e cultural, e o reflexo da dinâmica política, conforme os interesses dos grupos que ascendem ao poder nos Estados-parte do Bloco. Ou seja, as políticas estatais afetam o entorno das políticas regionais.

Em matéria de financiamento da OSC, o membro da Secretaria de Relações Internacionais afirmou a independência financeira do sindicato frente ao antigo imposto sindical, salientou a distribuição dos recursos e o raro recebimento de proventos de outros sindicatos.

A OSC 5 tem o Projeto de Lei Gabriela Leite⁷ como o principal alvo da atualmente na busca pelo reconhecimento formal da profissão. Outro projeto do grupo é a luta contra o tráfico de pessoas os quais já conseguiram resultados com a mudança legislativa no Brasil, em 2016, distinguindo o tráfico de pessoas da prática da prostituição a qual antes não era vista pela lei de forma independente.

⁷ O Projeto de Lei federal 4.211/2012 conhecido pelo nome da ativista pela causa das prostitutas, Gabriela Leite, tem por objetivo regulamentar a atividade dos profissionais do sexo. Maiores informações podem ser adquiridas no site da Câmara dos Deputados: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829

No tangente a essas pautas o representante da OSC 5 que o trabalho da organização é quase invisível diante de outras temáticas devido ao seu trabalho de defesa das prostitutas. A OSC é composta de voluntários de alta qualificação nas áreas de antropologia, saúde, jornalismo, história, sociologia e direito os quais possuem uma estrutura hierárquica formal. Ou seja, eles se organizam com um presidente e vice-presidente com eleições periódicas e reúnem-se a cada três a quatro vezes por ano.

Em relação a finanças o grupo existe mediante a doações e captação de recursos sendo alguns deles voltados para atuações em projetos específicos.

No tangente ao ativismo nacional e internacional a OSC 5 encontra dificuldades em detrimento de preconceitos e crítica o distanciamento do Estado frente a seus movimentos. A nível regional eles não possuem trabalhos no MERCOSUL, pois observam que o Bloco possui problemas de governabilidade.

A OSC 6 atua na defesa de grupos marginalizados na sociedade da América Latina. Eles são um conjunto de comunicadores que possuem o objetivo de produzir o diverso visando incluir o Brasil numa perspectiva cultural regional, conforme sinaliza a representante.

A OSC não possui financiamento público ou privado, logo entende-se que ela é uma organização voluntarista que visa fazer ativismo político com a informação mediante a posse um blog.

No que tangencia ao ativismo a OSC 6 enquadra um discurso de integração solidária aproximando-se da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), e se distancia das atividades do MERCOSUL que é um Bloco econômico.

As atividades estão paralisadas por conta do não pagamento de um prêmio organizado pelo Estado brasileiro, o qual serviria para agilizar novo ativismo aproximando a OSC do MERCOSUL Social.

O objetivo da OSC 7 é realizar projetos nas áreas de educação, saúde e cultura de forma a propiciar uma profissionalização a comunidade da Barreira do

Vasco com geração de renda e formação complementar, conforme destacou a Presidente da mesma.

No que tange a financiamento a OSC não recebe contribuições públicas com exceção da captação de recursos vinda de editais com auxílio de parceiros.

As ações da OSC envolvem atividades voluntárias ligados a programas e projetos de participação e liderança com enfoque no protagonismo social, político e empreendedor da juventude na promoção de espaços estudantis e universitários de participação.

No que tange aos seus objetivos a OSC 8 incentiva o desenvolvimento de uma consciência crítica na juventude, e estimula ações nos campos educacional, cultural, intercambio de jovens latinos, economia solidária, e de povos indígenas nas áreas urbanas.

Em relação ao ativismo nacional e internacional a OSC 8 não possui projetos no MERCOSUL, todavia demonstra interesse em participar com o intuito de expandir seus horizontes com as atividades já executadas no Brasil.

Em relação a estrutura organizacional, a OSC funciona de modo semelhante as demais organizações com um conselho executivo sobre as questões burocráticas e administrativas, conforme afirmação do representante:

Na pauta de financiamento o representante da OSC preferiu não comentar valores, sobretudo, pela impossibilidade do momento, e salientou que eles recebem recursos do âmbito público e privado

Já na perspectiva ativista o representante disse que a atuação da OSC envolve a América Latina e o MERCOSUL ingressa como objeto colateral, todavia criticou a baixa integração do Bloco como resultante das ênfases estatais em suas realidades locais.

O objetivo da OSC 9 é fortalecer o movimento feminista e de mulheres em torno da saúde, o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, e a legalização do aborto.

A nível de financiamento a OSC 9 possui participação em editais públicos para manutenção de atividades, mas a entrevistada afiliada não soube informar os valores orçamentários da Rede. Todavia como a OSC possui um grau de descentralização considerável, apesar de contar com uma estrutura organizacional com uma secretaria executiva, presidente, vice-presidente e eleições.

No que tangencia ao seu ativismo nacional e internacional a OSC atua no MERCOSUL com o tema do tráfico de pessoas com alguma ênfase na pauta de mulheres e crianças. A entrevistada afiliada criticou a baixa institucionalidade do Bloco e o baixo financiamento do Brasil para incentivar o ativismo das OSCs.

4.1.2. Ativismo das Organizações da Sociedade Civil no MERCOSUL

As questões respondidas no roteiro de entrevistas versam sobre o perfil específico de cada OSC e suas relações com o MERCOSUL.

1. Qual a missão da sua organização?

“A OSC 1 é uma instituição filantrópica, do grupo marista, e envolve 16 colégios pagos e 25 unidades sociais, entre elas, escolas de educação básica, serviço de convivência familiar, uma unidade de atendimento a adolescente usuários de drogas, e uma equipe de 5 colaboradores que atuam dentro da penitenciária feminina de Piraquara, com as mulheres que ficam com seus bebês” (Entrevista 01).

“A OSC 2 é uma associação de direito privado criado, em 1987 durante a política de redemocratização. Ele surge com a intenção de fornecer informação a sociedade especialmente nas políticas públicas mediante trabalho com orçamento público durante mais de 1 década. Em, 2006 a OSC 2 foi reformulada institucionalmente, e renasce com ênfases específicas de atuação: direito e igualdade de gênero, juventude, controle social da gestão pública, e desenvolvimento sustentável. O

objetivo da reestruturação é acessar as políticas públicas para a melhora das condições de vida da sociedade. Nessa perspectiva a ideia e trazer a noção de cidadania regional para o local visa incentivar seu acesso mediante a pressão” (Entrevista 02).

“Com relação a missão da instituição a OSC 3 tem atuação em Rondônia tem por missão a promoção de direitos e a defesa e garantia do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais marcos constitucionais, legais e internacionais em defesa da infância e juventude e dentro do marco do estado de direito e demais direitos humanos fundamentais” (Entrevista 03).

“A OSC 4 nasceu com a lógica de quebrar a negociação sem a consulta prévia aos trabalhadores. Ela representa os interesses da base. Ela busca cumprir o papel legal de representação perante a classe trabalhadora.

“Somos a maior do Brasil e da América Latina, e a 5ª maior do mundo com 3.800 sindicatos que somados compõem 24 milhões de trabalhadores. Somente associados da OSC 4 temos 8 milhões de trabalhadores” (Entrevista 04).

“Providenciar direitos humanos, trabalhistas e saúde para os trabalhadores do sexo” (Entrevista 05).

“Somos um coletivo de comunicadores com atuação vinculada à integração latino-americana. O blog da OSC 6 tem como princípio fundamental o respeito aos direitos humanos, a valorização dos povos indígenas, quilombolas, a igualdade de gênero, a inserção democrática dos grupos LGBTs, das populações em situação de rua, entre outros. A ideia de desenvolver a OSC, vem, portanto, no sentido de promover a integração dos povos, tendo como focos principais:

- a veiculação de notícias da região, traçando, sempre que possível, paralelos com a realidade brasileira;*
- a divulgação cultural tanto de iniciativas realizadas pelo continente, como de aspectos culturais que permitam ao povo brasileiro uma maior identificação com nossa região.*

Neste sentido, o nome do blog constitui uma provocação: o Brasil é realmente diferente, por sua história, cultura, dimensão, mas não

muito. Então, há mais elementos que nos aproximam do que os que nos distinguem” (Entrevista 06).

“A missão está voltada para crianças e jovens com a intenção de educar e afastar das drogas” (Entrevista 07).

“A missão da OSC 8 é desenvolver ações nos campos educacional e cultural voltadas a jovens, estudantes universitários e povos indígenas que vivem em zonas urbanas. Temos como objetivo criar uma consciência crítica na juventude universitária brasileira. Acreditamos no conhecimento como construção seguindo a linha de Paulo Freire sobre ensinar e aprender” (Entrevista 08).

“A defesa dos direitos das mulheres e a erradicação das violações de direitos humanos. Monitoramos as ações do Brasil em relação a Convenção da CEDAW (Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) mediante a confecção de relatórios paralelos aos oficiais. Todavia o Brasil está ausente dessas questões e por isso denunciemos o Estado brasileiro, já que possibilidade de fazermos o relatório em comparação com o oficial fica prejudicada” (Entrevista 09).

Todas as 9 OSCs valorizam suas atividades, pois entendem que elas contribuem para a inclusão social, defesa de direitos, e construção de uma sociedade mais justa. Em sua maioria ambas buscam incentivar a execução de políticas públicas específicas, serem referência em seus trabalhos, e o monitoramento governamental visando a promoção da cidadania.

2. Quais são seus principais objetivos?

“Nossos objetivos são trabalhar na promoção, proteção e defesa de tais direitos por meio de alguns eixos estratégicos. Um deles é a incidência política. Fazer o trabalho de advocacy, com visitas a atores políticos estratégicos, participação e controle social. Num segundo eixo participação em conselhos de direitos inclusive de âmbito nacional e internacional e de mitigância estratégica que seria a tentativa de

judicializar temas que possam levar um melhor engajamento do poder público para essas temáticas” (Entrevista 03).

“Entende-se como indutora política com intenção social. Busca despertar o interesse político nos trabalhadores como alvo de função cidadã, e interferir como classe trabalhadora para geração de políticas públicas” (Entrevista 04).

“Providenciar direitos humanos, trabalhistas e saúde para os trabalhadores do sexo. São basicamente 2 principais: regulamentação do trabalho e a descriminalização, pois existe uma divisão sobre compatibilidade entre ambos. A luta é contra o tráfico humano e turismo sexual que diminui os direitos. A prostituição em si não fede, nem cheira isso significa que diante de uma perspectiva legal é como ser um artista, ou seja, a descriminalização da prostituição e a regulamentação (oficial) com carteira são os nossos alvos” (Entrevista 05).

“O objetivo é trabalhar por uma integração diversa da do Mercosul [Mercado Comum do Sul], que tem viés econômico, e alinhada à Alba [Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América], que busca uma integração solidária” (Entrevista 06).

“E sempre despertar o interesse da criança e adolescente a buscar o melhor na educação. A maioria só vai à escola por conta do bolsa família; na região da Barreira do Vasco, em São Cristóvão, existe muita prostituição, violência, numa área próxima a UPP, e a família não os ajuda” (Entrevista 07).

“Temos como objetivo criar uma consciência crítica na juventude universitária brasileira. Acreditamos no conhecimento como construção seguindo a linha de Paulo Freire sobre ensinar e aprender” (Entrevista 08).

“O fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres em relação a saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos” (Entrevista 09).

O objetivo das OSCs não é apenas promover uma solução parcial em seus respectivos ramos de atuação, mas também buscar influenciar o meio em que trabalham estimulando uma mudança de mentalidade política.

3. Quais são suas principais metas?

“Com relação ao Mercosul o objetivo não se distingue. É tentar levar um pouco mais dessa expertise da sociedade civil global para o âmbito de uma pauta de responsabilidade social, estatal, empresarial na defesa de direitos da criança e do adolescente, sobretudo, pensando que os objetivos em si do Mercosul de integração política e econômica podem acarretar em impactos nem sempre tão positivos para a área da infância” (Entrevista 03).

“Ampliar junto as empresas a negociação para a extensão do diálogo sindical no Mercosul. Buscamos a mesma regra e as mesmas condições para todos os trabalhadores” (Entrevista 04).

“Atualmente lutamos em prol do Projeto de Lei Gabriela Leite que estabelece uma perspectiva mais clara sobre a prostituição no Brasil. Entendemos a prostituição como qualquer forma de trabalho no sistema capitalista. Lutamos contra os preconceitos dos abolicionistas que situam a prostituição no âmbito da exploração da mulher. Deve ser criminalizada com as crianças, mas nesse meio a maior parte vem da própria família” (Entrevista 05).

“O blog está desativado no momento porque Michel Temer ao assumir o governo mediante um golpe de Estado não pagou todos os prêmios do edital e ficamos sem possibilidade de implementação do projeto” (Entrevista 06).

“O objetivo é direcionar ao caminho de educação bem como da faculdade e curso técnico com competência. As crianças estão se interessando por uma segunda e terceira língua. Numa turma de 60 crianças cerca de 10 possuem bom aproveitamento e educação integral” (Entrevista 07).

Não respondeu (Entrevista 08).

“Fazemos emissões de notas sobre a violação dos direitos humanos das mulheres. Todavia a legalização do aborto é uma luta permanente” (Entrevista 09).

Em relação as metas as OSCs transmitem a ideia de maior participação social visando atingirem seus fins. O não dito expresso pela OSC 8 é respeitável, todavia se compreende que no momento de responder a questão o entrevistado optou pelo silêncio. Esse ato não reflete descaso, pois já havia sido dito na missão da respectiva OSC seu propósito o qual versa em desenvolver trabalhos específicos com a juventude e povos indígenas.

4. Que projetos a organização toca?

- (Entrevista 03).

Não respondeu (Entrevista 04).

“Estamos envolvidos em dar apoio aos comitês antitráfico, e empenhados no Projeto de Lei Gabriela Leite. Temos um grupo aliado que está trabalhando no Comitê Federal Antitráfico e no Comitê Estadual. Outra questão é a mudança da legislação em conformidade ao Protocolo de Palermo o qual entende a migração forçada como uma situação semelhante a escravidão e exploração por ter a coação com o engano. Conseguimos mudar isso no Brasil em 2016. Antes a legislação não fazia distinção entre o tráfico de pessoas e a prostituição, pois entendia essa última como pessoa que sai de ponto A ao ponto B com ajuda de terceiros” (Entrevista 05).

“No momento nenhum, mas tínhamos uma rádio, chamada Rádio Maíz, cujo objetivo era a difusão de músicas latino-americanas” (Entrevista 06).

“Educação e inclusão social” (Entrevista 07).

“Área cultural, geração de renda, intercâmbio de jovens latinos para missões acadêmicas e economia solidária” (Entrevista 08).

“Consórcio da rede do fundo Elas contra a ação de inconstitucionalidade do aborto; almanaque visando construir os

movimentos feministas para apoiar as capacitações de base” (Entrevista 09).

No tangente aos projetos cada OSC possui uma atividade específica as quais buscam desenvolver por meio de programas sociais fixos e por meio de incidência política. Em relação aos não ditos das OSCs 3 e 4 as razões podem ser compreendidas ao longo das demais respostas deste questionário. A primeira enfatiza a defesa e proteção jurídica de crianças e adolescentes, e a segunda é uma entidade sindical a qual desenvolve atuações distribuídas pelas suas 17 secretarias.

5. Como é sua estrutura organizacional?

“Com relação a estrutura organizacional nós temos praticamente toda a instituição formada por voluntários. Atualmente a nossa instituição tem apenas uma pessoa remunerada que é um agente administrativo. Existe um corpo de associados que é um corpo diretivo e que geralmente tem uma estrutura muito mais simbólica do que propriamente funcional e orgânica. Então são pessoas que acabam participando mais para encargos administrativos burocráticos de ser membro. São um diretor, um vice-presidente, um tesoureiro da organização. E temos um corpo de consultores que acabam desempenhando principalmente as atividades fins. São a Alice que é uma assistente social, a Denise que também é assistente social e servidora pública, e eu que sou professor da Universidade Federal de Rondônia e também advogado. Esse seria o núcleo duro hoje de quem participa da maior parte das atividades” (Entrevista 03).

“Temos uma estrutura externa e interna. Com a externa reunimos confederações federações e sindicatos. Temos a OSC 4 nacional e a Central dos Estados além das regionais em alguns Estados. Com a interna agrupamentos os segmentos por áreas de interesses com a organização por secretarias [17 ao todo]. Algumas secretarias desenvolvem políticas que perpassam as Centrais mediante uma organização transversal. Mais a diretoria é específica” (Entrevista 04).

“São sempre poucas pessoas para fazerem muitas coisas. Temos eleições gerais a cada 2 a cada 4 anos, reuniões de 3 a 4 vezes por ano, e um presidente, vice-presidente, tesoureiro normalmente como qualquer organização. Para ser membro do grupo é preciso que haja

concordância do próprio grupo. Presidente e vice tesoureiro normal” (Entrevista 05).

“Somos um blog com a participação de diversos colaboradores” (Entrevista 06).

“Temos um espaço em um sobrado da antiga Barreira do Vasco com duas salas, espaços pequenos, com biblioteca, e voluntários estrangeiros. Temos de quinze a vinte voluntários por ano. Temos assistentes sociais, psicólogo, professor de matemática. Tudo isso sem patrocínio governamental” (Entrevista 07).

“Temos um conselho executivo com responsabilidades formais sobre as questões burocráticas. Temos o interesse de contribuir como um guia para as pessoas interessadas em desenvolver ou participar de projetos sociais” (Entrevista 08).

“Temos uma secretaria executiva eleita de 2 em 2 anos com reeleição, mas a rede funciona em articulação com outros grupos que compõem nossa plataforma. Cada estado tem um grupo de trabalho que trata de temas específicos, por exemplo, eu fico no tráfico de pessoas e imigração junto com a Neusa de Santa Catarina com isso nossas ações tornam-se locais, regionais e internacionais” (Entrevista 09).

No geral todas as OSCs possuem um espaço físico para atuação e pessoas voluntárias que se dispõem a doar seu tempo e serviços técnicos para auxiliar as demandas das OSCs. Cada uma tem sua especificidade e gerencia seu ativismo de acordo com a realidade local a exemplo da OSC 4 que possui funcionários pagos por ser um sindicato, e a OSC 6 que atuou com um blog.

6. Possui grupos de trabalho?

“Hoje basicamente temos de grupo de trabalho e isso acaba sendo bem notável. Nós já tivemos grupos de trabalho, por exemplo, voltados para a prevenção da tortura, outros mais voltados a questão de enfrentamento ao extermínio da juventude pobre e negra, grupos de trabalhos estratégicos para a parte de litigância que falávamos que é quando a gente tinha a possibilidade de ter advogados voluntários ou remunerados, ou mais advogados. Pessoas que faziam toda essa

parte de defesa. Temos ainda um outro advogado voluntário, além de mim, o Sérgio que além de fazer as ações civis-públicas e representações e denúncias as vezes faz a defesa de adolescentes em conflito com a lei e de alguns casos de má repercussão e que acabam não tendo acesso, por exemplo, a defensoria pública ou advogado privado. Mas atualmente os nossos grupos de trabalho estão bem reduzidos e nessa linha de prevenção a violência sexual e todas as formas de exploração e abuso, uma parte voltada ao sistema socioeducativo e ao encarceramento da juventude, e um outro grupo que analisa a questão do impacto socioambiental de grandes obras aqui em Rondônia” (Entrevista 03).

“Temos 17 secretarias” (Entrevista 04).

Não respondeu, todavia afirmou a formação dos dirigentes: “Todos são doutores nas áreas de Antropologia, Saúde, Jornalismo, Sociologia, História e no âmbito do Direito, mas ninguém possui especialização na área de prostituição. Temos apenas alguns alunos com formação temática específica. Os mais velhos não fizeram isso por conta da possibilidade de entradas no tema para a atuação. A Ana Paula nossa presidente, por exemplo, é especialista em antropologia dos esportes, enquanto eu fiz administração indígena pela possibilidade de paralelismos com a causa da prostituta” (Entrevista 05).

“Não” (Entrevista 06).

“As assistentes sociais, psicólogos se reúnem para fazer uma agenda de atividades” (Entrevista 07).

“Sim. Área de povos indígenas” (Entrevista 08).

- (Entrevista 09).

Todas as OSCs tem um modelo de gestão próprio para lidarem com as situações de suas atividades. Algumas possuem grupos de trabalho bem definidos a exemplo da OSC 3, outras não o tem, como a OSC 6 que faz seu trabalho via internet, e outras funcionam como um colegiado com conselho executivo eleito por votação, em referência a OSC 5. Em relação ao não dito da OSC 9 é explicável, pois a respectiva trabalha em rede e de forma bastante descentralizada.

7. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

“Sim. Todos temos formação superior e específica. Vários projetos, chamamos de projetos pedagógicos, os desenvolvidos pelos professores, há os projetos de participação que são desenvolvidos diretamente pelos adolescentes e crianças, há representações em espaço de controle social e há projetos vinculados a rede interamericana de solidariedade marista” (Entrevista 01).

“A OSC 2 possui diversos perfis acadêmicos os quais acabam coincidindo para o avanço do trabalho, tais como cientistas sociais e engenheiros agrônomos. A responsável diretamente pela articulação com o MERCOSUL social é a Coordenadora do Programa Juventude e Participação Política, mestre em Ciências Sociais e secretária executiva do Programa Mercosul Social e Solidário” (Entrevista 02).

As OSCs informaram que possuem quadros especializados incluindo doutores. A ausência dos não ditos das demais OSCs se deve a pequena divergência nas respostas, pois em dados momentos os entrevistados responderam possuir formação específica juntamente com o bloco de questões que tratava sobre a existência de grupos de trabalho.

8. A organização recebe financiamento público e privado?

“Somos uma Instituição filantrópica, privada sem fins lucrativos. É apropriado, só para a área social – a rede marista de solidariedade nos últimos três anos contou com 40 milhões. Você pode retirar esse dado mais detalhado pelo site www.solmarista.org.br, quanto atendimentos e outras ações. Temos uma área de captação de recursos, principalmente para os projetos que nomeamos como inovação, onde precisamos de subsídios para o desenvolvimento da tecnologia social, como o projeto na penitenciária” (Entrevista 01).

“Sim. A captação de recursos é oriunda da participação da OSC 2 em editais próprios de cooperação internacional e públicos, sobretudo municipais e federais. A OSC 2 tem uma busca permanente por financiadores, e o monitoramento de editais públicos e de cooperação para apresentação de propostas são constantes” (Entrevista 02).

“O orçamento é pré-aprovado e adequado de acordo com o disponível pelos editais, logo não existe déficit. A Associação tem que obedecer a contabilidade pública para apresentação aos sócios. Nos últimos 2 anos tivemos orçamento de até um milhão de reais, porém, em 2017, tivemos uma queda de financiamento o qual fechou com setecentos mil reais devido a diminuição de ações da cooperação internacional” (Entrevista 02).

“Eu não tenho o dado concreto do orçamento, mas eu vou te passar o contato de quem pode te dizer isso, mas com certeza estamos abaixo dos cem mil reais/ano. Tanto é que já captamos algumas vezes valores do Fundo Brasil de Direitos Humanos que é uma outra organização privada e que faz esse tipo de apoio financeiro e doação que só financiam pequenos projetos. Sim a organização recebe investimentos públicos e privados. Os investimentos privados nós temos um repertório de doadores frequentes além dos associados que geralmente são sindicatos e associações que acabam fazendo suas contribuições. Nós temos um rendimento bem baixo. Abaixo dos cinco mil reais mensal, e as vezes nós trabalhamos com captação de recursos públicos. Então nós já recebemos financiamento do CONANDA, e do Conselho Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente no entanto geralmente são valores baixos em torno de quarenta mil e trinta mil reais para a execução de projetos específicos para um período muito limitado por oito meses, nove meses” (Entrevista 03).

“Sim. Apesar do imposto sindical ser de origem pública a fonte é do trabalhador. Todavia com os afiliados defendemos que os próprios sustentem a organização. É raro, mas de vez em quando recebemos financiamento de alguma organização sindical”. “A demanda e as limitações sempre existem e os recursos sempre são distribuídos” (Entrevista 04).

“Doações para projetos específicos as vezes de entes privados. A partir de 2006, o governo Bush cortou os recursos via USAID para as ONGs que apoiavam a prostituição com isso a possibilidade de captação por essa agência tornou-se inviável. Eles não podiam mais ajudar. Por ano temos um orçamento por volta de 50 a 60 mil dólares, e alguns que obtemos para projetos específicos como um que fizemos durante a Copa e Olimpíadas no Rio o qual foi patrocinado com 50 mil libras vindas de uma universidade” (Entrevista 05).

“Não” (Entrevista 06).

“Não. E regularizada sem apoio privado. Buscamos editais fora com ajuda de parceiros. Cerca de 200 mil reais por ano com algumas variáveis, mas sem parcerias políticas governamentais” (Entrevista 07).

“Não tem como passar bem e não acho conveniente. [São] Tanto público, quanto privado” (Entrevista 08).

“Ativismo voluntario e fontes públicas mediante a editais” (Entrevista 09).

Todas as OSCs salientaram receber financiamentos para suas atividades. Algumas disputam a captação de recursos em editais públicos e privados a exemplo das OSCs 2 e 3, e outras preferem trabalhar apenas com doações de entidades privadas por razões políticas como a OSC 6. Em suma cada uma retira recursos de acordo com suas realidades.

9. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais foram essas medidas?

“O Brasil sempre tem problemas na comunicação e mobilização da sociedade civil para participarem dos eventos que ocorrem em âmbito do Mercosul, não sei, se é proposital, ou, se é pura falta de estrutura e competência da equipe envolvida. Pois estamos com os quadros bem reduzidos nos últimos anos. Mas quanto a coibição da participação, nunca presenciei nada parecido, sempre tivemos voz nas reuniões” (Entrevista 01).

“O governo brasileiro ignorou a Cúpula Social de 2017 que seria feita em Brasília e tem dado sinais de que não deseja inserir a sociedade nas discussões do MERCOSUL. O Brasil não deu justificativa a revés da Argentina que deu nota sobre preocupação com segurança” (Entrevista 02).

- (Entrevista 03).

“Sim. Os mesmos motivos acima [a agenda tende a refletir o interesse do grupo que está no poder]” (Entrevista 04).

Não respondeu (Entrevista 05).

“Sim. O não pagamento do prêmio de Pontos de Mídia Livre http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/sai-resultado-do-premio-pontos-de-midia-livre/10883 de 2015” (Entrevista 06).

“Primeiro não existe troca sem interesse. O país [Brasil] não tem cultura de voluntário em sua essência. O político promete, mas não cumpre. É por isso que não fazemos trocas políticas, e o Estado e município tem um olhar de espanto sobre isso” (Entrevista 07).

“A lógica é semelhante a exposta acima os Estados não promovem a integração de forma completa” (Entrevista 08).

“O baixo financiamento tende a ser prejudicial para a captação de recursos” (Entrevista 09).

As OSCs apresentam diversas respostas diferentes sobre a possível interferência do Brasil em seus trabalhos. Conforme variam as atividades as opiniões tendem a divergir, pois as realidades de ambas não são iguais, visto que algumas fazem atividades locais e outras de caráter nacional. Em sua maioria as OSCs atribuem culpa aos políticos brasileiros que prometem auxílio e não cumprem com o acordado. No caso específico dos não ditos das OSC 3 e 5 a primeira não atua com confrontos diretos a estrutura burocrática do país, e a segunda salienta apenas a existência de diálogo, mas um grau de preconceito grande ao tratar do tema.

10. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais foram essas medidas?

“Para nós não, desconheço outros casos” (Entrevista 01).

“Volta e meia sim. Somos convidados a participar pelo governo brasileiro e no MERCOSUL é como que tivessem que aceitar o posicionamento do Brasil. Isso nos atrapalha. Um exemplo é o Acordo da União Europeia- Mercosul, pois as ONG`S são contra pela não participação nas negociações. Para a OSC 2 o acordo é semelhante a

ALCA, pois submete o MERCOSUL a UE e o deixa a mercê das decisões de terceiros. Somos totalmente contra, pois ele retira direitos e submete o Brasil a perda de soberania” (Entrevista 02).

- (Entrevista 03).

“Sim. As agendas tendem a refletir os interesses dos grupos que estão no poder” (Entrevista 04).

“Não. O obstáculo é a falta de recursos do governo. O diálogo existe, mas é como enxugar gelo. O objetivo do governo é deixar o movimento morrer, pois gera escândalo. Existe amizade, todavia sabemos que eles estão nos usando, mas nessa relação eles nos dão informações” (Entrevista 05).

“Não” (Entrevista 06).

“Zero” (Entrevista 07).

“Não tem poder sozinho para implementar sua agenda, mas os Estados não avançam pois estão vinculados com suas realidades locais. Desde 1974, os Estados não acordam, por exemplo, em matéria de cooperação para resolver questões de titulação acadêmica. Os mecanismos são arcaicos, fala se muito de integração, mas temos poucas ações. Isso de certa forma atrapalha” (Entrevista 08).

“A falta de institucionalidade prejudica o diálogo para o alcance de um ativismo” (Entrevista 09).

As respostas das OSCs variam da negativa a atribuição de culpa ao MERCOSUL devido as agendas políticas do momento a exemplo das OSCs 2,4,5, a baixa institucionalidade do Bloco, em referência a OSC 9, e no caso do não dito a OSC 3 não possui atuação no âmbito do MERCOSUL.

11. Vocês agem sozinhos, possuem representantes próprios, e permanentes no MERCOSUL?

“Acompanhamos as reuniões como sociedade civil, temos articulação com a Redlamyc, a coalizão das coalizões da América Latina. Sempre

há um representante da instituição nas reuniões. Sim. Agimos com a Redlamyc, a qual somos parceiros estratégicos. Nós estamos como FMSI Fundação Marista de Solidariedade Internacional”. (Entrevista 01).

“A atuação é sempre em redes e não possuímos representantes próprios no MERCOSUL. Com organizações que atuam em redes organizamos as Cúpulas de Salvador, 2008, 2012, e de Brasília, em 2015. A interação girou bastante com a REBIP, MST, Marcha das Mulheres, e fizemos as Cúpulas acontecerem. A OSC 2 fez o documento final após Cúpula de Brasília” (Entrevista 02).

As OSCs sinalizam que atuam em redes mediante a colaboração de terceiras entidades. A razão da ausência das demais OSCs se deve a utilização de questionários diferentes nas pesquisas. Todavia nada altera a perspectiva geral do trabalho dissertativo, visto que esta é uma questão auxiliar e de caráter complementar para a pesquisa.

12. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“Com relação a metas em específico ao Mercosul eu confidencio que a gente nunca fez um trabalho próprio de planejamento estratégico nesse sentido de ter uma grande clareza no que que seria a tática”. “No âmbito específico do Mercosul ainda não temos nada” (Entrevista 03).

“A Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul já estava integrada durante a criação do Mercosul, e entende que a integração deve ser total e não apenas de mercado. Só quando governos populares democráticos assumiram o poder conseguimos montar a estrutura do Mercosul. Discutir com as empresas que atuam na região a questão da aposentadoria, por exemplo, a unificação das placas sob uma única informação, enfim que o Bloco seja estruturalmente integrativo no âmbito social e cultural e não só do mercado. Tem participação no FCES com empresas, sindicatos e ONGs que fazem com que o GMC debata os temas (resoluções); atualmente, por exemplo, denunciamos o governo Temer de desrespeitar o Acordo Sócio Laboral com a reforma trabalhista” (Entrevista 04).

“Já trabalhamos no passado com os países do Bloco, mas sem interesse com o Bloco especificamente. A questão gira em torno da governamentalidade que impede a ampliação da atuação, à medida que aparece o preconceito” (Entrevista 05).

“Na época em que essa aproximação foi feita o blog havia sido contemplado com o prêmio de Mídia Livre e havia se tornado um Ponto de Cultura. O objetivo com o Mercosul era se aproximar do Mercosul Social e fortalecer os elos com as demais iniciativas para contribuir com a formatação de iniciativas solidárias de integração, fortalecendo uma rede de meios alternativos com foco em América Latina / Sul e integração regional” (Entrevista 06).

“Não parei para pensar na questão do Mercosul. O objetivo era abrir o leque com alguns países latinos, por exemplo Honduras investe muito em educação. Apesar da prostituição atrapalhar naquele país entendo que é mais leve do que no Brasil. Os governantes fazem vista grossa sobre dos projetos, pois não fazem pesquisa prévia para saberem as reais condições das localidades, por exemplo, muitos têm acesso a faculdade e cursos no SENAI e creio que o Mercosul contribuiria para apoiar. Não temos contatos e parcerias [MERCOSUL], mas possuímos interesse” (Entrevista 07).

“Não há objetivos específicos para o MERCOSUL, nosso território de atuação é a América Latina, onde o bloco está incluído. A questão no MERCOSUL é colateral por causa da América Latina, pois enfatizamos a mesma como um todo” (Entrevista 08).

“No Mercosul atuamos com o tráfico de pessoas, todavia nosso contato é apenas com o Instituto de Direitos Humanos. Por exemplo no âmbito do Mercosul foi aprovado um protocolo sobre tráfico de pessoas e não temos acesso às informações, ninguém sabe quem são os representantes que participaram das discussões, e com isso entendemos que houve uma aprovação sem a participação da sociedade civil” (Entrevista 09).

As abordagens das OSCs em relação ao MERCOSUL são variáveis, todavia em sua maioria ambas veem o Bloco apenas como plataforma de inserção política.

4.2. Ativismo das Organizações da Sociedade Civil na UPS

Esta seção analisa os resultados obtidos referente a participação das 9 OSCs entrevistadas na UPS, com enfoque na validação da seguinte hipótese de pesquisa: o ativismo das OSCs brasileiras no cadastro da UPS não concretizou que as mesmas alcançassem a autoridade prática necessária para construir novas dinâmicas no MERCOSUL social.

As questões respondidas nesse bloco do roteiro de entrevistas versam sobre três eixos: o conhecimento, a participação e o relacionamento da OSC com a UPS.

1. Quando e como a organização conheceu a UPS?

“Somos uma organização internacional, acompanhamos a agenda do Nino sur há 5 anos, vinculados a Fundação marista de solidariedade internacional, e somos membros do Movimento pela Infância MMI. – CLAC” (Entrevista 01).

“A OSC 2 ingressou na estrutura social do MERCOSUL e da UPS por meio do Programa Somos Mercosul a convite do governo brasileiro e tudo surgiu por escadinha. Inicialmente soubemos do Somos Mercosul pela internet, adquirimos contato estreito com a Secretaria Geral da Presidência e culminou em maior participação nas Cúpulas Sociais. O Brasil, assim como a Argentina e o Uruguai criaram estruturas sociais para levarem as pautas para o âmbito regional e nas Cúpulas” (Entrevista 02).

“Nós tomamos conhecimento acerca de uns três anos talvez 4 anos da UPS/Mercosul e possivelmente nos associamos a cerca de 2 a 3 anos. Não me recorde exatamente, mas como a nossa entidade faz parte de outras organizações como a Associação Nacional do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente que é nossa articulação de âmbito nacional e que a gente já chegou a participar por quatro anos sucessivos da coordenação; da Defense of Chirdren of Nation, que é uma articulação que a gente também faz parte no âmbito internacional; da Rede Latino-americana de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente. Nós sempre acabávamos entrando em contato com vários espaços e instituições. Então a gente já participou de atividades de incidência política e representações até no âmbito da ONU e seus

conselhos de direito, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Então ali acabou sendo um passo para entrar em contato com outras entidades e organizações internacionais” (Entrevista 03).

“A institucionalização da UPS veio entre 2010 e 2013, porém ela só veio a funcionar mesmo depois. Nosso conhecimento foi paralelo ao processo de nascimento da UPS. Ela é fruto do desejo da sociedade em ter um espaço como esse para suas atividades” (Entrevista 04)

“Em 2006, todas as organizações envolvidas com o tráfico de pessoas foram convidadas a participar de um seminário no âmbito do MERCOSUL. O objetivo era ir e fazer uma visão contra hegemônica naquele lugar sobre o tráfico de pessoas, e acabamos sendo “forçados” a falar sobre prostituição” (Entrevista 05).

“No momento das pesquisas para o edital soube desta iniciativa que, naquele momento, julguei complementar para o projeto” (Entrevista 06).

“Contatos fora do país com parentes e busca de informações” (Entrevista 07).

“Através dos espaços que atuamos junto a América Latina” (Entrevista 08).

“Algumas pessoas já conheciam algumas atividades no Mercosul, pois muitas são estudiosas de alta qualificação. Foi por intermédio da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe. Tínhamos que ter um cadastro no Bloco e por isso foi solicitado fazer o cadastro na UPS” (Entrevista 09).

Em sua maioria as OSCs tomaram ciência da UPS via contatos externos com entidades internacionais, pesquisas próprias e por iniciativa do governo brasileiro.

2. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

“Debates e apoio a coalizão” (Entrevista 01).

“Buscamos usar os espaços da melhor forma possível intervindo, apresentando demandas, e fazer constar no documento final as pautas de discussão dos governos locais. Buscamos interação com a institucionalidade um exemplo é a carta lamentando a não realização da Cúpula na Argentina” (Entrevista 02).

As OSCs atuam mediante o diálogo com terceiras organizações da sociedade civil, todavia a UPS não teve continuidade após, 2016 impossibilitando maior articulação. A ausência das demais OSCs se deve a diferenciação do questionário no momento da pesquisa, todavia esta não sofre alterações, pois esta é uma questão auxiliar.

3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“Ainda concretamente não apresentamos nenhuma demanda específica para os órgãos do Mercosul ou UPS” (Entrevista 03).

“O resultado político na região não contribuiu para isso. Ela nos dava suporte” (Entrevista 04).

“Não. Entendo que eles queriam nossa presença possivelmente por algum tipo de exigência burocrática” (Entrevista 05).

“Não porque o projeto foi pausado antes de qualquer participação mais efetiva junto ao Mercosul” (Entrevista 06).

“Sem acréscimos atuais” (Entrevista 07).

“Não” (Entrevista 08).

“A UPS é um cadastro. Não, pois nunca recebemos nada da UPS” (Entrevista 09).

Em sua grande maioria as OSCs afirmam que a UPS não acrescenta em nada em suas atividades, pois a mesma não passa de um cadastro, conforme apontou o entrevistado da OSC 9, e na falta de suporte não dada atualmente, dito pela OSC 4, por conta do avanço de nova agenda política no Bloco.

4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

“Sempre atuamos de forma organizada e articulada com outras entidades. Como a UPS/Mercosul e atuações nos órgãos do Mercosul ainda não foram um foco por que não tivemos nenhuma demanda específica para levar. Então não realizou essa articulação, mas sempre, por exemplo, as nossas atuações na Comissão Interamericana se deram com várias outras entidades e nossas no Parlamento nacional também sempre com várias outras organizações” (Entrevista 03).

“Em cooperação com as outras organizações, mediante a trocas políticas respeitando a pluralidade. Atuamos com outras centrais sem isolamento de forma coletiva visando a construção do diálogo” (Entrevista 04).

“Foi útil apenas para fazer contatos a exemplo da Associação de Mulheres Prostitutas de Buenos Aires, Argentina, e a ampliação do contato com a única boa organização de travestis de Goiás que possui um trabalho sério como o de montar uma casa segura para os travestis” (Entrevista 05).

- (Entrevista 06).

“Atuamos por meio do CRAS, órgão da prefeitura. Buscamos redes de contato para trocas. As ONGs de grande porte não fazem parceria para apoiar as pequenas” (Entrevista 07).

“De início a OSC 8 prefere desenvolver linhas com redes e organizações. A ideia é cumprir um objetivo maior e com isso buscamos trabalhar em redes” (Entrevista 08).

“Nossa articulação com o Mercosul é via Direitos humanos. Como nunca recebemos e-mail ou convite de nada vejo a situação como não fede e nem cheira” (Entrevista 09).

As OSCs sinalizaram que atuam com parcerias locais, órgãos do MERCOSUL e entidades externas ao Bloco. A multiplicidade de caminhos é uma característica do ativismo transnacional, todavia existem algumas insatisfações

apresentadas como a não comunicação a exemplo da OSC 9. Em relação a OSC 6 se compreende que seu não dito é relacional a sua forma de atuação como blog.

5. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“Qualquer organismo internacional no sentido de permitir ter maior alcance, maior visibilidade, reverberar e dar eco as demandas, representações, queixas e até num papel de constrangimento, como costumamos falar, podem sim fortalecer os objetivos e a missão da instituição, sobretudo, quando vem o efeito cascata. Uma organização internacional consegue ter acesso maior, por exemplo, a imprensa, e acaba forçando as instituições estatais e infranacionais a funcionarem a darem respostas efetivas sobre violações de direitos, e nesse sentido pode sim a UPS ajudar a fortalecer muito a questão de participação social e de melhora de índices todos envolvendo a infância e a juventude” (Entrevista 03).

“Precisaria voltar ao menos ao mínimo que era antes com a coordenação eleita, pois tínhamos uma certa governamentalidade e recursos” (Entrevista 04).

“Não sei. Os problemas que existem é o mau trabalho com prostitutas e o governo. É uma questão de estigma, pois ninguém quer segurar a mão, pois elas não dão voto ao contrário só dão contra voto” (Entrevista 05).

“Não sei responder” (Entrevista 06)

“O contato deveria existir juntamente com reuniões de modo que eles estivessem cientes das dificuldades. Poder buscar o olhar deles para a troca e auxílio com colaboração e até financeiro seria bom” (Entrevista 07).

“Acho que passa por uma etapa de valorização do Bloco como instrumento para nossa região. Está muito em cheque. A questão é estrutural e passa menos pela UPS, e mais pelo MERCOSUL. A Questão é mais macro, do que micro” (Entrevista 08).

“Que ela funcionasse como mecanismo de fortalecimento da participação e não como cadastro” (Entrevista 09).

Em sua maioria as OSCs indicam que a UPS e o MERCOSUL apresentam problemas de gestão que as impedem de fazerem incidência política com qualidade. Não salientam sua fragmentação, todavia desejam uma reestruturação favorável a coordenação.

6. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“Sim, com o olhar regional, e com o exercício da participação. Como disse acima não é um caminho fácil, mais o único que a instituição acredita” (Entrevista 01).

“Atualmente o cenário é de entrave, sem informações, e os canais de diálogo foram cortados. Não se têm o respeito pelas instancias de representação social. O MERCOSUL é o menos culpado, pois a dependência de vontade política recai sobre os Estados” (Entrevista 02).

“Não. Longe porque não dialoga com a sociedade civil. E a resolução de dezembro de 2017 não ajuda” (Entrevista 04).

“Somente para fazer contatos. São efeitos colaterais, mas a UPS em si não contribuiu em nada” (Entrevista 05).

- (Entrevista 06).

“Não” (Entrevista 07).

“É fundamental que continue existindo só que num outro marco civilizatório no âmbito do MERCOSUL enfatizando o debate e o diálogo. Atualmente ela não opera satisfatoriamente” (Entrevista 08).

“Não sei responder bem. Só não temos relacionamento. Ela é um cadastro, mas deveria contribuir para capacitar as OSCs para atuarem na sociedade civil. Todavia isso não vem acontecendo. Ela operacionalizou administrativamente nossa participação, mas de lá para cá nada aconteceu” (Entrevista 09).

Todas as OSCs apresentam opiniões diferentes sobre o tema. Em sua maioria ambas apontam a falta de diálogo e entraves políticos como os principais problemas do organismo. A OSC 1 afirma que a UPS contribui para suas causas, enquanto a OSC 6 não diz nada possivelmente em função de ter atuado com um blog, e a OSC 7 não oferece justificativa talvez por não atuar no MERCOSUL.

4.3. Discussão dos Resultados

O objetivo deste capítulo é analisar e discutir os resultados das entrevistas com as 9 OSCs apresentadas anteriormente a partir do conceito de autoridade prática. A primeira parte aborda o tópico do MERCOSUL Social de modo genérico, e a segunda parte analisa o papel da UPS à luz do ativismo transnacional.

4.3.1. O MERCOSUL Social

O MERCOSUL Social é resultado de uma série de ações coletivas da sociedade civil regional a qual busca ampliar a participação política da sociedade nos Estados-parte. Desde 2006, se iniciou um processo de construção de instituições no Bloco que favorecessem as expectativas de democratização da OI a qual abrange as Cúpulas Sociais, o PARLASUL, o IPPDH, o ISM, a REAF, a REM, e a UPS.

Diante da lógica de constituição de um MERCOSUL social e menos centrado nas questões comerciais se criaram instituições e grupos de trabalho com foco na participação da sociedade civil. Todavia o que se observa na atualidade é um MERCOSUL social entrelaçado institucionalmente, e formado por diversos organismos internos cuja efetividade para resolver problemas é reduzida.

O próprio PARLASUL que deveria ser a instituição social de maior valor deliberativo não possui o reconhecimento adequado para representar uma síntese dos principais interesses das OSCs, pois o ativismo transnacional no Bloco é disperso para as Cúpulas Sociais. Como resultado se entende que o reconhecimento necessário para a construção de autoridade prática é baixo no

MERCOSUL, visto que as OSCs possuem pouca capacidade para utilizarem de uma linguagem múltipla que seja favorável aos interesses sociais.

Os esforços de ativistas institucionais que atuavam nas novas organizações de bacia hidrográfica para ganhar influência sobre as outorgas fornecem uma boa ilustração de como a autoridade prática adquirida através da construção de capacidade de baixo para cima pode ajudar a transformar as lutas de poder aparentemente soma zero. [...] Ao criar capacidades de que nenhuma outra organização anteriormente dispunha, as novas organizações podem desenvolver o “poder de fazer a diferença” sem precisar tirá-lo de outros, o que tenderia a despertar maior resistência. Isso não significa que, de alguma forma, os comitês estariam enfrentando em pé de igualdade atores que dispõem de recursos econômicos ou políticos superiores aos seus. No entanto, se tiveram tempo para construir capacidades e reconhecimento com maior liberdade de ação – ou seja, sem ter de se envolver em conflitos de alto risco com instituições mais poderosas - as novas organizações estarão mais bem posicionadas quando tais conflitos efetivamente se manifestarem (ABERS; KECK, 2017, p.195).

As OSCs enfrentam resistências nacionais, e mais ainda no nível transnacional, para navegarem institucionalmente, pois a carência de diálogo e acesso a informação é queixa constante das atuantes no Bloco. Os atores transnacionais conseguem influir na criação de instituições dentro da OI, todavia estas permanecem na condição de esvaziamento político, ou seja, elas funcionam de forma limitada e não rompem com uma dinâmica criativa capaz de transformar as relações políticas.

Todavia o mesmo não pode ser dito quando comparado o sucesso da REAF e da REM com o ISM e o IPPDH, visto que esses últimos ainda não apresentaram a capacidade política necessária para alavancar suas áreas de interesse, tal qual as respectivas reuniões.

A explicação analítica que fundamenta esse entendimento parte do grau elevado de entrelaçamento dessas instituições no MERCOSUL social. São diversos programas os quais ainda não foram amadurecidos politicamente nos Estados-parte a ponto de alcançarem um reconhecimento. Por exemplo, se cita

a esfera dos direitos humanos na qual não se observa um canal aberto com as OSCs capaz de promover diálogo e deliberação sobre a temática.

Isto impede não somente o acesso das referidas OSCs a informações-chave para a discussão de pautas, como também a própria articulação em redes e coalizões de redes transnacionais. Ora, se o ativismo transnacional se encontra comprometido e permanece com baixa atuação tampouco será construída autoridade prática capaz de promover mudança de comportamentos.

O MERCOSUL é reflexo da institucionalidade dos Estados-parte que o compõem os quais enfatizam a decisões no âmbito da intergovernabilidade, ou seja, todas as questões são resolvidas conjuntamente. Isto significa que o centro do poder da OI é o CMC controlado pelos presidentes dos Estados. Até aqui não se observa problemáticas para a organização de uma instituição pequena e com ênfase comercial.

A questão se agrava quando o Bloco permite a inclusão de temas sociais no interior dos debates, e com a extensão de várias institucionalidades menores a concentração de poder no CMC tende a ser infrutífera para o todo, pois a autoridade prática somente existirá quando passar a ser construída, e isso não pode acontecer num ambiente dicotômico que é o MERCOSUL atual, visto que de um lado se tem grupos desejosos por participação, e de outro lado grupos desejosos apenas pelas questões comerciais os quais separadamente não dinamizam e nem criam capacidades políticas.

A navegação por ecologias políticas entrelaçadas se torna mais complexa, pois no campo político o Estado não é mais o único ator hegemônico, e a concorrência pela ideia política mais viável ganha destaque. Todavia é o reconhecimento da OSC o principal fator que possibilita a mudança no tabuleiro político, tal como a ASC durante as negociações da ALCA.

Por causa do ativismo da ASC suas atividades a tornaram referência na América Latina de como o reconhecimento contribui para a construção de autoridade prática e produção de mudanças. Ela soube articular suas ações coletivas em meio a um continente americano fragmentado por interesses e grupos políticos distintos. Se compreende que esta é a função de uma OSC que atua no espaço transnacional, ou seja, cabe aos ativistas aplicar a linguagem adequada a cada situação. O processo de construção de uma autoridade prática

que permita influenciar leis, instituições e os discursos políticos somente é feito quando se têm êxito no reconhecimento.

A articulação geralmente envolve o uso de redes – em nosso estudo, em geral associações profissionais – para divulgar ideias e obter recursos. [...] associa a difusão de ideias por meio de redes e a transformação institucional, argumentando que, quando redes de indivíduos que promovem ideias alternativas conseguem defender sua proposta em organizações profissionais, o novo consenso resultante será disseminado em todas as outras em sua esfera de influência. No entanto, não se trata apenas de um processo de construção de consenso. Os atores podem usar as redes para obter acesso a posições-chave em uma burocracia ou a outros recursos (ABERS; KECK, 2017, p.49).

A ASC conseguiu ter um ativismo transnacional que alcançou seu objetivo contra a criação da ALCA, todavia umas das maiores dificuldades de entrave a resolução de problemas que se pode apontar nesse caso são os vínculos ausentes dentro da ASC.

Uma estrutura de coalizão de organizações, tal qual a referida OSC, pressupõe possui em seu interior grupos de divergência críticos capazes de contrabalancearem as opiniões na busca por uma mediação equilibrada de interesses e pautas, entretanto, não foi isto o que ocorreu.

Uma organização tida como um espaço aberto e democrático apresentou características excludentes ao não permitir a participação de indivíduos como membros, a limitação ao espanhol como idioma de atividades, a recusa daqueles que não fazem parte de organizações regionais, ou que não desejam fazer parte dos capítulos nacionais, e a radicalização de posições políticas.

Essas ações salientam bloqueios na participação política e apenas indicam traços de homogeneização na ASC.

Apesar dessa ênfase na horizontalidade e no consenso, a ASC não pode ser considerada como um “espaço aberto” para todos que dela queiram participar. Sua dupla regra de filiação gera maior flexibilidade do que outras organizações, mas, mesmo assim, suas regras separam

aqueles que podem ser membros e os que não podem. A oposição à ALCA, [...] não é um consenso entre todas as organizações críticas das políticas comerciais implantadas no hemisfério. A radicalização de posições políticas tem, na prática, marginalizado atores mais reformistas, que não são contrários aos acordos comerciais, mas que gostariam de mudar a agenda negociadora e o conteúdo de algumas propostas (VON BÜLOW, 2009, p.36 e 38).

A questão da ASC serve de exemplo para a compreensão de como é difícil executar o ativismo transnacional, e ainda auxilia a análise para o entendimento da ação coletiva entre o Estado e a sociedade. Apenas um número pequeno de OSCs possuem frequência em eventos internacionais, detêm contatos específicos, e acesso a recursos e a informação o que contribui para a formulação de decisões com pouco espaço para contestação.

4.3.2. As Organizações da Sociedade Civil e a UPS

Em relação a UPS fato análogo ocorre, pois se institucionaliza a Unidade como um ente independente, e depois a incorporam na Secretaria do MERCOSUL (SM), retirando sua autonomia político-administrativa. E se acrescenta o não cumprimento dos dispositivos de apoio informacional e financeiro as OSCs o qual nunca foi objeto de plena realização. A decisão do CMC/Nº 30/17 é clara:

Art. 1 - A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) integrará a estrutura da Secretaria do MERCOSUL (SM).

Art. 2 - A UPS / SM trabalhará em coordenação com representantes a serem designados para esse fim pelos Coordenadores Nacionais do GMC [Grupo Mercado Comum] e com as instâncias do MERCOSUL na área social, em particular com a Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social, com o Instituto Social. MERCOSUL e com a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais, sob a supervisão da Secretaria do MERCOSUL.

O baixo dinamismo social no interior do Bloco é agravado com a supressão da coordenação da UPS a qual antes estava nas mãos da sociedade civil. Se observa não só a perspectiva de pouco ativismo, mas também a falta de coesão com a realidade, pois criaram a UPS com funções e responsabilidades específicas no apoio a participação social. Todavia os próprios mecanismos internos do MERCOSUL se tornaram incapazes de fazer cumprir o funcionamento da UPS tal como previsto anteriormente.

Ou seja, os dispositivos legais não produziram resultados, pois inexistia autoridade prática para fazê-los funcionar entre os organismos sociais do Bloco, e como a própria sociedade civil também não possui capacidade política suficiente para mudar a realidade a UPS não evoluiu por carência de reconhecimento.

A UPS foi descaracterizada como instituição social após a transferência do cargo de coordenador do âmbito político para o técnico. Com isso a impossibilidade da participação das OSCs se torna real, e o ativismo declina diante de uma instituição que não teve o tempo necessário para amadurecer politicamente.

A experiência que poderia alavancar maior participação social na UPS e no MERCOSUL social se viu em prejuízo, e conseqüentemente a construção da autoridade prática se torna inviável pela falta de ativismo e de reconhecimento que permitam a transformação dos comportamentos políticos institucionais.

A experimentação com novas formas de abordar problemas é outro tipo de prática empregada por aqueles que tentam construir novas instituições. Muitas vezes, tais experiências começam como pequenos esforços colaborativos, envolvendo um número pequeno de pessoas, ou como parceria modesta em torno de objetivos facilmente alcançáveis. [...] ao trabalhar por tais objetivos, os laços entre indivíduos são fortalecidos e a experiência produz novas habilidades e novos conhecimentos. Quando outras pessoas percebem esses esforços como bem-sucedidos, ficam mais inclinadas a aderir, e os envolvidos tornam-se mais propensos a ampliar as parcerias. Tais experimentos podem mudar as relações e os recursos existentes, fazendo com que ideias mais ambiciosas, até então vistas como excêntricas, pareçam razoáveis (ABERS; KECK, 2017, p.49).

Dentro da perspectiva teórica, se observa a existência de um ativismo diverso entre os grupos participantes, todavia todos eles não conseguem mobilizar o reconhecimento necessário para romper com o entrelaçamento institucional do MERCOSUL. Ou seja, na perspectiva individual e coletiva as OSCs pesquisadas não conseguiram alcançar a autoridade prática para a construção de dinâmicas novas.

Ambas são dependentes exclusivamente de informações específicas e convites dos Estados-parte para incidirem sobre seus próprios interesses ativistas, todavia é preciso salientar a rigidez, má gestão informacional e baixo interesse dos Estados em dialogar e permitir a introdução de ecologias políticas capazes de estimular novas realidades.

Conforme se evidencia ao longo da apresentação dos resultados sobre a relação das OSCs com a UPS, o conhecimento sobre a mesma não sobreveio a grande maioria por meio de informativos via Estado brasileiro ou da própria UPS, e, sim, mediante ao acesso que as OSCs possuem em outros espaços de participação.

No tangente a participação entre as OSCs com a UPS ambas criticaram a dificuldade com o diálogo, a obtenção de informações, que chega a ser desconexa e impossível, e a baixa institucionalidade como fatores preponderantes para o ativismo. O desejo em cooperar com a UPS e promover maior ativismo existe por parte das OSCs, todavia as ações que viabilizem esse caminho não alcançaram o nível da realidade no organismo.

O relacionamento entre as OSCs e os governos é essencial a incidência política, pois as OSCs ficam à mercê das preferências ideológicas que regem os Estados de tempos em tempos. Com a institucionalidade criada na UPS, em 2013 não foi possível estimular a participação da sociedade civil de forma organizada, e tão pouco o ativismo transnacional, pois grande parcela das OSCs é dependente das ações de incentivo dos Estados-parte para manutenção de atividades.

Tabela 8: Relação do ativismo das 9 OSCs no MERCOSUL Social

OSCs ativistas na UPS	A UPS contribui para a OSC ?
1	Sim
2	Neutro
3	Sim
4	Não
5	Não
6	Neutro
7	Não
8	Não
9	Não

Fonte: construção própria baseado nas entrevistas com as OSCs.

A amostragem das 9 OSCs cadastradas no universo das 64 OSCs brasileiras que compõem a UPS revelou que 5 OSCs possuem ativismo direto, ou indireto no MERCOSUL social, enquanto que 4 OSCs não possuem ativismo no Bloco. Ou seja, a quantidade de OSCs participantes é superior as não participantes no ativismo político.

O ativismo direto ocorre quando existe a realização de atividades específicas no Bloco como são os casos da OSC 4 e da OSC 9, e ativismo indireto quando a OSC demonstrou participar de atividades complementares, ou mesmo enfáticas em determinado período de tempo no MERCOSUL Social, tais como a OSC 1, a OSC 2, a OSC 5, a OSC 6 e a OSC 8.

A tabela abaixo sintetiza o resumo do estímulo que a UPS deu as OSCs a partir de sua criação:

Tabela 9: Relação de apoio da UPS às OSCs: financiamento, grau de dificuldade para adesão, imposição de demandas, direitos e deveres, e suporte informacional

OSCs ativistas na UPS	Financiamento	Adesão	Demandas	Direitos e Deveres	Informações
1	Não	Não	Não	Não	Não
2	Não	Não	Não	Não	Não
3	Não	Não	Não	Não	Não
4	Não	Não	Não	Neutro	Não
5	Neutro	Não	Não	Não	Não
6	Não	Não	Não	Não	Não
7	Não	Não	Não	Não	Não
8	Neutro	Não	Não	Não	Neutro
9	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: construção própria baseado nas entrevistas com as OSCs.

Em todos os quesitos a UPS não obteve êxito em incentivar uma articulação política com as OSCs. As mesmas declararam que todo o procedimento de cadastro no organismo foi fácil. Porém criticaram a carência de continuidade no contato após a efetivação do registro.

As exceções ocorrem nos casos de financiamento de atividades de viagens pela UPS. Todavia os próprios representantes salientam não recordar se os recursos eram provenientes da UPS ou de terceiro organismo do MERCOSUL, por isso aparecem como neutros na tabela acima.

A questão da neutralidade da OSC 4 quanto a exigência de direitos e deveres para as OSCs também é originária de um lapso de memória do representante, todavia o mesmo afirma existirem certos critérios entre organizações de grande porte e de pequeno porte, porém isso é algo não dito pelos demais representantes de OSCs.

No referente a pauta informacional, a OSC 8 afirma que a mesma não recebeu nenhum tipo de comunicado após seu registro na UPS, todavia salienta a possibilidade desta incógnita ser de natureza político-administrativa, visto que o Estado brasileiro não propôs iniciativas diretas de interação no período recente, e menos ainda a UPS e o MERCOSUL demonstraram reciprocidade as OSCs.

Tabela 10: Contribuição da UPS para as OSCs

OSCs ativistas na UPS	A UPS contribui para a OSC ?
1	Sim
2	Neutro
3	Sim
4	Não
5	Não
6	Neutro
7	Não
8	Não
9	Não

Fonte: construção própria baseado em entrevistas com as OSCs.

Os entrevistados responderam de forma distinta ao serem indagados se a UPS contribui para suas OSCs, pois dois responderam que sim, enquanto cinco afirmaram que não, e dois se mantiveram neutros na questão. Se entende por neutralidade nesta pesquisa quando a resposta do entrevistado não é clara o suficiente para chegar a uma conclusão.

Nesse caso o entrevistado da OSC 2 salientou entraves por causa de falta de diálogo e de informações. A dependência da vontade dos Estados é outro fator importante, pois seriam eles os culpados, conforme o entrevistado, pelo desrespeito pelas instâncias representativas.

No tangente a OSC 6 a razão para o entendimento de neutralidade se deve a ausência de resposta no roteiro de entrevista, todavia se compreende este silêncio como uma resposta negativa.

Em relação a hipótese de pesquisa que versa sobre o ativismo transnacional das OSCs brasileiras na UPS e sua negação de autoridade prática se conclui verdadeira. Os dados da amostragem com as 9 OSCs contribuem para validar a inexistência de autoridade prática no âmbito da UPS, pois:

1. Do universo de 9 OSCs cinco afirmaram que a UPS não contribui para as atividades das mesmas, e se considera o acréscimo de mais duas nessa negativa que estão registradas como neutras. Ou seja, a amostragem apresentou índice superior a 50% de rejeição nesse quesito com OSCs de diferentes temáticas e Estados brasileiros;

2. As 2 OSCs que afirmaram que a UPS contribui para suas atividades enfatizaram o olhar regional e a exposição de demandas como justificativa, todavia a realidade da instituição não é essa, visto que ela se fez mero cadastro de OSCs sem nenhuma atividade de articulação, e, portanto, sem incentivo de capacidades políticas para a construção de autoridade prática;

3. Do universo de 9 OSCs sete afirmaram falta de financiamento de projetos pela UPS, todas confirmaram a baixa exigência para adesão e apresentação de demandas para participação, e 8 OSCs declararam não terem recebido informações e indicação de direitos e deveres pela UPS. Ou seja, a carência de estímulos institucionais impossibilitou o ativismo das OSCs pela UPS, e como resultante o avanço do reconhecimento necessário para a autoridade prática; e

4. Por ser o MERCOSUL uma OI com diversas instituições entrelaçadas os organismos sociais, como a própria UPS, são atingidos pela baixa governança cujo resultado torna difícil a articulação da participação social. A UPS não apresentou capacidade política para incentivar o reconhecimento das OSCs de forma a vencer o grau de entrelaçamento. Essa falta terminou por contribuir para a perda de geração de autoridade prática pelas OSCs e por extensão a baixa participação da sociedade civil.

Considerações finais

Neste capítulo se analisaram os dados do roteiro de entrevistas para a compreensão genérica do MERCOSUL Social e aprofundamento da UPS. A hipótese de pesquisa foi validada, e se conclui que a UPS não conseguiu incentivar a construção de autoridade prática nas OSCs brasileiras que compõem o seu registro, pois o grau de entrelaçamento do Bloco e a ausência de reconhecimento das OSCs não contribuíram para a estimular o ativismo transnacional.

CONCLUSÃO

Durante as negociações da ALCA, a participação da sociedade civil organizada do continente americano foi intensa a ponto de contribuírem para o abandono do ambicioso projeto político regional. Diversas OSCs contribuíram para a ampliação dos debates em torno da ALCA, sobretudo, a Aliança Social Continental que aglutinou uma gama de representação da sociedade civil ao redor das principais pautas.

Quando comparada à participação da sociedade civil no MERCOSUL, o observamos que a experiência da ALCA foi perdida. Pois com o tempo as OSCs mudam seu objeto de luta política, ou ingressam numa estrutura de ativismo regional sem a intenção de participação direta. Ou seja, as OSCs fazem uso de organismos, como a UPS, para a utilizarem como vitrine política. Ambos os casos foram examinados nesta dissertação, sendo que análise do caso mais recente do MERCOSUL sinaliza o baixo ativismo transnacional contemporâneo no Bloco, como também aponta as crescentes dificuldades das OSCs latinas para obterem relevância política.

De forma geral, a participação das OSCs na América Latina é limitada. No MERCOSUL mais ainda, pois a maior parte das OSCs dá preferência a associação com OSCs internacionais de grande porte e com parcerias com seus respectivos Estados. A participação das OSCs via organizações internacionais é baixa. Ou seja, a falta de articulação e de política de confronto com as ideias dominantes, que circulam nas organizações internacionais, tornam a sociedade civil organizada incapaz de contribuir para as mudanças políticas, e possibilidade de acontecer como o ocorrido durante a ALCA fica limitada.

Outro fator de destaque para a compreensão da dificuldade de atuação das OSCs é a limitação geográfica e financeira. A grande maioria das OSCs possui poucos recursos para investimento em viagens internacionais e propagação de suas ideias. No espaço extenso que compõe os territórios dos Estados do MERCOSUL, a pesquisa, a articulação política e a realização de reuniões presenciais com parceiros e potenciais apoiadores é difícil. Isto constitui em um obstáculo para o ativismo, ora vencido pelos benefícios da internet, ora neutralizado pelas distâncias.

O ativismo transnacional no MERCOSUL não tem sido um objeto de pesquisa na sociologia política. Pesquisas em torno do tema tendem a enfatizar pautas políticas com exclusividade no Estado ou nas dicotomias entre ideologias políticas. Logo, a contribuição de trabalhos que versem sobre a participação da sociedade civil organizada em arranjos internacionais ainda é pequena. Diante disso, a presente dissertação elegeu como seu objeto a participação da sociedade civil organizada brasileira no MERCOSUL Social, examinando em particular o papel da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS).

Diversas são as atuações que as OSCs fazem para incidirem sobre as decisões nacionais e transnacionais. Muitas trabalham em redes, outras sozinhas, e outras em colaboração com entidades internacionais. Todavia o que possuem em comum é a ambição da mudança.

Na última década o MERCOSUL Social foi palco de intensa atividade, com a abertura de diferentes espaços no Bloco para a apresentação de pautas. Entretanto, em que pese os avanços formais de participação social a sociedade civil que compõe os Estados-parte não se observou a concretização de seu empenho pela ausência de autoridade prática.

A autoridade prática é o ápice para uma OSC mobilizar recursos humanos e financeiros para obter relevância política. A mudança comportamental dos atores políticos apenas advém quando o entrelaçamento do meio é vencido, e dentro desta via o reconhecimento das OSCs precisa ser um fato.

Diante do conceito da autoridade prática, o que se vê no MERCOSUL Social e na sua principal instituição alavancadora da participação da sociedade civil, a UPS, é a inanição de uma sociedade civil dividida e uma institucionalidade inarticulada. Em suma, são OSCs dependentes da intervenção política dos Estados para realizarem ações, os quais em contrapartida, paradoxalmente, inviabilizam a participação social. Ou seja, o desejo por mudanças existe, todavia estas não ocorrem pelas carências do reconhecimento no processo de romper os entrelaçamentos do meio institucional.

A questão de pesquisa da presente dissertação foi justamente se indagar as OSCs conseguiram por meio da participação na instituição UPS a autoridade prática necessária para efetuar mudanças no MERCOSUL Social. Se conclui

que não, pois a sociedade civil não obteve o reconhecimento necessário para trazer uma mudança na dinâmica institucional do Bloco contribuindo para que o mesmo permanecesse entrelaçado.

A partir de 2006, o MERCOSUL iniciou uma série de compromissos de caráter social – Cúpulas Sociais, PARLASUL, ISM, IPPDH, REM, REAF, UPS – os quais ampliaram o grau de participação da sociedade civil. A ampliação de espaços e estabelecimento de arranjos institucionais facilitadores da participação social aparentemente foi benéfico para reduzir o déficit democrático do MERCOSUL ao permitir o diálogo de temas sociais importantes para o Cone Sul, e contribuir para a inclusão e ampliar e reforçar a sua governança.

O objetivo da dissertação foi analisar a relação das OSCs brasileiras com a UPS. Se utilizou do ativismo transnacional de Von Bülow (2009) e dos conceitos de entrelaçamento, ativismo institucional, reconhecimento e de autoridade prática de Abers e Keck (2017) para analisar a operacionalização da incidência política na fronteira entre o Estado e a sociedade.

Metodologicamente a dissertação enfatizou a pesquisa qualitativa, com a análise bibliográfica, e a pesquisa quantitativa, com a elaboração de tabelas. Como pesquisa de campo se elaborou um questionário semiestruturado. Nele foram apresentadas questões as quais foram distribuídas pelas OSCs brasileiras cadastradas na UPS. Apenas 9 OSCs responderam ao chamado cuja amostragem foi utilizada para analisar a hipótese.

Ainda que anseios sociais foram expressos e novas expectativas incorporadas na agenda do Bloco, as OSCs não lograram obter a capacidade política de que precisavam para implementar sua autoridade prática. Por meio do seu ativismo transnacional a sociedade civil organizada logrou expressar suas expectativas e, por vezes, teve parcela de suas demandas atendida. Porém a análise dos resultados obtidos ao longo dessa dissertação indica que as OSCs não conquistaram autoridade prática, o que limitou o progresso de suas pautas nas discussões e decisões do MERCOSUL.

A resposta para a aparente ambiguidade entre o reconhecimento institucional no âmbito do MERCOSUL Social, com a criação de organismos sociais, e a resultante carência de autoridade prática na UPS é o entrelaçamento

institucional do Bloco. Muitos são os grupos e muitas são as propostas que circulam pelos organismos sociais do MERCOSUL, porém há uma falta de governança capaz de reunir as temáticas e proporcionar soluções políticas conjuntas.

Individualmente a UPS não contribuiu significativamente para alicerçar a autoridade prática das OSCs devido ao seu entrelaçamento institucional e à baixa capacidade política do ativismo transnacional das OSCs. O primeiro fator reflete a problemática, exposta acima, sobre a dificuldade de solucionar problemas em meio a temáticas e organismos tão diversos. O segundo reflete a limitação organizacional da UPS de mero cadastro de registro de OSCs sem possuir capacidades institucionais outras para efetuar o apoio necessário para suas atuações. Ou seja, as OSCs cadastradas na UPS não conseguiram influenciar politicamente a agenda e o processo de formulação de políticas no Bloco, pois lhes faltou informação e diálogo com as diversas outras autoridades componentes de seu entrelaçamento institucional.

Os resultados obtidos mostram que há, primeiro, um conjunto de OSCs interessadas em trabalhar com o MERCOSUL/UPS impossibilitadas de fazê-lo pela falta de apoio logístico; e segundo, aquelas OSCs que não possuem interesse em participar da UPS, mas que ainda assim fazem parte do cadastro de registro.

Assim, o Estado brasileiro não incentivou a participação da sociedade civil no MERCOSUL/UPS seja por meio informacional, apoio financeiro, ou articulação política capaz de contribuir para o ativismo transnacional das OSCs brasileiras. Diante disso as mesmas não obtiveram a autoridade prática necessária para a efetivação de contribuições à mudanças sociais no âmbito do Bloco regional.

A hipótese de pesquisa se fundamentou na afirmação: o cadastro na UPS não incentivou a concretização da autoridade prática das organizações sociais. Os resultados validaram a hipótese:

1. De 9 OSCs 5 a 7 delas afirmaram que a UPS não contribui para suas atividades; e

2. de 9 OSCs 7 afirmaram falta de financiamento e baixa exigência para adesão e apresentação de demandas, e 8 OSCs afirmaram não terem recebido informações e indicação de direitos e deveres;

No que diz respeito ao MERCOSUL Social, outro fator é apresentado na análise o qual reforça a hipótese: o MERCOSUL/UPS possui um grau de entrelaçamento institucional alto, e a UPS não apresentou capacidade política necessária para incentivar o reconhecimento das OSCs. Diante desta carência a UPS não pode gerar autoridade prática e o ativismo transnacional foi comprometido inibindo a participação da sociedade civil organizada.

A pesquisa com as 9 OSCs registradas na UPS é de cunho parcial devido ao grau da amostragem utilizada. Devido a isto para pesquisas futuras se recomenda enfatizar a ampliação da amostra, a abertura analítica para áreas temáticas específicas, e a realização de entrevistas com o corpo institucional do MERCOSUL. Todavia os resultados que se chegaram com esta dissertação validam a hipótese de que a UPS e os organismos sociais internos do Bloco funcionam mal, pois eles apresentam baixo diálogo entre si e carecem de governança efetiva, o que impede o estímulo de mudança por parte das OSCs.

No caso do Brasil é relevante salientar que a problemática em torno da participação social no MERCOSUL também envolve o perfil do MRE. A histórica e institucionalmente influenciada carência de aproximação entre o órgão e a sociedade civil organizada brasileira desfavorece o diálogo e, conseqüentemente, o ativismo transnacional.

Se conclui esta dissertação apontando a importância do MERCOSUL para os interesses comerciais e sociais. É relevante a integração comercial entre os Estados-parte, pois a pauta de estímulo ao livre comércio precisa ser completada de forma a promover os interesses nacionais e dos membros do Bloco. Todavia cabe as autoridades responsáveis pela condução da OI dialogarem com os setores sociais, afim de estabelecerem canais de participação constantes e um sistema de governança para filtragem e análise de pautas.

A questão social é de grande importância para incentivar a participação da sociedade civil organizada nos debates e na produção de ativismo transnacional. É preciso fortalecer o PARLASUL como órgão máximo de

resolução de questões políticas e dividir as competências do Bloco com o CMC. Em suma é preciso reformar o Tratado de Assunção, de 1991, e adapta-lo a conjuntura atual e atender os distintos grupos existentes.

Todavia é imprescindível salientar que a coexistência dos diferentes grupos, interesses e temáticas somente será possível com governança, e com decisões que afetem a todos os Estados-parte. Ou seja, não basta a institucionalidade ser funcional e avançar, conforme muda a ideologia do grupo que está no poder nos Estados-membros.

A sociedade civil organizada precisa atingir o modelo de governança do MERCOSUL, afim de comportar ao Bloco novas capacidades institucionais, e promover as mudanças de inclusão necessárias. Todavia para tal se entende que a OI deve abandonar a intergovernamentalidade, com ênfase estadocêntrica, e aderir a supranacionalidade com decisões obrigatórias para todos os Estados-membros.

O MERCOSUL precisa ser funcional para todos os grupos que incidem na sua política, e, portanto, o ativismo precisa do reconhecimento das autoridades institucionais, o entrelaçamento precisa ser vencido com gestão e negociação, afim de que as OSCs possam ter a autoridade prática necessária para realizar mudanças institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais na Teoria e na Prática. Como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 13, Nº 28, set/dez. 2011.

ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. Autoridade Prática. Ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2017.

ALIANÇA DO PACÍFICO. Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico, 2011.

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. Editora Ática, 1995.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. “Sociedade civil e teoria social”. In: AVRITZER, Leonardo (org), Sociedade Civil e Democratização. Belo Horizonte, Del Rey Editora, p. 147-182, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 18, Nº 2, novembro, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. *Lua Nova*, Nº 49, 2000.

BOTELHO, Antonio. “La sociedade civil em el processo de integración comercial: el caso brasileno”. In: TUSSIE, Diana; BOTTO, Mercedes (orgs.), El ALCA y las cumbres de las Américas: ¿una nueva relación público-privada ?_1ª edição. Buenos Aires, Editora Biblos, p. 171-192, 2003.

BOTTO, Mercedes; TUSSIE, Diana. “Introducción. La internacionalización de la agenda de participación el debate regional”. In: TUSSIE, Diana; BOTTO, Mercedes (orgs.), El ALCA y las cumbres de las Américas: ¿una nueva relación público-privada ?_1ª edição. Buenos Aires, Editora Biblos, p. 27-46, 2003.

BOTTO, Mercedes; TUSSIE, Diane. Las Cumbres de las Américas: una nueva plataforma para la sociedad civil. *America Latina Hoy*, Salamanca, Nº 40, 2005.

BRASIL. Decreto Nº 6.594, de 6 de Outubro de 2008. Programa Mercosul Social e Participativo. Presidência da República Casa Civil.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos Sociais e Democracia os dois lados das fronteiras. *Caderno CRH*, Salvador, Vol. 21, Nº. 54, set/dez de 2008.

Coletânea de Direito Internacional e Constituição Federal. In: MAZZUOLI, Valério (org.), *Tratado de Assunção*. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andrea. *Organizações Internacionais. História e Práticas*. 2ª edição. Editora Campus, 2004.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Editora: Paz e Terra, 1997.

JÚNIOR, Paulo. *O Mercosul Social: Avanços e Obstáculos para uma Nova Dinâmica de Integração Regional*. Tese (Doutorado de Ciência Política) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

KORZENIEWICZ, Roberto. “Redes transnacionales de la sociedade civil: entre la protesta y la colaboración”. In: TUSSIE, Diana; BOTTO, Mercedes (orgs.), *El ALCA y las cumbres de las Américas: ¿una nueva relación público-privada ?* 1ª Edição. Buenos Aires, Editora Biblos, p. 47-74, 2003.

LAISNER, Regina. *Em busca de um referencial teórico para outra integração do Mercosul: Diálogos com o novo regionalismo e leituras do desenvolvimento*. V Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2015.

LAISNER, Regina; PAVARINA, Paula; DE MÁRIO, Camila; FERREIRA, Guilherme. *Uma outra integração do Mercosul: diálogos com o novo regionalismo, desenvolvimento e justiça social*. XV Congresso Internacional Fomerc. *Desenvolvimento e Autonomia: os rumos da integração*, 2017.

LAVALLE, Adrian; BULOW, Marisa. *Sociedade civil e institucionalização da intermediação. Brokers diferentes, dilemas semelhantes*. *Política e Sociedade*, Florianópolis, Vol. 13, Nº 28, set/dez de 2014.

MERCOSUL. *Declaración XX Cumbre Social del Mercosur*. Montevideo, 2016.

MERCOSUL. CMC/DEC. Nº. 30/17. *Fortalecimiento de la Unidad de Apoyo a la Participación Social (Derrogación de la Decisión CMC Nº65/10)*. Montevideo, 2017.

MERCOSUL. Las Cumbres Sociales del Mercosur I Historia y acervo. SILVA, Albuquerque Carolina; MARTINS, Vieira Renato José. Unidad de Apoyo a La Participación Social UPS – MERCOSUR, 2016.

MACHADO, Jéssica. Integração regional e democracia participativa no Mercosul: uma análise sobre o Mercosul social e participativo. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

MESQUITA, Ribeiro Lucas. Sociedade civil e Política Externa Brasileira: os espaços participativos na PEB contemporânea. *OIKOS*, Rio de Janeiro, Vol. 11, n.2, 2012.

PUTNAN, Robert. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, Vol.18, n.36, 2010.

SANTOS, Rafael. Integração Regional e a Questão Social: Programa Mercosul Social e Participativo. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

TOSUN, Jale; KOOS, Sebastian; SHORE, Jennifer. Co-governing common goods: Interaction patterns of private and public actors. *Policy and Society*, 35:1, 2016.

VON BÜLOW, Marisa. Sociedade civil e negociações comerciais: A construção de um novo campo de ação nas Américas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Nº 86, 2009.

VIEIRA, Flávia. Movimentos Sociais e Globalização: novas formas de articulação internacional desde baixo. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011.

Sítios:

Conselho do Mercado Comum, Grupo Mercado Comum, e Comissão de Comércio do Mercosul. Disponível em:
<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3878/11/innova.front/organos-derivados-de-textos-fundacionales> Acesso em: 15.12.2017

Foro Consultivo Econômico Social. Disponível em:
<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/6458/11/innova.front/foro-consultivo-economico-social-fces> Acesso em: 15.12.2017

Parlamento do MERCOSUL. Disponível em:
<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/7006/1/parlasur/parlamento.html>
Acesso em: 15.12.2017

Secretaria do Mercosul. Disponível em:
http://www.mercosur.int/innovaportal/v/48/2/innova.front/secretaria_del_mercosur
Acesso em: 15.12.2017

Tribunal Permanente de Revisão. Disponível em:
<http://www.tprmercosur.org/pt/estructura.htm> Acesso em: 15.12.2017

APÊNDICES

Apêndice 1

Lista de Organizações da Sociedade Civil registradas na UPS

1. Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação
2. Associação Brasileira de Estudos da Homocultura
3. Associação Cristã de Moços
4. Associação de Ex-Conselheiros e Conselheiras da Infância
5. Associação de Educação e Cultura
6. Associação Comunidade Ativa de Vila Clara
7. Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambás de Oliveira - Ação Tupinambá
8. Associação dos Estudantes Universitários da Cidade de Itabaianinha
9. Associação de Estudantes Universitários
10. Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
11. Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação
12. Associação Religiosa de Etnia Oya Dode
13. ArtCidade Criativa
14. Campanha Latinoamericana pelo Direito a Educação
15. Casa de Cultura Ilê Asé D`Osoguiã
16. Cátedra Sérgio Vieira de Mello
17. Centro de Ação Cultural
18. Centro Cultural Manoel Lisboa
19. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos
20. Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
21. Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura
22. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
23. Central Única dos Trabalhadores
24. Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça
25. Coletivo Nacional de Juventude
26. Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí
27. Comunidade Bahá'í do Brasil

28. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
29. Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação
30. Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas
31. Conselho Federal de Serviço Social
32. Davida: Prostituição, Saúde, Direitos Humanos
33. Diferente, Pero no Mucho
34. Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas
35. FLACSO Brasil - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
36. Fórum Brasileiro de Economia Solidária
37. Fórum de Mulheres do Mercosul – Brasil
38. Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
39. GAIRE - Grupo de Assessoria de Imigrantes e a Refugiados
40. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
41. Instituto Conexão Sociocultural
42. Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos
43. Instituto Emarca de Pesquisa e Educação Profissional
44. Instituto EQUIT - Gênero, Economia e Cidadania Global
45. Instituto Marista de Solidariedade
46. Instituto de Promoção e Estudos das Juventudes
47. Marcha Mundial das Mulheres
48. Movimento CulturArte Betim
49. Movimento de Justiça e Direitos Humanos
50. Movimento Nacional de Direitos Humanos
51. Movimento Nacional de Direitos Humanos em Santa Catarina
52. Nós na Rua
53. Observatório Social do Nordeste
54. Oficina de Imagens - Comunicação e Educação
55. Opção Brasil
56. Rede Brasil de Conscientização e Transformação Política
57. Rede de Estudo Internacional e Mobilização Jovem
58. Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
59. Rede Nacional de Aprendizagem Promoção Social e Integração
60. Rede Nacional de Negros e Negras LGBT (Rede Afro LGBT)

61. Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil

62. União Brasileira de Mulheres

63. União da Juventude Socialista

64. União de Negros pela Igualdade

Apêndice 2

Entrevista 01 – OSC 1

Cidade: Curitiba

Estado: Paraná

Entrevistado: representante da OSC

Data: 23 de Fevereiro de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“A OSC 1 é uma instituição filantrópica, do grupo marista, e envolve 16 colégios pagos e 25 unidades sociais, entre elas, escolas de educação básica, serviço de convivência familiar, uma unidade de atendimento a adolescente usuários de drogas, e uma equipe de 5 colaboradores que atuam dentro da penitenciária feminina de Piraquara, com as mulheres que ficam com seus bebês”.

1.2. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

“Sim. Todos temos formação superior e específica”.

1.3. Quantos são os projetos feitos pela organização? Quais são eles?

“Vários projetos, chamamos de projetos pedagógicos, os desenvolvidos pelos professores, há os projetos de participação que são desenvolvidos diretamente pelos adolescentes e crianças, há representações em espaço de controle social e há projetos vinculados a rede interamericana de solidariedade marista”.

1.4. A organização recebe financiamento público e privado?

“Somos uma Instituição filantrópica, privada sem fins lucrativos”.

1.5. O MERCOSUL mediante a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) já financiou algum projeto da organização? Qual projeto e a experiência foi positiva? Se negativa quais as dificuldades?

“Não financiou”.

1.6. O orçamento da organização é apropriado para o volume de projetos? Você poderia dizer os 3 últimos orçamentos anuais?

“É apropriado, só para a área social – a rede marista de solidariedade nos últimos três anos contou com 40 milhões. Você pode retirar esse dado mais detalhado pelo site www.solmarista.org.br, quanto atendimentos e outras ações”.

1.7. Atualmente a organização precisa captar recursos extras para desenvolver suas atividades?

“Temos uma área de captação de recursos, principalmente para os projetos que nomeamos como inovação, onde precisamos de subsídios para o desenvolvimento da tecnologia social, como o projeto na penitenciária”.

Parte 2: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

2.1. Quando e como a organização conheceu a UPS?

“Somos uma organização internacional, acompanhamos a agenda do Nino sur há 5 anos, vinculados a Fundação marista de solidariedade internacional, e somos membros do Movimento pela Infância MMI. – CLAC”.

2.2. O procedimento de adesão foi burocrático? Houveram exigências para a participação na UPS? Quais os direitos e deveres da organização na UPS?

“Foi um procedimento bastante simples a inscrição pelo site. Até o momento não houve comunicação de nenhuma obrigação. E o cadastro nos permite agilidade nas inscrições das atividades do Mercosul. Nosso foco são os direitos da criança e adolescente”.

2.3. Como a organização atua no âmbito da UPS:

2.3.1: Vocês agem sozinhos, possuem representantes próprios, e permanentes no MERCOSUL?

“Acompanhamos as reuniões como sociedade civil, temos articulação com a Redlamyc, a coalizão das coalizões da América Latina. Sempre há um representante da instituição nas reuniões”.

2.3.2: Vocês agem em redes de colaboração com outras organizações e recebem informações relevantes para a execução de ações?

“Sim. Agimos com a Redlamyc, a qual somos parceiros estratégicos, pois ambos são membros do MMI – nós estamos como FMSI fundação marista de solidariedade internacional”.

2.4. A organização possui parceiros de terceiras ONG`S para atuar como membro da UPS? Podemos dizer que a relação de vocês com seus parceiros é amistosa ou conflituosa para produzir resultados no âmbito do MERCOSUL?

“No brasil participamos ativamente do Fórum nacional pelos direitos da criança, FNDCA, que é filiado a Redlamyc. Temos uma relação amistosa, porem como controle social estamos sempre em monitoramento da ações e demandas de nossas áreas”.

2.5. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

“Debates e apoio a coalizão”.

2.6. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais foram essas medidas?

“Para nós não, desconheço outros casos”.

2.7. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais foram essas medidas?

“O Brasil sempre tem problemas na comunicação e mobilização da sociedade civil para participarem dos eventos que ocorrem em âmbito do Mercosul, não sei, se é proposital, ou, se é pura falta de estrutura e competência da equipe envolvida. Pois estamos com os quadros bem reduzidos nos últimos anos. Mas

quanto a coibição da participação, nunca presenciei nada parecido, sempre tivemos voz nas reuniões”.

2.8. Existe algo que não satisfaz as atividades da organização no âmbito do MERCOSUL/UPS? O que poderia facilitar o relacionamento?

Parte 3: Resultados

3.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais foram esses?

3.2. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados insatisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais foram esses?

“Sempre há a complexidade de envolver muitas culturas e bases conceituais nas discussões, e então fica mais fácil acordamos temas e ações superficialmente, não sei se é produzido algo de impacto para a vida das crianças da região realmente. Há projetos pontuais, porém não uma ação permanente e profunda capaz de transformar as realidades”.

3.3. Atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como contribui?

“Sim, com o olhar regional, e com o exercício da participação. Como disse acima não é um caminho fácil, mais o único que a instituição acredita”.

Entrevista 02 – OSC 2

Cidade: Campina Grande

Estado: Paraíba.

Entrevistado: Coordenadora do Programa Juventude e Participação Política/Secretária Executiva do Programa Mercosul Social e Solidário - PMSS

Data: 26 de Janeiro de 2018

Roteiro de entrevistas

Parte 1: Organização, composição e financeiro da ONG.

1.1. Como funciona a estrutura burocrática da organização? Vocês possuem quantos grupos de trabalho? Quais são eles?

A OSC 2 é uma associação de direito privado criado, em 1987 durante a política de redemocratização. Ele surge com a intenção de fornecer informação a sociedade especialmente nas políticas públicas mediante trabalho com orçamento público durante mais de 1 década. Em, 2006 a OSC 2 foi reformulada institucionalmente, e renasce com ênfases específicas de atuação: direito e igualdade de gênero, juventude, controle social da gestão pública, e desenvolvimento sustentável. O objetivo da reestruturação é acessar as políticas públicas para a melhora das condições de vida da sociedade. Nessa perspectiva a ideia e trazer a noção de cidadania regional para o local visa incentivar seu acesso mediante a pressão. As Cúpulas Sociais surgem, em 2006, mas não foram feitas, em 2017, devido ao baixo interesse dos governos, e inclusive do MERCOSUL em articulação com as organizações da UPS. A OSC 2 tem uma equipe de 12 pessoas, financiamento público mediante a captação de recursos em editais, e privado vindos de instituições de cooperação internacional: Misereor (alemã) CCFD-Terre Solidaire. (Francesa). O financiamento cessou devido a ascensão do governo Lula no qual proporcionou aumento das

condições de melhora de acesso as políticas públicas, logo os outros apoiadores holandeses e canadenses, por exemplo, deslocaram-se para áreas mais problemáticas, e as agências saem do cenário para prestar auxílio em locais com falta de ajuda.

1.2. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

A OSC 2 possui diversos perfis acadêmicos os quais acabam coincidindo para o avanço do trabalho, tais como cientistas sociais e engenheiros agrônomos. A responsável diretamente pela articulação com o MERCOSUL social é a Ana Patrícia Sampaio, mestre em Ciências Sociais e secretária executiva do Programa Mercosul Social e Solidário.

1.3. Quantos são os projetos feitos pela organização? Quais são eles?

São quatro os projetos: Controle social e gestão pública que possui ênfase em estimular a participação social em áreas rurais mediante ao conhecimento de políticas públicas para o setor; Juventude na qual busca incentivar a participação política nos Conselhos Municipais; Mulheres com estímulo na regularização do trabalho das domésticas; e no Desenvolvimento sustentável mediante ênfase na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais, produção ecológica, e consumo consciente

1.4. A organização recebe financiamento público e privado?

Sim. A captação de recursos é oriunda da participação da OSC 2 em editais próprios de cooperação internacional e públicos, sobretudo municipais e federais.

1.5. O MERCOSUL mediante a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) já financiou algum projeto da organização? Qual projeto e a experiência foi positiva? Se negativa quais as dificuldades?

Não. Nunca tivemos financiamentos específicos do MERCOSUL. O Mercosul Social e Participativo financiava apenas passagens e hospedagens para reuniões de no máximo 2 dias.

1.6. O orçamento da organização é apropriado para o volume de projetos? Você poderia dizer os 3 últimos orçamentos anuais?

O orçamento é pré-aprovado e adequado de acordo com o disponível pelos editais, logo não existe déficit. A Associação tem que obedecer a contabilidade pública para apresentação aos sócios. Nos últimos 2 anos tivemos orçamento de até um milhão de reais, porém, em 2017, tivemos uma queda de financiamento o qual fechou com setecentos mil reais devido a diminuição de ações da cooperação internacional.

1.7. Atualmente a organização precisa captar recursos extras para desenvolver suas atividades?

A OSC 2 tem uma busca permanente por financiadores, e o monitoramento de editais públicos e de cooperação para apresentação de propostas são constantes.

Parte 2: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

2.1. Quando e como a organização conheceu a UPS?

A OSC 2 ingressou na estrutura social do MERCOSUL e da UPS por meio do Programa Somos Mercosul a convite do governo brasileiro e tudo surgiu por escadinha. Inicialmente soubemos do Somos Mercosul pela internet, adquirimos contato estreito com a Secretaria Geral da Presidência e culminou em maior participação nas Cúpulas Sociais. O Brasil, assim como a Argentina e o Uruguai criaram estruturas sociais para levarem as pautas para o âmbito regional e nas Cúpulas.

2.2. O procedimento de adesão foi burocrático? Houveram exigências para a participação na UPS? Quais os direitos e deveres da organização na UPS?

Criou-se um registro da UPS e nos escrevemos. O objetivo é fazer com que as organizações interagissem com o Mercosul Social sem burocracias e exigências.

2.3. Como a organização atua no âmbito da UPS:

2.3.1. Vocês agem sozinhos, possuem representantes próprios, e permanentes no MERCOSUL?

A atuação é sempre em redes e não possuímos representantes próprios no MERCOSUL.

2.3.2. Vocês agem em redes de colaboração com outras organizações e recebem informações relevantes para a execução de ações?

Com organizações que atuam em redes organizamos as Cúpulas de Salvador, 2008, 2012, e de Brasília, em 2015. A interação girou bastante com a REBIP, MST, Marcha das Mulheres, e fizemos as Cúpulas acontecerem. O CENTRAC fez o documento final após a Cúpula de Brasília.

2.4. A organização possui parceiros de terceiras ONG`S para atuar como membro da UPS? Podemos dizer que a relação de vocês com seus parceiros é amistosa ou conflituosa para produzir resultados no âmbito do MERCOSUL?

Existe interação que as vezes é amistosa, de mesmos propósitos, e conflituosa por causa dos interesses distintos. As dificuldades com as centrais sindicais, são um exemplo, pois elas não gostam muito de estruturas diferentes como fóruns.

2.5. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

Buscamos usar os espaços da melhor forma possível intervindo, apresentando demandas, e fazer constar no documento final as pautas de discussão dos governos locais. Buscamos interação com a institucionalidade um exemplo é a carta lamentando a não realização da Cúpula na Argentina.

2.6. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais foram essas medidas?

Volta e meia sim. Somos convidados a participar pelo governo brasileiro e no MERCOSUL é como que tivessem que aceitar o posicionamento do Brasil. Isso nos atrapalha. Um exemplo é o Acordo da União Europeia- Mercosul, pois as

ONG`S são contra pela não participação nas negociações. Para a OSC 2 o acordo é semelhante a ALCA, pois submete o MERCOSUL a UE e o deixa a mercê das decisões de terceiros. Somos totalmente contra, pois ele retira direitos e submete o Brasil a perda de soberania.

2.7. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais foram essas medidas?

O governo brasileiro ignorou a Cúpula Social de 2017 que seria feita em Brasília e tem dado sinais de que não deseja inserir a sociedade nas discussões do MERCOSUL. O Brasil não deu justificativa a revés da Argentina que deu nota sobre preocupação com segurança.

2.8. Existe algo que não satisfaz as atividades da organização no âmbito do MERCOSUL/UPS? O que poderia facilitar o relacionamento?

O que não satisfaz é a falta de informações, de diálogo, e de conhecimento que foi encerrado com a ascensão desse governo no poder. Retomar os canais de diálogo é fundamental. Um exemplo é a não realização de Cúpulas Sociais nas quais são feitas em parceria de informação com os governos. O Uruguai tem interação maior e da mais informação com a sociedade civil. A institucionalidade não existe para fazer as demandas no MERCOSUL.

Parte 3: Resultados

3.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais foram esses?

Sim. Temos resultados significativos sempre em redes. Em, 2004, por exemplo, tivemos a intensa campanha de alimentação, sobretudo em 2005 e 2006, quando foi aprovada a lei de segurança alimentar. A agricultura familiar para entes públicos foi regulamentada somente por pressão das ONG`S brasileiras.

Todas as estruturas sociais foram criadas pela sociedade civil no MERCOSUL, e institucionalmente a atuação é feita pelas duas vias, ou seja, o ativismo e pelo Parlasul por meio de campanhas para incentivar decisões. O PARLASUL é muito

travado, pois as formas de representação são controversas a exemplo do Brasil que não cumpre a cláusula por fazer representação indireta.

3.2. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados insatisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais foram esses?

As estruturas fizeram avançar o MERCOSUL para além do comércio, mas elas estão travadas e não funcionam como deveriam.

3.3. Atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como contribui?

Atualmente o cenário é de entrave, sem informações, e os canais de diálogo foram cortados. Não se têm o respeito pelas instancias de representação social. O MERCOSUL é o menos culpado, pois a dependência de vontade política recai sobre os Estados.

Entrevista 03 – OSC 3

Cidade: Porto Velho

Estado: Rondônia.

Entrevistado: membro do Comitê Gestor

Data: 14 de Julho de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“Com relação a missão da instituição a OSC 3 tem atuação em Rondônia tem por missão a promoção de direitos e a defesa e garantia do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais marcos constitucionais, legais e internacionais em defesa da infância e juventude e dentro do marco do estado de direito e demais direitos humanos fundamentais”.

1.2. Quais são seus principais objetivos?

“Nossos objetivos são trabalhar na promoção, proteção e defesa de tais direitos por meio de alguns eixos estratégicos. Um deles é a incidência política. Fazer o trabalho de advocacy, com visitas a atores políticos estratégicos, participação e controle social. Num segundo eixo participação em conselhos de direitos inclusive de âmbito nacional e internacional e de mitigância estratégica que seria a tentativa de judicializar temas que possam levar um melhor engajamento do poder público para essas temáticas”.

1.3. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“Com relação a metas em específico ao Mercosul eu confidencio que a gente nunca fez um trabalho próprio de planejamento estratégico nesse sentido de ter uma grande clareza no que que seria a tática”.

1.4. Quais são suas principais metas?

“Com relação ao Mercosul o objetivo não se distingue. É tentar levar um pouco mais dessa expertise da sociedade civil global para o âmbito de uma pauta de responsabilidade social, estatal, empresarial na defesa de direitos da criança e do adolescente, sobretudo, pensando que os objetivos em si do Mercosul de integração política e econômica podem acarretar em impactos nem sempre tão positivos para a área da infância”.

Parte 2: Natureza, organização e financiamento

2.1. Como é sua estrutura organizacional?

“Com relação a estrutura organizacional nós temos praticamente toda a instituição formada por voluntários. Atualmente a nossa instituição tem apenas uma pessoa remunerada que é um agente administrativo. Existe um corpo de associados que é um corpo diretivo e que geralmente tem uma estrutura muito mais simbólica do que propriamente funcional e orgânica. Então são pessoas que acabam participando mais para encargos administrativos burocráticos de ser membro. São um diretor, um vice-presidente, um tesoureiro da organização. E temos um corpo de consultores que acabam desempenhando principalmente as atividades fins. São a Alice que é uma assistente social, a Denise que também é assistente social e servidora pública, e eu que sou professor da Universidade Federal de Rondônia e também advogado. Esse seria o núcleo duro hoje de quem participa da maior parte das atividades”.

2.1.1. Possui grupos de trabalho?

“Hoje basicamente temos de grupo de trabalho e isso acaba sendo bem notável. Nós já tivemos grupos de trabalho, por exemplo, voltados para a prevenção da tortura, outros mais voltados a questão de enfrentamento ao extermínio da juventude pobre e negra, grupos de trabalhos estratégicos para a parte de litigância que falávamos que é quando a gente tinha a possibilidade de ter advogados voluntários ou remunerados, ou mais advogados. Pessoas que faziam toda essa parte de defesa. Temos ainda um outro advogado voluntário, além de mim, o Sérgio que além de fazer as ações civis-públicas e representações e denúncias as vezes faz a defesa de adolescentes em conflito

com a lei e de alguns casos de má repercussão e que acabam não tendo acesso, por exemplo, a defensoria pública ou advogado privado. Mas atualmente os nossos grupos de trabalho estão bem reduzidos e nessa linha de prevenção a violência sexual e todas as formas de exploração e abuso, uma parte voltada ao sistema socioeducativo e ao encarceramento da juventude, e um outro grupo que analisa a questão do impacto socioambiental de grandes obras aqui em Rondônia”.

2.1.2. Caso positivo, quais são eles?

“No âmbito de projetos que mencionávamos um deles, atual, é a questão do monitoramento do sistema socioeducativo com foco na redução da violência intrainstitucional, o enfrentamento as violências sexuais, e esse de impacto de grandes obras tanto no âmbito, todos eles, de judicialização de incidência política e de monitoramento e de pesquisa”.

2.1.3. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

-

2.2. Que projetos a organização toca?

-

2.3. Quais no âmbito do Mercosul?

“No âmbito específico do Mercosul ainda não temos nada”.

2.4. A organização recebe financiamento público? Privado?

“Eu não tenho o dado concreto do orçamento, mas eu vou te passar o contato de quem pode te dizer isso, mas com certeza estamos abaixo dos cem mil reais/ano. Tanto é que já captamos algumas vezes valores do Fundo Brasil de Direitos Humanos que é uma outra organização privada e que faz esse tipo de apoio financeiro e doação que só financiam pequenos projetos. Sim a organização recebe investimentos públicos e privados. Os investimentos privados nós temos um repertório de doadores frequentes além dos associados que geralmente são sindicatos e associações que acabam fazendo suas contribuições. Nós temos um rendimento bem baixo. Abaixo dos cinco mil reais

mensal, e as vezes nós trabalhamos com captação de recursos públicos. Então nós já recebemos financiamento de CONANDA, de Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente no entanto geralmente são valores baixos em torno de quarenta mil, trinta mil reais para a execução de projetos específicos para um período muito limitado por oito meses, nove meses”.

2.5. O orçamento da organização é adequado para o volume de projetos? Qual o valor médio dos 3 últimos orçamentos anuais?

-

2.6. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL já financiou algum projeto da organização? Quais projetos?

“Não. A UPS nunca financiou nenhuma atividade da OSC 3”.

2.6.1. A experiência foi positiva? Por que?

-

2.6.1.2. Se negativa quais as principais dificuldades?

-

2.6.1.3. Quantos funcionários permanentes a organização possui? Temporários? Consultores?

“Com relação aos funcionários foi o que eu falei. Funcionário remunerado nós temos apenas um. Nós temos um corpo total de diretoria toda voluntária, nunca remunerada de cinco pessoas, e um outro corpo de consultores permanentes, de voluntários, que em geral são membros fundadores e também, mais ou menos numa ordem de cinco ou seis pessoas e no total hoje nós temos cerca de duzentos a trezentos associados”.

Parte 3: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

3.1. Quando e como a organização tomou conhecimento da UPS?

“Nós tomamos conhecimento acerca de uns três anos talvez 4 anos da UPS/Mercosul e possivelmente nos associamos a cerca de 2 a 3 anos. Não me recordo exatamente, mas como a nossa entidade faz parte de outras organizações como a Associação Nacional do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente que é nossa articulação de âmbito nacional e que a gente já chegou a participar por quatro anos sucessivos da coordenação; da Defense of Children of Nation, que é uma articulação que a gente também faz parte no âmbito internacional; da Rede Latinoamericana de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente. Nós sempre acabávamos entrando em contato com vários espaços e instituições. Então a gente já participou de atividades de incidência política e representações até no âmbito da ONU e seus conselhos de direito, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Então ali acabou sendo um passo para entrar em contato com outras entidades e organizações internacionais”.

3.2. Por que decidiu se registrar junto à UPS?

-

3.2.1. Como você avalia o processo de adesão foi burocrático?

“O processo de adesão foi relativamente simplório. Eu fui um dos responsáveis por fazer. Foi basicamente o preenchimento de alguns formulários pela própria internet e indicação de alguns dados. Foi muito simples”.

3.2.2. Sem dificuldade para o cadastro

-

3.2.3. Foram feitas demandas para a participação na UPS ?

-

3.2.4. Quais os direitos e deveres da organização perante à UPS?

-

3.3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“Ainda concretamente não apresentamos nenhuma demanda específica para os órgãos do Mercosul ou UPS”.

3.4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

“Sempre atuamos de forma organizada e articulada com outras entidades. Como a UPS/Mercosul e atuações nos órgãos do Mercosul ainda não foram um foco por que não tivemos nenhuma demanda específica para levar. Então não realizou essa articulação, mas sempre, por exemplo, as nossas atuações na Comissão Interamericana se deram com várias outras entidades e nossas no Parlamento nacional também sempre com várias outras organizações”.

3.5. A organização recebe da UPS informa informações relevantes para a execução de ações?

-

3.6. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

-

3.7. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

-

3.8. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

-

3.9. O que poderia melhorar no relacionamento da UPS com as ONGs?

“Com relação a melhorar no relacionamento eu acho que formas mais frequentes de emissão de informativos e de boletins temáticos que pudessem ter uma recepção um pouco maior de informações e antecedência um pouco maior seria mais interessante. A outra coisa é dentro dos modelos organizacionais que o planejamento estratégico das várias unidades e entidades do Mercosul, como da própria UPS, pudessem ser divulgados com uma maior antecedência para que pudessem participar inclusive virtualmente com contribuição via formulário, via Skype, via Live no Facebook”.

Parte 4: Resultados

4.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais?

“Com relação as perguntas do último bloco eu entendo que todas elas estão prejudicadas pela nossa ausência de atuação específica. Com exceção da última que passo a falar”.

4.2. Resultados insatisfatórios? Quais foram esses?

-

4.3. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“Qualquer organismo internacional no sentido de permitir ter maior alcance, maior visibilidade, reverberar e dar eco as demandas, representações, queixas e até num papel de constrangimento, como costumamos falar, podem sim fortalecer os objetivos e a missão da instituição, sobretudo, quando vem o efeito cascata. Uma organização internacional consegue ter acesso maior, por

exemplo, a imprensa, e acaba forçando as instituições estatais e infranacionais a funcionarem a darem respostas efetivas sobre violações de direitos, e nesse sentido pode sim a UPS ajudar a fortalecer muito a questão de participação social e de melhora de índices todos envolvendo a infância e a juventude”.

Entrevista 04 – OSC 4

Cidade: São Paulo

Estado: São Paulo

Entrevistado: membro da equipe da Secretaria da Relações Internacionais

Data: 13 Julho de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“Somos a maior do Brasil e da América Latina, e a 5º maior do mundo com 3.800 sindicatos que somados compõem 24 milhões de trabalhadores. Somente associados da OSC 4 temos 8 milhões de trabalhadores”.

1.2. Quais são seus principais objetivos?

“A OSC 4 nasceu com a lógica de quebrar a negociação sem a consulta prévia aos trabalhadores. Ela representa os interesses da base. Ela busca cumprir o papel legal de representação perante a classe trabalhadora. Entende-se como indutora política com intenção social. Busca despertar o interesse político nos trabalhadores como alvo de função cidadã, e interferir como classe trabalhadora para geração de políticas públicas”.

1.3. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“A Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul já estava integrada durante a criação do Mercosul, e entende que a integração deve ser total e não apenas de mercado. Só quando governos populares democráticos assumiram o poder conseguimos montar a estrutura do Mercosul. Discutir com as empresas que atuam na região a questão da aposentadoria, por exemplo, a unificação das placas sob uma única informação, enfim que o Bloco seja estruturalmente integrativo no âmbito social e cultural e não só do mercado. Tem participação no

FCES com empresas, sindicatos e ONGs que fazem com que o GMC debata os temas (resoluções); atualmente, por exemplo, denunciemos o governo Temer de desrespeitar o Acordo Sócio Laboral com a reforma trabalhista”.

1.4. Quais são suas principais metas?

“Ampliar junto as empresas a negociação para a extensão do diálogo sindical no Mercosul. Buscamos a mesma regra e as mesmas condições para todos os trabalhadores”.

Parte 2: Natureza, organização e financiamento

2.1. Como é sua estrutura organizacional?

“Temos uma estrutura externa e interna. Com a externa reunimos confederações federações e sindicatos. Temos a OSC 4 nacional e a Central dos Estados além das regionais em alguns Estados. Com a interna agrupamentos os segmentos por áreas de interesses com a organização por secretarias [17 ao todo]. Algumas secretarias desenvolvem políticas que perpassam as Centrais mediante uma organização transversal. Mais a diretoria é específica”.

2.1.1. Possui grupos de trabalho?

2.1.2. Caso positivo, quais são eles?

“Temos 17 secretarias”.

2.1.3. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

“A maioria possui nível superior com formação distinta”.

2.2. Que projetos a organização toca?

2.3. Quais no âmbito do Mercosul?

2.4. A organização recebe financiamento público? Privado?

“Sim. Apesar do imposto sindical ser de origem pública a fonte é do trabalhador. Todavia com os afiliados defendemos que os próprios sustentem a organização. É raro, mas de vez em quando recebemos financiamento de alguma organização sindical”.

2.5. O orçamento da organização é adequado para o volume de projetos? Qual o valor médio dos 3 últimos orçamentos anuais?

“A demanda e as limitações sempre existem e os recursos sempre são distribuídos”.

2.6. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL já financiou algum projeto da organização? Quais projetos?

“Nunca veio nada de cooperação. Ela sempre teve poucos recursos priorizando a sociedade civil. Em certa ocasião a OSC 4 já foi eleita entre 10 organizações para receber apoio financeiro. Todavia como somos uma organização com recursos optamos por incentivar esse tipo de apoio para as organizações com menos recursos. Mas já teve sim”.

2.7. A experiência foi positiva? Por que?

“Foi positiva. Por exemplo, em um seminário com a Mariana Vásquez fizemos críticas a forma da organização, pois os diálogos com a sociedade civil deveriam ter sido feitos antes para depois irmos falar com os governos”.

2.7.1. Se negativa quais as principais dificuldades?

2.8. Quantos funcionários permanentes a organização possui? Temporários? Consultores?

Parte 3: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

3.1. Quando e como a organização tomou conhecimento da UPS?

“A institucionalização da UPS veio entre 2010 e 2013, porém ela só veio a funcionar mesmo depois. Nosso conhecimento foi paralelo ao processo de nascimento da UPS. Ela é fruto do desejo da sociedade em ter um espaço como esse para suas atividades”.

3.2. Por que decidiu se registrar junto à UPS?

“Temos a concepção de que precisamos atuar num espaço regional importante”.

3.2.1. Como você avalia o processo de adesão foi burocrático?

“Não”.

3.2.2. Sem dificuldade para o cadastro

“Não”.

3.2.3. Foram feitas demandas para a participação na UPS?

“Não”.

3.2.4. Quais os direitos e deveres da organização perante à UPS?

“Não lembro bem, mas tinham alguns critérios, pois a organizações grandes, como a OSC 4, não eram contempladas por terem recursos próprios”.

3.3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“O resultado político na região não contribuiu para isso. Ela nos dava suporte”.

3.4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

“Em cooperação com as outras organizações, mediante a trocas políticas respeitando a pluralidade. Atuamos com outras centrais sem isolamento de forma coletiva visando a construção do diálogo”.

3.5. A organização recebe da UPS informa informações relevantes para a execução de ações?

“Não. As brochuras contribuiriam para dar maior acesso a informação, pois ajudam as organizações”

.

3.6. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

“Existia uma ênfase que os governos queriam dar em definirem como seriam as cúpulas sociais, mas a sociedade buscou autonomia com reuniões e debates”.

3.7. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Sim. As agendas tendem a refletir os interesses dos grupos que estão no poder”.

3.8. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Sim. Os mesmos motivos acima”.

3.9. O que poderia melhorar no relacionamento da UPS com as ONGs?

“Precisaria voltar ao menos ao mínimo que era antes com a coordenação eleita, pois tínhamos uma certa governamentalidade e recursos”.

Parte 4: Resultados

4.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais?

“A UPS tem um espaço curto de vida. Mesmo nesse meio conseguimos avançar no debate social apesar da falta de institucionalidade da UPS na integração. Só que os governos passaram a interferir, à medida que a UPS se tornou mais institucional no Bloco. Com isso não tivemos um resultado com uma cúpula autônoma com ela e para ela sem a interferência dos governos, pois eles queriam incluir suas agendas nas pautas nossas”.

4.2. Resultados insatisfatórios? Quais foram esses?

4.3. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“Não. Longe porque não dialoga com a sociedade civil. E a resolução de dezembro de 2017 não ajuda”.

Entrevista 05 – OSC 5

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: Rio de Janeiro

Entrevistado: representante da OSC

Data: 13 de Julho de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“Providenciar direitos humanos, trabalhistas e saúde para os trabalhadores do sexo”.

1.2. Quais são seus principais objetivos?

“São basicamente 2 principais: regulamentação do trabalho e a descriminalização, pois existe uma divisão sobre compatibilidade entre ambos. A luta é contra o tráfico humano e turismo sexual que diminui os direitos. A prostituição em si não fede, nem cheira isso significa que diante de uma perspectiva legal é como ser um artista, ou seja, a descriminalização da prostituição e a regulamentação (oficial) com carteira são os nossos alvos”.

1.3. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“Já trabalhamos no passado com os países do Bloco, mas sem interesse com o Bloco especificamente. A questão gira em torno da governamentalidade que impede a ampliação da atuação, à medida que aparece o preconceito”.

1.4. Quais são suas principais metas?

“Atualmente lutamos em prol do Projeto de Lei Gabriela Leite que estabelece uma perspectiva mais clara sobre a prostituição no Brasil. Entendemos a prostituição como qualquer forma de trabalho no sistema capitalista. Lutamos contra os preconceitos dos abolicionistas que situam a prostituição no âmbito da

exploração da mulher. Deve ser criminalizada com as crianças, mas nesse meio a maior parte vem da própria família”.

Parte 2: Natureza, organização e financiamento

2.1. Como é sua estrutura organizacional?

“São sempre poucas pessoas para fazerem muitas coisas. Temos eleições gerais a cada 2 a cada 4 anos, reuniões de 3 a 4 vezes por ano, e um presidente, vice-presidente, tesoureiro normalmente como qualquer organização. Para ser membro do grupo é preciso que haja concordância do próprio grupo. Presidente e vice tesoureiro normal”.

2.1.1. Possui grupos de trabalho?

2.1.2. Caso positivo, quais são eles?

2.1.3. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

“Todos são doutores nas áreas de Antropologia, Saúde, Jornalismo, Sociologia, História e no âmbito do Direito, mas ninguém possui especialização na área de prostituição. Temos apenas alguns alunos com formação temática específica. Os mais velhos não fizeram isso por conta da possibilidade de entradas no tema para a atuação. A Ana Paula nossa presidente, por exemplo, é especialista em antropologia dos esportes, enquanto eu fiz administração indígena pela possibilidade de paralelismos com a causa da prostituta”.

2.2. Que projetos a organização toca?

“Estamos envolvidos em dar apoio aos comitês antitráfico, e empenhados no Projeto de Lei Gabriela Leite. Temos um grupo aliado que está trabalhando no Comitê Federal Antitráfico e no Comitê Estadual. Outra questão é a mudança da legislação em conformidade ao Protocolo de Palermo o qual entende a migração forçada como uma situação semelhante a escravidão e exploração por ter a coação com o engano. Conseguimos mudar isso no Brasil em 2016. Antes a legislação não fazia distinção entre o tráfico de pessoas e a prostituição, pois entendia essa última como pessoa que sai de ponto A ao ponto B com ajuda de terceiros”.

2.3. Quais no âmbito do Mercosul?

“Não”

2.4. A organização recebe financiamento público? Privado?

“Doações para projetos específicos as vezes de entes privados”.

2.5. O orçamento da organização é adequado para o volume de projetos? Qual o valor médio dos 3 últimos orçamentos anuais?

“A partir de 2006, o governo Bush cortou os recursos via USAID para as ONGs que apoiavam a prostituição com isso a possibilidade de captação por essa agência tornou-se inviável. Eles não podiam mais ajudar. Por ano temos um orçamento por volta de 50 a 60 mil dólares, e alguns que obtemos para projetos específicos como um que fizemos durante a Copa e Olimpíadas no Rio o qual foi patrocinado com 50 mil libras vindas de uma universidade”.

2.6. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL já financiou algum projeto da organização? Quais projetos?

“Uma entidade do MERCOSUL, não recordo se foi a UPS financiou nossa estádia em Buenos Aires, Argentina para uma conferência sobre tráfico humano”.

2.6.1. A experiência foi positiva? Por que?

2.6.2. Se negativa quais as principais dificuldades?

2.7. Quantos funcionários permanentes a organização possui? Temporários? Consultores?

“Não temos”.

Parte 3: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

3.1. Quando e como a organização tomou conhecimento da UPS?

“Em 2006, todas as organizações envolvidas com o tráfico de pessoas foram convidadas a participar de um seminário no âmbito do MERCOSUL. O objetivo

era ir e fazer uma visão contra hegemônica naquele lugar sobre o tráfico de pessoas, e acabamos sendo “forçados” a falar sobre prostituição”.

3.2. Por que decidiu se registrar junto à UPS?

“A ideia era fazer contatos e discurso contra hegemônico. Nesse aspecto nossos princípios são semelhantes a visão do grupo Quaker, nos Estados Unidos e procuramos falar a verdade ao poder. Por isso não somos cordiais contra o pânico moral que envolve o tema do tráfico de pessoas”.

3.2.1. Como você avalia o processo de adesão foi burocrático?

“Não. Sem dificuldades para fazer o cadastro. Ele foi feito em 2 horas. Só apresentação de documentos para comprovar que somos uma ONG”.

3.2.2. Foram feitas demandas para a participação na UPS?

3.2.3. Quais os direitos e deveres da organização perante à UPS?

3.3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“Não. Entendo que eles queriam nossa presença possivelmente por algum tipo de exigência burocrática”.

3.4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

“Foi útil apenas para fazer contatos a exemplo da Associação de Mulheres Prostitutas de Buenos Aires, Argentina, e a ampliação do contato com a única boa organização de travestis de Goiás que possui um trabalho sério como o de montar uma casa segura para os travestis”.

3.5. A organização recebe da UPS informa informações relevantes para a execução de ações?

“Não”.

3.6. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

“Usamos várias. Aprendi com a própria Gabriela Leite que a melhor estratégia é fazer escândalo, pois já somos conhecidos por isso. Buscamos fazer perguntas desconfortáveis com o mínimo de dissenso no processo”.

3.7. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Não. O obstáculo é a falta de recursos do governo. O diálogo existe, mas é como enxugar gelo. O objetivo do governo é deixar o movimento morrer, pois gera escândalo. Existe amizade, todavia sabemos que eles estão nos usando, mas nessa relação eles nos dão informações”.

3.8. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

3.9. O que poderia melhorar no relacionamento da UPS com as ONGs?

“Não sei. Os problemas que existem é o mau trabalho com prostitutas e o governo. É uma questão de estigma, pois ninguém quer segurar a mão, pois elas não dão voto ao contrário só dão contra voto”.

Parte 4: Resultados

4.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais?

“Não fede e, nem cheira”.

4.2. Resultados insatisfatórios? Quais foram esses?

“Não fede e, nem cheira”.

4.3. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“Somente para fazer contatos. São efeitos colaterais, mas a UPS em si não contribuiu em nada”.

Entrevista 06 – OSC 6

Cidade: Jundiaí

Estado: São Paulo

Entrevistado: representante da OSC

Data: 16 de Julho de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“Somos um coletivo de comunicadores com atuação vinculada à integração latino-americana. O blog da OSC 6 tem como princípio fundamental o respeito aos direitos humanos, a valorização dos povos indígenas, quilombolas, a igualdade de gênero, a inserção democrática dos grupos LGBTs, das populações em situação de rua, entre outros. A ideia de desenvolver A OSC 6, vem, portanto, no sentido de promover a integração dos povos, tendo como focos principais:

- a veiculação de notícias da região, traçando, sempre que possível, paralelos com a realidade brasileira;*
- a divulgação cultural tanto de iniciativas realizadas pelo continente, como de aspectos culturais que permitam ao povo brasileiro uma maior identificação com nossa região.*

Neste sentido, o nome do blog constitui uma provocação: o Brasil é realmente diferente, por sua história, cultura, dimensão, mas não muito. Então, há mais elementos que nos aproximam do que os que nos distinguem”.

1.2. Quais são seus principais objetivos?

“O objetivo é trabalhar por uma integração diversa da do Mercosul [Mercado Comum do Sul], que tem viés econômico, e alinhada à Alba [Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América], que busca uma integração solidária”.

1.3. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“Na época em que essa aproximação foi feita o blog havia sido contemplado com o prêmio de Mídia Livre e havia se tornado um Ponto de Cultura. O objetivo com o Mercosul era se aproximar do Mercosul Social e fortalecer os elos com as demais iniciativas para contribuir com a formatação de iniciativas solidárias de integração, fortalecendo uma rede de meios alternativos com foco em América Latina / Sul e integração regional”.

1.4. Quais são suas principais metas?

“O blog está desativado no momento porque Michel Temer ao assumir o governo mediante um golpe de Estado não pagou todos os prêmios do edital e ficamos sem possibilidade de implementação do projeto”.

Parte 2: Natureza, organização e financiamento

2.1. Como é sua estrutura organizacional?

“Somos um blog com a participação de diversos colaboradores”.

2.1.1. Possui grupos de trabalho?

“Não”.

2.1.2. Caso positivo, quais são eles?

-

2.1.3. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

“Sim. Sou jornalista com especialização em Políticas Públicas para a Igualdade pela CLACSO”.

2.2. Que projetos a organização toca?

“No momento nenhum, mas tínhamos uma rádio, chamada Rádio Maíz, cujo objetivo era a difusão de músicas latino-americanas”.

2.3. Quais no âmbito do Mercosul?

-

2.4. A organização recebe financiamento público? Privado?

“Não”.

2.5. O orçamento da organização é adequado para o volume de projetos? Qual o valor médio dos 3 últimos orçamentos anuais?

“Não”.

2.6. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL já financiou algum projeto da organização?

“Não”.

2.6.1. Quais projetos?

-

2.6.1.1. A experiência foi positiva? Por quê?

-

2.6.1.2. Se negativa quais as principais dificuldades?

“Nunca houve qualquer contato da UPS com o projeto e após o golpe no Brasil e a supressão do prêmio que recebemos no edital, o projeto teve que ser pausado até que novas oportunidades de financiamento apareçam”.

2.7. Quantos funcionários permanentes a organização possui? Temporários? Consultores?

“No momento, somente eu que continuo mantendo a página do blog no Facebook, embora com poucas postagens”.

Parte 3: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

3.1. Quando e como a organização tomou conhecimento da UPS?

“No momento das pesquisas para o edital soube desta iniciativa que, naquele momento, julguei complementar para o projeto”.

3.2. Por que decidiu se registrar junto à UPS?

“Porque seria uma ferramenta complementar para a execução do meu projeto, principalmente pela possibilidade de troca com outras iniciativas semelhantes no âmbito do bloco”.

3.2.1. Como você avalia o processo de adesão foi burocrático?

“Nem um pouco”.

3.2.2. Foram feitas demandas para a participação na UPS?

“Apenas o preenchimento de um formulário no site, até onde me lembro”.

3.2.3. Quais os direitos e deveres da organização perante à UPS?

“Não sei responder”.

3.3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“Não porque o projeto foi pausado antes de qualquer participação mais efetiva junto ao Mercosul”.

3.4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

-

3.5. A organização recebe da UPS informa informações relevantes para a execução de ações?

“Não. Nunca recebemos nenhuma comunicação”.

3.6. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

-

3.7. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Não”.

3.8. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Sim. O não pagamento do prêmio de Pontos de Mídia Livre http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/sai-resultado-do-premio-pontos-de-midia-livre/10883 de 2015”.

3.9. O que poderia melhorar no relacionamento da UPS coma as ONGs?

“Não sei responder”.

Parte 4: Resultados

4.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais?

-

4.2. Resultados insatisfatórios? Quais foram esses?

-

4.3. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

-

Entrevista 07 – OSC 7

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: Rio de Janeiro

Entrevistado: Presidente da OSC

Data: 10 de Julho de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“A missão está voltada para crianças e jovens com a intenção de educar e afastar das drogas”.

1.2. Quais são seus principais objetivos?

E sempre despertar o interesse da criança e adolescente a buscar o melhor na educação. A maioria só vai à escola por conta do bolsa família; na região da Barreira do Vasco, em São Cristóvão, existe muita prostituição, violência, numa área próxima a UPP, e a família não os ajuda”.

1.3. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“Não parei para pensar na questão do Mercosul. O objetivo era abrir o leque com alguns países latinos, por exemplo Honduras investe muito em educação. Apesar da prostituição atrapalhar naquele país entendo que é mais leve do que no Brasil. Os governantes fazem vista grossa sobre dos projetos, pois não fazem pesquisa prévia para saberem as reais condições das localidades, por exemplo, muitos têm acesso a faculdade e cursos no SENAI e creio que o Mercosul contribuiria para apoiar”.

1.4. Quais são suas principais metas?

“O objetivo é direcionar ao caminho de educação bem como da faculdade e curso técnico com competência. As crianças estão se interessando por uma segunda e terceira língua. Numa turma de 60 crianças cerca de 10 possuem bom aproveitamento e educação integral”.

Parte 2: Natureza, organização e financiamento

2.1. Como é sua estrutura organizacional?

“Temos um espaço em um sobrado da antiga Barreira do Vasco com duas salas, espaços pequenos, com biblioteca, e voluntários estrangeiros. Temos de quinze a vinte voluntários por ano. Temos assistentes sociais, psicólogo, professor de matemática. Tudo isso sem patrocínio governamental”.

2.2. Possui grupos de trabalho?

“As assistentes sociais, psicólogos se reúnem para fazer uma agenda de atividades”.

2.2.1. Caso positivo, quais são eles?

“Idiomas, música e reforço escolar”.

2.2.2. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

“São próprios da área ou voluntários nativos”.

2.2.3. Que projetos a organização toca?

“Educação e inclusão social”.

2.3. Quais no âmbito do Mercosul?

“Não temos contatos e parcerias, mas possuímos interesse”.

2.4. A organização recebe financiamento público? Privado?

“Não. E regularizada sem apoio privado. Buscamos editais fora com ajuda de parceiros”.

2.5. O orçamento da organização é adequado para o volume de projetos? Qual o valor médio dos 3 últimos orçamentos anuais?

“Cerca de 200 mil reais por ano com algumas variáveis, mas sem parcerias políticas governamentais”.

2.6. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL já financiou algum projeto da organização?

“Zero. Não sabemos caminhos”.

2.6.1. Quais projetos?

2.6.1.1. A experiência foi positiva? Por que?

2.6.1.2. Se negativa quais as principais dificuldades?

2.7. Quantos funcionários permanentes a organização possui? Temporários? Consultores?

Parte 3: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

3.1. Quando e como a organização tomou conhecimento da UPS?

“Contatos fora do país com parentes e busca de informações”.

3.2. Por que decidiu se registrar junto à UPS?

“Para tentar fazer parceria e ver a possibilidade de expandir o projeto. Infelizmente o Mercosul não é como a União Europeia, e a UPS não enviou nenhuma informação de confirmação”.

3.2.1. Como você avalia o processo de adesão foi burocrático?

“Sem dificuldade para o cadastro”.

3.2.2. Foram feitas demandas para a participação na UPS?

“Tomei a iniciativa. O conhecimento é baixo, como o exemplo dos estagiários da área de Serviço Social, onde existe muita teoria, mas sem o conhecimento para por em prática. Poucos sabem de Mercosul”.

3.2.3. Quais os direitos e deveres da organização perante à UPS?

3.3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“Sem acréscimos atuais”.

3.4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

“Atuamos por meio do CRAS, órgão da prefeitura. Buscamos redes de contato para trocas. As ONGs de grande porte não fazem parceria para apoiar as pequenas”.

3.5. A organização recebe da UPS informa informações relevantes para a execução de ações?

“Sem informações”.

3.6. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

“Sim. Encontros de rede. Com o metrô que é muito boa. Não fazemos movimento político, pois os interesses políticos não nos ajudam e podem ser dificultosos por meio do toma lá, dá cá. Com a UPS é zero”.

3.7. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Zero”.

3.8. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Primeiro não existe troca sem interesse. O país não tem cultura de voluntário em sua essência. O político promete, mas não cumpre. É por isso que não fazemos trocas políticas, e o Estado e município tem um olhar de espanto sobre isso”.

3.9. O que poderia melhorar no relacionamento da UPS coma as ONGs?

“O contato deveria existir juntamente com reuniões de modo que eles estivessem cientes das dificuldades. Poder buscar o olhar deles para a troca e auxílio com colaboração e até financeiro seria bom”.

Parte 4: Resultados

4.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais?

“Sem insatisfações. Tudo é muito gradativo e novo. Existe desconhecimento com o terceiro setor. Seria bom a busca por mais interação. Até para os dirigentes de ONGs”.

4.2. Resultados insatisfatórios? Quais foram esses?

4.3. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“Não”

Entrevista 08 – OSC 8

Cidade: São Caetano do Sul

Estado: São Paulo.

Entrevistado: representante da OSC

Data: 20 de Julho de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“A missão da OSC 8 é desenvolver ações nos campos educacional e cultural voltadas a jovens, estudantes universitários e povos indígenas que vivem em zonas urbanas.

1.2. Quais são seus principais objetivos?

“Temos como objetivo criar uma consciência crítica na juventude universitária brasileira. Acreditamos no conhecimento como construção seguindo a linha de Paulo Freire sobre ensinar e aprender”.

1.3. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“Não há objetivos específicos para o MERCOSUL, nosso território de atuação é a América Latina, onde o bloco está incluído”.

1.4. Quais são suas principais metas?

Parte 2: Natureza, organização e financiamento

2.1. Como é sua estrutura organizacional?

“Temos um conselho executivo com responsabilidades formais sobre as questões burocráticas. Temos o interesse de contribuir como um guia para as pessoas interessadas em desenvolver ou participar de projetos sociais.

2.1.1. Possui grupos de trabalho?

“Sim”.

2.1.2. Caso positivo, quais são eles?

“Área de povos indígenas”

2.1.3. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

2.2. Que projetos a organização toca?

“Área cultural, geração de renda, intercâmbio de jovens latinos para missões acadêmicas e economia solidária”.

2.3. Quais no âmbito do Mercosul?

“ A questão no MERCOSUL é colateral por causa da América Latina, pois enfatizamos a mesma como um todo”.

2.4. A organização recebe financiamento público? Privado?

“Tanto público, quanto privado”.

2.5. O orçamento da organização é adequado para o volume de projetos? Qual o valor médio dos 3 últimos orçamentos anuais?

“Não. Não tem como passar bem e não acho conveniente”.

2.6. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL já financiou algum projeto da organização?

“Houve nas duas cúpulas que participamos para a delegação, mas não tenho certeza. Acho que foi via UPS”

2.6.1. Quais projetos?

2.6.1.1. A experiência foi positiva? Por que?

“Positivo no sentido de encontrar ressonância das ideias e iniciativas que se desenvolvem no seu país”.

2.6.1.2. Se negativa quais as principais dificuldades?

“Encaro como insuficiente. O governo tende a indicar e fortalecer as OSCs que são simpáticas a seu programa partidário, mas em si não vejo problemas quanto a isso”.

2.7. Quantos funcionários permanentes a organização possui? Temporários? Consultores?

“Só voluntários”.

Parte 3: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

3.1. Quando e como a organização tomou conhecimento da UPS?

“Através dos espaços que atuamos junto a América Latina”.

3.2. Por que decidiu se registrar junto à UPS?

“Para participar dos espaços que valorizam a América Latina”.

3.2.1. Como você avalia o processo de adesão foi burocrático?

“Sem burocracia, e sem dificuldade para cadastro”.

3.2.2. Foram feitas demandas para a participação na UPS?

“Não”.

3.2.3. Quais os direitos e deveres da organização perante à UPS?

“Não”.

3.3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“Não”.

3.4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

“De início a OSC 8 prefere desenvolver linhas com redes e organizações. A ideia é cumprir um objetivo maior e com isso buscamos trabalhar em redes”.

3.5. A organização recebe da UPS informa informações relevantes para a execução de ações?

“Não. Não podemos dizer claramente se a insuficiência seria da UPS, do MERCOSUL, ou do governo. Há 2 anos não existe iniciativa direta do Brasil”.

3.6. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

“Por fazermos parte da seção brasileira da secretaria da UNASUL e MERCOSUL vemos como boa a participação, mas a experiência que temos com ela é voltada para a coalizão. Buscamos ser uma das organizações líderes do gênero no Brasil, e temos como foco acrescentar pluralidade mediante o uso de estratégias diversas. Isso sem perspectiva pós-moderna a pluralidade é no sentido de valorizar determinados pontos como, por exemplo, a democracia”.

3.7. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“Não tem poder sozinho para implementar sua agenda, mas os Estados não avançam pois estão vinculados com suas realidades locais. Desde 1974, os Estados não acordam, por exemplo, em matéria de cooperação para resolver questões de titulação acadêmica. Os mecanismos são arcaicos, fala se muito de integração, mas temos poucas ações. Isso de certa forma atrapalha”.

3.8. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“A lógica é semelhante a exposta acima os Estados não promovem a integração de forma completa”.

3.9. O que poderia melhorar no relacionamento da UPS coma as ONGs?

“Acho que passa por uma etapa de valorização do Bloco como instrumento para nossa região. Está muito em cheque. A questão é estrutural e passa menos pela UPS, e mais pelo MERCOSUL. A questão é mais macro, do que micro”.

Parte 4: Resultados

4.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais?

“Não. Nada. Minimamente falando somente a visibilidade. A visibilidade ajuda, mas já somos visíveis”.

4.2. Resultados insatisfatórios? Quais foram esses?

4.3. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“É fundamental que continue existindo só que num outro marco civilizatório no âmbito do MERCOSUL enfatizando o debate e o diálogo. Atualmente ela não opera satisfatoriamente”.

Entrevista 09 – OSC 9
Cidade: Florianópolis
Estado: Santa Catarina
Entrevistado: afiliada da OSC
Data: 26 de Julho de 2018

Roteiro de Entrevistas

Parte 1: Missão, objetivos e metas da ONG

1.1. Qual a missão da sua organização?

“A defesa dos direitos das mulheres e a erradicação das violações de direitos humanos. Monitoramos as ações do Brasil em relação a Convenção da CEDAW (Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) mediante a confecção de relatórios paralelos aos oficiais. Todavia o Brasil está ausente dessas questões e por isso denunciamos o Estado brasileiro, já que possibilidade de fazermos o relatório em comparação com o oficial fica prejudicada”.

1.2. Quais são seus principais objetivos?

“O fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres em relação a saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos”.

1.3. Quais são seus objetivos específicos em relação ao MERCOSUL?

“A OSC 9 é um conjunto composta por 40 afiliações que se dividem em temas. Cada grupo acaba se especializando em determinados temas em meio aos diversos núcleos que existem. No Mercosul atuamos com o tráfico de pessoas, todavia nosso contato é apenas com o Instituto de Direitos Humanos. Por exemplo no âmbito do Mercosul foi aprovado um protocolo sobre tráfico de pessoas e não temos acesso às informações, ninguém sabe quem são os representantes que participaram das discussões, e com isso entendemos que houve uma aprovação sem a participação da sociedade civil”.

1.4. Quais são suas principais metas?

“Fazemos emissões de notas sobre a violação dos direitos humanos das mulheres. Todavia a legalização do aborto é uma luta permanente”.

Parte 2: Natureza, organização e financiamento

2.1. Como é sua estrutura organizacional?

“Temos uma secretaria executiva eleita de 2 em 2 anos com reeleição, mas a rede funciona em articulação com outros grupos que compõem nossa plataforma. Cada estado tem um grupo de trabalho que trata de temas específicos, por exemplo, eu fico no tráfico de pessoas e imigração junto com a Neusa de Santa Catarina com isso nossas ações tornam-se locais, regionais e internacionais”.

2.1.1. Possui grupos de trabalho?

-

2.1.2. Caso positivo, quais são eles?

“HIV/AIDS e mulheres no Rio de Janeiro, mortalidade materna na Bahia, saúde da mulher também na Bahia, direitos mulheres e saúde mental e mulheres com deficiência Rio Grande do Sul”.

2.1.3. Os responsáveis pela direção dos grupos possuem formação específica?

“Não enfatizamos a exigência de escolaridade, mas possuímos pessoas com doutorado por exemplo”.

2.2. Que projetos a organização toca?

“Consórcio da rede do fundo Elas contra a ação de inconstitucionalidade do aborto; almanaque visando construir os movimentos feministas para apoiar as capacitações de base”.

2.3. Quais no âmbito do Mercosul?

“Apenas tráfico de pessoas, mulheres e crianças”.

2.4. A organização recebe financiamento público? Privado?

“Ativismo voluntario e fontes públicas mediante a editais”.

2.5. O orçamento da organização é adequado para o volume de projetos? Qual o valor médio dos 3 últimos orçamentos anuais?

“Não tenho uma ideia”.

2.6. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) do MERCOSUL já financiou algum projeto da organização?

“Nunca tivemos. Eu fui com patrocínio do Brasil”.

2.6.1. Quais projetos?

2.6.1.1. A experiência foi positiva? Por que?

-

2.6.1.2. Se negativa quais as principais dificuldades?

“Ao nos reunimos como sociedade civil facilita a incidência entendermos o funcionamento da estrutura dentro do Mercosul. Por exemplo: existem 40 deliberações sobre tráfico de pessoas no Bloco, mas o acesso a sociedade civil para incidência é difícil (muitas delas são inclusive contraditórias). A questão negativa deve-se a falta de conversa entre os organismos”.

2.7. Quantos funcionários permanentes a organização possui? Temporários? Consultores?

“Sem funcionários. As militantes dedicam parte do seu tempo a contribuir”.

Parte 3: Ativismo, estratégias e MERCOSUL

3.1. Quando e como a organização tomou conhecimento da UPS?

“Algumas pessoas já conheciam algumas atividades no Mercosul, pois muitas são estudiosas de alta qualificação. Foi por intermédio da Rede de Saúde das

Mulheres Latinoamericanas e do Caribe. Tínhamos que ter um cadastro no Bloco e por isso foi solicitado fazer o cadastro na UPS”.

3.2. Por que decidiu se registrar junto à UPS?

“Por causa de um evento dos países do Mercosul tomamos conhecimento da existência do cadastro. Geralmente somos convidados como especialistas e não como sociedade civil”.

3.2.1. Como você avalia o processo de adesão foi burocrático?

“Não”.

3.2.2. Sem dificuldade para o cadastro

“Não”.

3.2.3. Foram feitas demandas para a participação na UPS?

“Não”.

3.2.4. Quais os direitos e deveres da organização perante à UPS?

“Não”.

3.3. A participação na UPS mudou a forma da sua organização atuar? Como?

“A UPS é um cadastro. Não, pois nunca recebemos nada da UPS”.

3.4. No âmbito da UPS a sua organização atua de forma isolada ou em colaboração com outras organizações? Caso positivo, quais as principais vantagens e desvantagens?

“Nossa articulação com o Mercosul é via Direitos humanos. Como nunca recebemos e-mail ou convite de nada vejo a situação como não fede e nem cheira”.

3.5. A organização recebe da UPS informa informações relevantes para a execução de ações?

“Não”.

3.6. Quais são as estratégias que a organização utiliza para produzir resultados como membro da UPS? Debates, pressão política, campanha de constrangimento?

“Nós nunca incidimos sobre a UPS para fazer as ações latino americanas”.

3.7. O MERCOSUL já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“A falta de institucionalidade prejudica o diálogo para o alcance de um ativismo”.

3.8. O Estado brasileiro já impôs obstáculos que atrapalharam o ativismo da organização? Quais?

“O baixo financiamento tende a ser prejudicial para a captação de recursos”.

3.9. O que poderia melhorar no relacionamento da UPS com as ONGs?

“Que ela funcionasse como mecanismo de fortalecimento da participação e não como cadastro”.

Parte 4: Resultados

4.1. Desde que ingressou na UPS a organização obteve resultados satisfatórios com sua atuação no âmbito do MERCOSUL? Quais?

“Vemos dificuldade de incidir sobre os temas por causa da fragilidade do Bloco e da UPS”.

4.2. Resultados insatisfatórios? Quais foram esses?

“O mesmo de cima”.

4.3. Na sua avaliação, atualmente a UPS contribui para alcançar os objetivos da organização? Como?

“Não sei responder bem. Só não temos relacionamento. Ela é um cadastro, mas deveria contribuir para capacitar as OSCs para atuarem na sociedade civil. Todavia isso não vem acontecendo. Ela operacionalizou administrativamente nossa participação, mas de lá para cá nada aconteceu”.